



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo

**TERRITÓRIO E LÍNGUAS INDÍGENAS EM SÃO GABRIEL DA
CACHOEIRA – AM**

ROSILENE CAMPOS MAGALHÃES GOMES

MANAUS – AMAZONAS

DEZEMBRO DE 2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo

ROSILENE CAMPOS MAGALHÃES GOMES

**TERRITÓRIO E LÍNGUAS INDÍGENAS EM SÃO GABRIEL DA
CACHOEIRA – AM**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia, área de concentração Amazônia: Território e Ambiente. Linha de Pesquisa: Espaço, Território e Cultura na Amazônia – UFAM, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ivani Ferreira Faria

MANAUS – AMAZONAS

DEZEMBRO DE 2013

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

G633t	<p>Gomes, Rosilene Campos Magalhães</p> <p>Território e línguas indígenas em São Gabriel da Cachoeira-AM / Rosilene Campos Magalhães Gomes. - 2014.</p> <p>126 f. : il. color. ; 31 cm.</p> <p>Dissertação (mestre em Geografia) — Universidade Federal do Amazonas.</p> <p>Orientador: Profª. Drª. Ivani Ferreira de Faria.</p> <p>1. Línguas indígenas - Negro, Rio (AM) 2. Territorialidade humana 3. Diglossia (Linguística) 4. Política linguística 5. Geografia humana 6. Índios da América do Sul – Amazonas I. Faria, Ivani Ferreira de, orientador II. Universidade Federal do Amazonas III. Título</p> <p>CDU (2007): 572.9(=1.811.3-82)(043.3)</p>
-------	---



Poder Executivo
Ministério da Educação
Universidade Federal do Amazonas
ICHL/DEGEO/Programa de Pós-Graduação em Geografia
Aprovado pela Resolução nº 009 – CONSUNI de 17/08/95, credenciado pela CAPES em set/2000



**“TERRITÓRIO E LÍNGUAS INDÍGENAS EM SÃO GABRIEL DA
CACHOEIRA - AM”**

Rosilene Campos Magalhães Gomes

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA À BANCA EXAMINADORA DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA / MESTRADO EM
GEOGRAFIA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS COMO PARTE DOS REQUISITOS
NECESSÁRIOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM GEOGRAFIA.

Assinada por:

Nome	Conceito
 Prof(a) Dr(a) Ivani Ferreira de Faria	
 Prof(a) Dr(a) Helena Pinto Lima	
 Prof(a) Dr(a) Frantomé Bezerra Pacheco	

MANAUS, AM – BRASIL
DEZEMBRO DE 2013



*Dedico este trabalho aos meus pais Fátima e Reginaldo,
aos meus amores, minha filha Alexandra e meu esposo
Nazareno, companheiros de lutas e conquistas, pois
ambos compreenderam minhas ausências e me ensinam,
a cada dia, o verdadeiro significado da vida.*

Agradecimentos

Que dádiva é a gratidão!, tenho que agradecer a muitas pessoas por este trabalho.

Em primeiro lugar, sempre, a Deus, pelo dom da vida, pelo ar, pela beleza de cada dia e pelas oportunidades, sendo uma delas, a realização deste trabalho que só foi possível em razão de várias pessoas, que acompanharam essa trajetória de diferentes formas e, para as quais, eu agora dirijo meus sinceros agradecimentos:

Ao meu querido esposo, pelo incentivo e apoio incondicional durante todo o meu processo acadêmico, ao longo desses anos, pois sem o seu suporte nada seria possível.

A minha princesa e adorada filha, pela compreensão nas horas difíceis.

Aos meus pais, mesmo distantes, sempre me apoiaram. A minha mãe, durante os momentos mais difíceis ela sempre esteve do meu lado com o seu carinho, atenção e amor. As minhas irmãs, Regiane, pelas batalhas, conquistas e apoio e Rosana, pelo carinho.

A professora Dra. Ivani Ferreira de Faria, pelo aprendizado, incentivo, discussões e angustias durante todo o processo para a realização dessa dissertação.

Ao professor Raimundo Nonato Pereira da Silva, quero expressar meus sinceros agradecimentos pelos valiosos comentários, suporte teórico e sugestões durante essa dissertação.

À professora Amélia Nogueira e ao professor Manuel Masulo, pelo o apoio e incentivo durante os momentos difíceis.

Aos professores Gilvan Muller de Oliveira e Frantomé Bezerra Pacheco, pelas contribuições e carinho com que me receberam durante as conversas sobre as línguas indígenas.

A Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro para a realização deste estudo.

Aos professores e colegas do mestrado, pela convivência e experiência.

À companheira de luta durante todo o processo do mestrado, Terezinha Amazonense.

Aos indígenas e não indígenas que aceitaram fazer parte desta pesquisa, afinal, sem a participação deles esse estudo não seria possível. Meus conhecimentos se engrandeceram com a maravilhosa convivência neste período que passei em São Gabriel da Cachoeira - AM.

A todos os meus familiares e amigos, sem os quais a vida não teria as mesmas cores.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a territorialização das línguas indígenas na sede do Município de São Gabriel da Cachoeira – AM, uma vez que foi o município pioneiro na co-oficialização das línguas indígenas Tukano, Baniwa e Nheengatu no Brasil em 2002, seguido por outros municípios que oficializaram não só línguas indígenas, mas também línguas de migração. O município é constituído por 23 povos indígenas pertencentes a cinco famílias linguísticas Tukano Oriental, Aruak, Yanomami, Japurá-Uaupés (Maku) e Tupi (Nheengatu falado pelos povos Baré, Werekena e parte dos Baniwa do baixo rio Içana), falantes entre 20 a 23 línguas indígenas. A base conceitual da pesquisa está centrada nas categorias de Território, Língua e Cultura Indígena, Sociolinguística, Geografia e a Linguística. Tendo sido utilizado ainda, de procedimentos metodológicos da pesquisa participante e levantamento de fontes primárias e secundárias. Neste contexto, a pesquisa visou compreender a territorialização das línguas indígenas na sede de São Gabriel da Cachoeira, por meio da identificação dos lugares de uso das línguas, analisando a territorialização das mesmas no meio urbano e verificando quais os mecanismos usados pelos povos, setor público e sociedade civil organizada para valorização e manutenção e reprodução das línguas, uma vez que, a língua para os povos indígenas do Alto Rio Negro, é um dos elementos mais fortes de sua cultura. Para permear, revitalizar e sustentar a manutenção das línguas indígenas no município é preciso, fundamentalmente, colocar em prática a lei de co-oficialização das línguas indígenas existentes neste município, recuperar o prestígio e o status dessas línguas, de modo que, os falantes mais jovens, órgãos públicos e privados possam utilizá-las diariamente, assim como, nas escolas, para que se revertam os fenômenos de substituição e perda linguísticas que tais línguas indígenas vêm sofrendo.

Palavras-Chave: Línguas Indígenas, Território, Alto Rio Negro e Geografia.

ABSTRACT

This dissertation analyzes on the territorialization of indigenous languages in the region of São Gabriel da Cachoeira – AM, once the region has pioneered in the municipality at the co-oficialização of indigenous languages Tukano, Baniwa and Nheengatu in Brazil in 2002, followed by other region that formalize not only indigenous languages as well as migration languages. The municipality is consists of 23 crowd from five language families Eastern Tukano Aruak Yanomami Japurá-Uaupes (Maku) and Tupi (Nheengatu spoken by people Baré, Werekena, and part of the people Baniwa of lower river Içana) that are speakers between 20 at the 23 indigenous languages. The conceptual basis of the research is focused on categories as Territory, Indigenous Language and Culture, Sociolinguistics, Geography and Linguistics. We used the methodological procedures of participatory research with raising basic primary and secondary sources. In this context, the research searched understand the territorialization of indigenous languages at the urban areas of the municipality, by way the identification of the places where languages are used, analyzing its territorialisation in urban place and checking what mechanisms used by people, public sector and civil society organizations for recovery and maintenance and reproduction of the languages, since the language for the indigenous peoples of the High Rio Negro is one of the strongest elements of your culture. To permeate, revitalize and sustain the maintenance of indigenous languages in the municipality is need, fundamentally, to put into practice the law of co-official languages of the indigenous existing in this municipality, recover the prestige at the status of these languages, so that the youngest speakers, public and private to can use them daily, as well as in schools, so to reverse the phenomena of language replacement and linguistics loss that these such indigenous languages come having.

Keywords: Indigenous Languages, Territory, High Rio Negro and Geography.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Mapa de São Gabriel da Cachoeira	13
FIGURA 02 – Etnias do Alto e Médio Rio Negro	63
FIGURA 03 – Famílias Linguísticas do Alto e Médio Rio Negro	64
FIGURA 04 – Mapa das Línguas predominantes nos bairros de SGC	67
FIGURA 05 – Mapa das Línguas mais faladas na Feira Municipal de SGC.....	70
FIGURA 06 – Foto da Feira Municipal de São Gabriel da Cachoeira	72
FIGURA 07 – Foto de Cartazes (em língua indígena) afixadas na Biblioteca Municipal de São Gabriel da Cachoeira	108
FIGURA 08 – Foto da Biblioteca Municipal de São Gabriel da Cachoeira	109
FIGURA 09 – Foto de faixa afixada na Secretária Municipal de Educação e Cultura - SEMEC.....	109
FIGURA 10 – Foto da Secretaria Municipal de Educação e Cultura-SEMEC	110
FIGURA 11 – Foto da Secretaria Municipal de Educação e Cultura-SEMEC.....	110
FIGURA 12 – Foto do Instituto Federal do Amazonas-IFAM/SGC	111
FIGURA 13 – Foto do Instituto Federal do Amazonas-IFAM/SGC	111
FIGURA 14 – Foto do Colégio São Gabriel	112

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Quais os lugares onde as línguas indígenas são mais usadas/faladas.....	73
GRÁFICO 02 – Qual é a língua que você utiliza pra se comunicar com os comerciantes?.....	74
GRÁFICO 03 – Das línguas que você fala, qual dentre elas você sente mais dificuldade para se comunicar e entender o que os outros falam? E por quê?	76
GRÁFICO 04 – Falar mais de uma língua facilita ou dificulta sua relação com outros povos indígenas?	78
GRÁFICO 05 – Você gostaria de aprender outra língua? Se sim, qual e por quê?	79
GRÁFICO 06 – Em qual língua você foi alfabetizado?	87
GRÁFICO 07 – Quais línguas você aprendeu fora da escola?.....	89
GRÁFICO 08 – Na escola você teve contato com alguma outra língua? Qual?	91
GRÁFICO 09 – Da(s) língua(s) que você fala, qual (quais) delas você sabe escrever?	93
GRÁFICO 10 – Você tem algum conhecimento sobre a lei de co-oficialização das línguas indígenas em SGC?	97
GRÁFICO 11 – Após a implementação dessa lei, você observou alguma mudança no município? Se sim, quais foram essas mudanças?	98
GRÁFICO 12– Na sua opinião o que deveria ser feito para que essa lei vigora-se, ou seja, viesse a funcionar no município?	99

LISTA DE SIGLAS

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

COICA – Coordenadora de Las Organizaciones Indígenas de La Cuenca Amazônica

EAF/SGC – Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira

FEPI – Fundação Estadual de Política Indigenista

FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPOLE – Instituto de Investigação e Desenvolvimento de Política Linguística

ISA – Instituto Socioambiental

IFAM/SGC – Instituto Federal do Amazonas de São Gabriel da Cachoeira

LGA – Língua Geral Amazônica

LGP – Língua Geral Paulista

MEC – Ministério da Educação e Cultura

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

SEDUC - Secretaria de Educação do Estado do Amazonas

SPI – Serviço de Proteção ao Índio

SGC – São Gabriel da Cachoeira

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

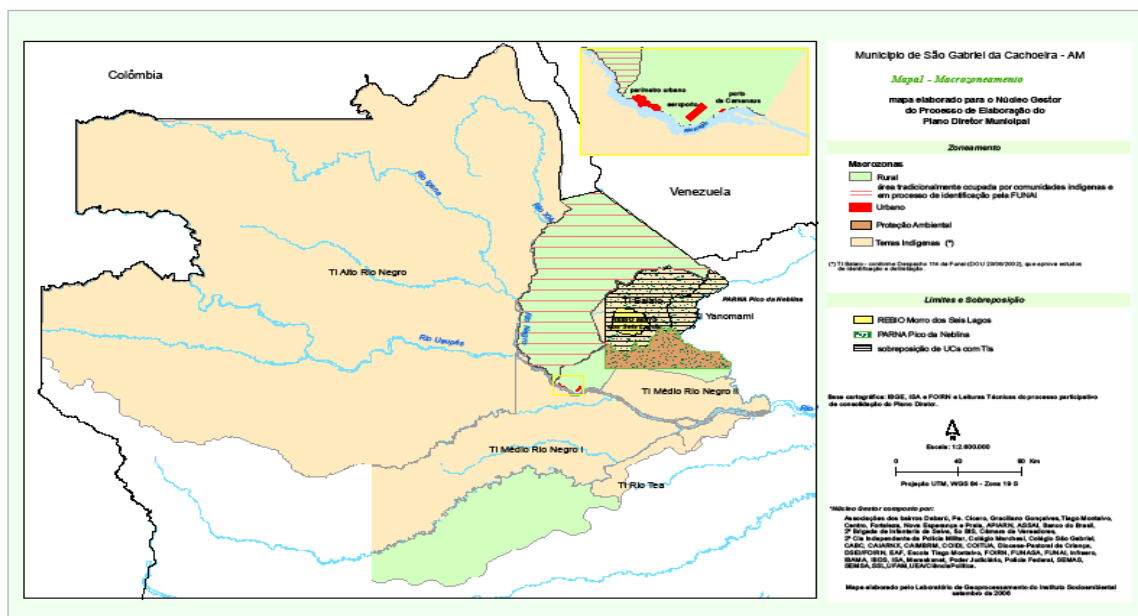
1 INTRODUÇÃO	14
2 LÍNGUAS INDÍGENAS EM SGC – TERRITORIALIDADE E HISTÓRIA	19
2.1 Geografia, língua e diglossia.....	19
2.2 O Estado e territórios indígenas.....	26
2.3 Identidade Territorial	31
2.4 As concepções de terra/território em SGC.....	34
3 LÍNGUAS INDÍGENAS – DA COLÔNIA À ATUALIDADE	39
3.1 Ocupação e primeiros contatos no Alto Rio Negro	51
4 LÍNGUAS INDÍGENAS E TERRITORIALIDADE LINGUÍSTICA	59
4.1 Os lugares de uso das línguas indígenas na cidade.....	66
5 POLÍTICA LINGUÍSTICA E A LEI DE CO-OFICIALIZAÇÃO.....	82
5.1 Instrumentos e políticas de afirmação das línguas indígenas no Alto Rio Negro	96
5.1.2 Visualização das línguas co-oficializadas	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS.....	117
ANEXOS	124

1 INTRODUÇÃO

São Gabriel da Cachoeira – SGC é um município¹ do estado do Amazonas, situado na região do Alto Rio Negro, Norte do Brasil, latitude - 00°07'49" e longitude - 67°05'21", cujos limites abrangem os municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Japurá, além fazer fronteira com os países Colômbia e Venezuela. Estando a 90 metros acima do nível do mar, o clima predominante é quente e úmido (IBGE, 2010).

Segundo o IBGE (2010), 76,60% da população de São Gabriel da Cachoeira se consideram indígenas e suas terras, que ocupam cerca de 80% desse município, onde estão distribuídas em 750 povoados/comunidades distribuídos(as) nas seguintes áreas regulamentadas: Alto Rio Negro, Médio Rio Negro (I e II), Yanomami, Uneiuxi, Téa, Apapóris, Marabitanas/Cué-cué. Restando a terra Balaio, que está em processo de demarcação – como aparece no mapa de SGC (FARIA, 2007).

Figura 01: Mapa de São Gabriel da Cachoeira.



¹ O Plano Diretor Municipal (2006), SGC foi criado em 1891, pela Lei Estadual nº10, como Território Desconexo de Barcelos, contudo, esta lei foi extinta e o mesmo foi reintegrado novamente a Barcelos em 1930. Apenas com o Decreto Lei Estadual nº 226, em 1935, foi estabelecido definitivamente como município. Sendo importante destacar que em 1968, por meio da Lei Federal nº 5.449, SGC foi enquadrado como Área de Segurança Nacional, cuja área é de 109.669 Km² e sua população total é de 41.575 habitantes.

Fonte: Faria, Ivani (2007).

Cabalzar & Ricardo (1998) apontam que estão situados em SGC 23 povos indígenas: os quais falam aproximadamente 20 línguas indígenas, pertencentes a cinco famílias linguísticas, que são:

- ✓ Tukano Oriental (falada pelos povos: Tukano, Desano, Kubeo, Wanano, Tuyuka, Pira-Tapuya, Arapaso, Muriti-Tapuya, Bará, Karapanã, Siriano e Makuna.);
- ✓ Aruak (falada pelos povos: Baniwa, Kuripako, Werekena, Tariana, Baré);
- ✓ Yanomami (falada pelos povos: Yanomani);
- ✓ Japurá-Uaupés (Maku, antiga denominação falada pelos povos: Hupda, Yuhupde, Dow, Nadöb);
- ✓ Tupi (Nheengatu falado pelos povos Baré, Werekena e parte dos Baniwa do baixo rio Içana).

Buchillet apud Faria (2007) aponta que esses grupos linguísticos são falados por povos que habitam os principais rios e seus afluentes nesta região (rios Negro, Xié, e Içana) – o que vem a ser o referencial de uma territorialidade linguística e cultural em SGC. Sendo importante destacar que, pesquisas no campo da Sociolinguística apontam o papel central da língua como “marca” de identidade, sendo ao mesmo tempo, o principal “instrumento” de transmissão da cultura a ela associada.

Contudo, a despeito da população de SGC ser majoritariamente indígena (cerca de 76,60%), na sede desse município prevalece a força da língua dos não indígenas (dos falantes da língua portuguesa, representados principalmente pela presença de militares e imigrantes nordestinos²) e poder público (por meio de seus dirigentes)³ – o que, no mínimo, expressa a agressão sociolinguística imposta aos indígenas, como expressa La Blache, às vésperas da

2 Segundo Faria, (2007) os nordestinos se constituem a oligarquia de comerciantes.

3 Esse fenômeno de dominação linguística é conhecido como “Diglossia”. Esse termo diz respeito a um fenômeno social e é amplamente mencionado nos estudos a respeito de línguas em contato (FERGUSON, 1974, p. 99).

I Guerra Mundial: “[...] o papel de um país no mundo se mede pelo número de indivíduos que falam sua língua” (apud SOUZA, 1991, p. 12).

Entretanto, Silva (2007) em suas pesquisas registra, a ocupação da cidade de SGC pelas línguas indígenas – ainda que seus falantes passem por situações vexatórias, por não dominarem o português. Essas vozes tomam eco pelas periferias, praças, nos corredores das repartições públicas etc., seja para comunicação entre os parentes, entre as diferentes etnias⁴ ou nas mobilizações das organizações indígenas para fazer valer seus direitos, a exemplo da co-oficialização das línguas: Tukano, Baniwa e Nheengatu. Acontecimento este, que incentivou processos semelhantes em outros municípios brasileiros.

Segundo Oliveira (2009), a língua desempenha uma ação fundamental na aquisição, na sustentação e ampliação do território de um povo, uma expressão clara de um instrumento influente e precioso, dada a sua função de estabelecer conceitos e valores. A língua é, portanto, suporte das afirmações e consolidações ideológicas. É o produto cultural que permeia a base econômica, social e política, ao mesmo tempo em que é permeada por esses fatores.

Assim, esta pesquisa visou compreender a territorialidade das línguas indígenas na sede do município de São Gabriel da Cachoeira, por meio da identificação dos lugares de uso das línguas no meio urbano, e o levantamento de estratégias voltadas à valorização, manutenção e reprodução de suas línguas, uma vez que, as mesmas são essenciais para a afirmação dos povos indígenas do Alto Rio Negro e um dos elementos mais fortes de identificação cultural e afirmação étnica.

A base conceitual deste estudo está centrada no âmbito da Geografia, Sociolinguística e Linguística e nas categorias explicativas sobre território, língua e cultura indígena. Além de utilizar-se de procedimentos metodológicos da pesquisa participante para o levantamento prévio de pessoas, lugares e questões a serem contempladas nas entrevistas – o que se deu após a realização da pesquisa bibliográfica e documental. Assim, os objetivos específicos eram: identificar os

⁴ É comum encontrar-se, em lugares públicos, indígenas que falam duas ou mais línguas indígenas.

lugares de uso das línguas na área urbana; verificar as estratégias de valorização, manutenção e reprodução das línguas indígenas implementadas nos setores públicos e privados, tendo como referencia a lei municipal de co-oficialização das línguas indígenas Tukano, Baniwa e Nheengatu.

O segundo capítulo reúne informações referentes à revisão da produção acadêmica no âmbito da Geografia, Sociolinguística, Linguística, no que se refere às categorias explicativas sobre língua, diglossia, território e cultura indígena. E no terceiro, são apresentados os aspectos históricos necessários à compreensão do processo de silenciamento a que foram submetidas às línguas indígenas do Alto Rio Negro. Tendo sido realizado para a consecução desses capítulos, a pesquisa histórica e a leitura da produção acadêmica, autores como Calvet, (2005; 2007), Cardoso (2010), Oliveira (2009), Faria (2007), Silva (2007), Raffestin (1993), Haesbaret (2009) dentre outros.

O quarto capítulo tem como objetivo apresentar as línguas indígenas e territorialidade linguística, assim como, os lugares de uso das línguas indígenas na área urbana de SGC, como forma de identificar quais línguas indígenas são mais faladas nos bairros e na área urbana deste município. Para a concretização e obtenção dos resultados foram realizadas entrevistas com homens e mulheres que residem na área urbana de SGC, a partir de 18 anos de idade, tendo sido entrevistadas 150 pessoas no transcorrer da pesquisa – cujos resultados foram apresentados por meio de gráficos e mapas, pra melhor expressar a realidade local. Embora as entrevistas sejam registradas e autorizadas por eles, os entrevistados permanecerão no anonimato, como forma de preservar sua identidade. No entanto, os representantes das instituições têm seus nomes citados nominalmente por exercerem cargos públicos.

Sendo que para realizar do quinto, e último capítulo, procedeu-se uma revisão bibliográfica e de parte das entrevistas, como forma de elabora sobre as estratégias da política linguística e a lei co-oficialização das línguas indígenas. Dentre as leituras sobre esses assuntos buscamos em autores como Calvet (2007) e Oliveira (2005, 2009) e a própria lei de co-oficialização (2002) entre outros. O ambiente desta investigação mostra o real cenário desta lei no município,

assim como, a presença e a vitalidade das línguas indígenas, atitudes e representações dos falantes frente à referida lei através do detalhamento de dados colhidos durante as entrevistas.

Dentre os resultados encontrados, destacam-se:

a) Várias línguas indígenas continuam sendo utilizadas no cotidiano das relações familiares e sociais para comunicação entre as diversas etnias – seja nos espaços públicos e privados;

b) Contudo, constatou-se que a lei de co-oficialização não tem correspondido às expectativas e anseios dos indígenas – que há décadas reivindicam recuperar o prestígio e o status dessas línguas junto ao Poder Público, nas escolas e instâncias privadas. Possibilitando, assim, que os falantes mais jovens possam utilizar suas línguas diariamente, em reconhecimento ao direito constitucional desses povos de falar à própria língua(s).

Assim, a relevância desse trabalho está em acrescentar aos estudos mais elaborados, principalmente no âmbito local, que contemplem de forma sistemática as ações empreendidas no processo de territorialização das línguas indígenas, e ainda, contribuir para o desenvolvimento de trabalhos na região amazônica. Isso significa que a realização de estudos nessa perspectiva, possui como importância fundamental, a possibilidade de subsidiar e contribuir para o conhecimento histórico dos povos e suas línguas indígenas.

2 LÍNGUAS INDÍGENAS EM SGC – TERRITORIALIDADE E HISTÓRIA

Este capítulo reúne informações referentes à revisão da produção acadêmica no âmbito da Geografia, Sociolinguística, Linguística e os aspectos históricos necessários à compreensão do processo de silenciamentos a que foram submetidas às línguas indígenas do Alto Rio Negro.

2.1 Geografia, língua e diglossia

Conforme Cardoso (2010), o espaço geográfico evidencia a particularidade de cada terra, apresentando a variedade que a língua assume de uma região para outra, como maneira de responder à diversidade cultural, à natureza da formação demográfica da área, bem como à própria base linguística preexistente diante da intervenção de outras línguas que tenham estado presentes naquele espaço no curso de sua história.

Sendo assim, a Geografia, desde os primórdios, vem utilizando-se de várias teorias e métodos, para correlacionar as atividades humanas com o território, o espaço, a paisagem, a cultura e o universo das ciências e da institucionalidade científica, que é direcionada e regida por conceitos e métodos criados, sem dar lugar para a diversidade ou para a particularidade fenomênica.

Entretanto, novos debates, questionamentos e pensadores foram surgindo com o objetivo de se estabelecer e integrar-se a uma diversidade ou uma particularidade fenomênica aos princípios das ciências, através de diálogos mais abertos entre os conceitos e métodos, até então inadmissível. E, com isso, vão surgindo o interesse pelo estudo sistemático da diversidade de uso da língua no espaço geográfico e a evidência de certa preocupação universal com as variações linguísticas que perpassa a história dos povos em todos os períodos, seja como instrumentos políticos de auxiliar à luta ou como mecanismo de descrição das línguas faladas.

Segundo Souza (1991), há pelo menos dois séculos que os estudos linguísticos envolvem relações com o espaço geográfico, tendo seu apogeu na primeira metade do século XX. Todavia, estudar a língua no contexto da ciência

geográfica é fundamental para termos uma análise dos problemas relacionados ao poder, à padronização de uma cultura/de uma língua, à desvalorização de pessoas e de seus territórios, a economia que envolve essa língua, ao mapeamento dos lugares e territórios entre outros – como fica explícito nas palavras desse autor, a seguir:

Quando todo o manual de geografia que se prezasse possuía capítulos dedicados à geografia linguística, mostrando as classificações dos idiomas e as suas áreas de ocorrências, podia-se ter, com nitidez, uma visão da localização e da extensão das áreas onde este ou aquele idioma é predominante [...] a questão linguística não se limita a problemas de ordem natural, estrutural, de cultura ou médico-psicológica (SOUZA, 1991, p.11).

Esse autor, também afirma que, no final do século XIX, o desenvolvimento de princípios metodológicos vai forjar a Geografia Linguística ou Geolinguística, surgida “[...] como resposta a uma afirmação teórica dos neogramáticos” (CHAMBERS, TRUDGILL apud CARDOSO, 2010, p. 38). Assegurando, assim, a Geografia Linguística como método por excelência da Dialectologia⁵, que é um ramo dos estudos linguísticos que tem por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes contextos de usos que levam uma língua a se diversificar, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica. Encarregando-se, ainda, de abrigar de forma sistemática o testemunho das diferentes variações linguísticas (dialetos), refletidas nos espaços considerados importantes para uma comunidade.

Entretanto, sobre essa questão Rossi (apud CARDOSO, 2010) em seu trabalho de 1984 traz algumas reflexões da Geografia Linguística como uma vertente da Dialectologia, ou seja, como um método que faz parte de um todo.

[...] nesse esforço alguns, em geral admiradores ou consumidores mais do que produtores de sociolinguística, têm enfatizado como traço negativo da “chamada dialectologia tradicional” a precedência por ela atribuída à diversidade linguística no espaço. Vejo nessa

⁵ Mas só se tornou mundialmente conhecida a partir da realização do Atlas Linguístico da França (ALF). Sua finalidade era preservar os dialetos franceses ameaçados de extinção. Seguiram-se outros atlas semelhantes em outras regiões e países da Europa, aperfeiçoando sempre a tecnologia e as grandes guerras das primeiras décadas do Séc. XX.

crítica uma generalização excessiva, que toma o todo por uma parte dele, isto é, define como dialetologia o que se convencionou designar, com discutível propriedade, por “geografia linguística”. As principais razões disso estão, ao que me parece, no êxito e repercussão do método dito “geográfico”, numa época em que mesmo na Europa, as comunicações difíceis e as escassas motivações para intensificar os contatos diretos entre os habitantes de áreas geográficas distanciadas entre si, decorrentes, mais que de qualquer outro condicionamento, do modo de produção vigente, justificam o seu impacto. Mas a equivocadamente batizada “geografia linguística” nunca foi toda a dialetologia, embora, em consequência dela, e da sua contribuição à ciência da linguagem, ainda hoje linguistas respeitáveis insistam em restringir o âmbito do termo dialeto à diversidade geográfica. Bem pensadas as coisas, nem Gilliéron nem qualquer outro dialetólogo limitou-se à prática do que se conhece por “geografia linguística” ou justificou que lhe atribuísse o título de “geógrafo”, assim ou seguido de qualquer adjetivo (ROSSI apud CARDOSO, 2010, p. 46).

O espaço geográfico constitui-se num subsídio para a compreensão da história de determinada região, abordada não só por linguistas, mas também por estudiosos que se interessem em documentar fatores que explicam e documentam o passado com rigor científico. Serve para coletar, com bases geográficas, importante material de pesquisa para a interpretação histórica e social de fatos da língua.

Como descreve Saussure “[...] língua é parte social dos atos da linguagem e as línguas não existem sem as pessoas que as falam. Se a história de uma língua é a história de seus falantes, logo, ela é elaborada pela comunidade, é somente nela que ela é social” (SAUSSURE apud CALVET, 2002, p.11-12). Sendo assim, todo ser humano nasce com capacidade de falar uma língua seja ela oral ou gestual, uma vez que, não existe sociedade humana sem língua e não existe indivíduo que não possa adquirir e chegar a falar plenamente a língua de seu povo - ao menos que tenha problemas físicos, pois, uma vez exposto a seu meio linguístico, qualquer ser humano adquire uma língua; e pode aprender outras, ao longo da vida.

Segundo Franchetto (2001) toda língua é uma estrutura complexa e tem suas características gramaticais e de vocabulário. E cada sociedade tem um modo próprio de usar sua língua, que compreende os seguintes sistemas: um sistema

que organiza os sons (sistema fonológico); um sistema que permite a construção de palavras (sistema morfológico); regras e princípios que permitem construir frases e discursos (sistema sintático).

A língua é a forma de expressão estreitamente ligada à liberdade e à essência da vida humana, mas pode ser tratada também no plano jurídico, político e também cultural – enquanto viabilizadora de direitos humanos e como condutora do patrimônio cultural imaterial. Desta forma, “[...] são as línguas que existem para servir aos homens e não os homens para servir às línguas” (CALVET, 2007, p. 9).

Historicamente, tem-se demonstrado que a magnitude de um poder se faz de várias maneiras e, uma delas é a imposição de uma língua sobre as demais, isto é, a evidência clara do ideário de uma conquista que só poderia ser atingida com os cidadãos educados tendo a língua do colonizador como instrumento privilegiado. Para isso, buscou-se a legitimação de línguas gerais ou universais, que resultam na concentração do poder político sobre um território, para o qual seria conveniente à manutenção de uma classe de pessoas no poder, tendo como consequência a existência de uma única língua para comunicação com os seus dominados.

Vidal de La Blache evidência este fato ao afirmar que “[...] o papel de um país no mundo se mede pelo número de indivíduos que falam sua língua” (apud SOUZA, 1991, p.12). E, como exemplo de dominação por meio de uma língua universal, tem-se o latim, que foi usado nas conquistas romanas e depois pela Igreja Católica para catequizar seus seguidores.

Durante toda a história humana, pesquisadores (HAMEL, 1993, 2001; CALVET, 2005, 2007) têm demonstrado que a língua exerce um papel fundamental na conquista do território, uma evidência clara de que ela é o bem mais valioso e poderoso de uma cultura, em virtude do seu serviço de poder, de impor ideias e valores. A língua é, portanto, suporte das afirmações ideológicas, é o produto cultural que permeia a base econômica, ao mesmo tempo em que ela é permeada pelo contexto de uso dos seus falantes.

Segundo Oliveira (2007), não é um acontecimento transparente que poder resida na língua, porque esquecemos que toda língua é uma classificação e

que toda classificação é opressiva. Sendo assim, a língua implica uma relação fatal de alienação. Assim, essas relações que há entre o poder e a língua são vistas e analisadas pelo estudo das políticas linguísticas, em especial nos trabalhos de Hamel no México e Calvet nos países africanos. Contextos esses que são marcados pelos conflitos em decorrência do processo colonial e, após o fim do colonialismo eles mostram que a dominação das línguas se reflete nas dominações sociais (CALVET, 2007).

Um bom exemplo dessa simetria entre o poder e a língua em decorrência das heranças do colonialismo é o processo de colonização que ocorreu na sede do município de São Gabriel da Cachoeira, cuja configuração política e religiosa ocasionou um grande número de indígenas catequizados e civilizados – o que está diretamente relacionado com a unificação da língua oficial, em detrimento das outras, levando ao extermínio a diversidade de línguas nativas, em prol da criação da noção de estado-nação, imposta aos territórios conquistados ou anexados. E que melhor será apresentado do sub-tema a seguir.

As línguas indígenas na sede do município de São Gabriel da Cachoeira requerem uma aproximação entre a Geografia e a Linguística, com vista a esclarecer a formação desses territórios que, ora sendo imposto em nome da unificação de um povo, ora servindo para unir populações e povos, ou simplesmente determinar o aparecimento e o desaparecimento de línguas nesse território. Veja-se o caso de línguas mortas - convencionalmente, considerada por não serem faladas mais no cotidiano.

Como ocorre com os indígenas da etnia Baré, que vivem na região do Alto e Médio rio Negro, e não falam mais sua língua original (família Aruak). Em decorrência do contato com missionários e a colonização que obrigaram esses indígenas a utilizar a língua geral ou nheengatu – uma forma simplificada do tupi antigo que fora adaptado e amplamente difundido e falado em grande parte no Brasil nos primeiros séculos da colonização portuguesa. Atualmente esta língua representa uma marca da identidade cultural para eles, além de ser muito usada na calha do rio Negro (CABALZAR, 2006).

Para Delbecque (2006) a morte de uma língua, é um período transitório em que a antiga língua que permanecia viva entre os mais velhos e em parte da comunidade ainda conserva a sua competência, no mesmo tempo em que a nova língua, já vulgarmente utilizada, ganha espaço no uso.

A língua não coincide com a morte do último locutor dessa língua. A maior parte das vezes, uma comunidade linguística conhece um período de transição ao longo do qual os seus membros abandonam progressivamente a sua antiga língua para utilizarem outra (DELBECQUE, 2006, p.306).

Muitos povos indígenas no Brasil são caracterizados pela situação de viverem e conviverem com várias línguas, o que chamamos de plurilinguismo. Porém, no decorrer dos anos muitos deles se vêm obrigados a viver de forma monolíngue, deixando a sua língua natural (por uma diferente dentro do seu território). Uma situação indiscutivelmente marcada pela descaracterização linguística.

Em decorrência desse fato, ocorreu a diglossia cuja relação não é harmoniosa para línguas indígenas, mas sim uma situação conflituosa entre uma língua dominante e outra dominada, ou seja, entre a língua majoritária (língua portuguesa) e a minoritária (línguas indígenas).

O termo diglossia, segundo Ferguson (apud CLAVET, 2006, p. 59), refere-se quando “as pessoas utilizam duas ou mais variantes de uma mesma língua em diferentes condições”, ou seja, duas línguas ou variedades funcionalmente distintas de uma mesma língua. Para exemplificar a diglossia, Ferguson apresentou quatro comunidades linguísticas distintas, nas quais havia a coexistência de duas línguas ou mais variedades, utilizadas em contextos distintos: Haiti (francês e crioulo), Grécia (catarevusa e demótico), Suíça (alemão e suíço) e países árabes (árabe clássico e coloquial). Ele distinguiu as situações de diglossia salientada aos seguintes aspectos:

- uma divisão funcional de usos: a variedade alta é utilizada na igreja, na correspondência, nos discursos, na universidade etc., enquanto a variedade baixa é utilizada nas conversações familiares, na literatura popular etc.;

- o fato de a variedade alta gozar de um prestígio social de que a variedade baixa não goza;
- o fato de a variedade alta ter sido utilizada para produzir uma literatura reconhecida e admirada;
- o fato de a variedade baixa ser adquirida “naturalmente” (é a primeira língua dos falantes), enquanto a variedade alta é adquirida na escola;
- o fato de a variedade alta ser fortemente padronizada (gramáticas, dicionários, etc.);
- o fato de a situação de diglossia ser estável e de poder durar vários séculos;
- o fato de essas duas variedades de uma mesma língua, ligadas por uma relação genética, terem uma gramática, um léxico e uma fonologia relativamente divergentes (FERGUSON apud CLAVET, 2006, p. 59-60).

A diglossia apresenta outras características segundo Ferguson (1974, p.101) dentre elas estão: o prestígio social, uma vasta literatura escrita, educação e falas formais produzidos pela língua majoritária/oficial, enquanto a língua minoritária/não oficial ocorre naturalmente, nos lares.

Sobre a questão das línguas majoritária/oficial e línguas minoritárias/não oficial, Ferguson (apud Calvet, 2007, p. 42) expõe que, em uma situação de desigualdade entre línguas, ou seja, uma língua que não seja falada por mais de 25% da população ou por menos de um milhão de pessoas (como o quíchua na Bolívia, que é falado por um terço da população, mas sem nenhum status oficial); ser uma língua empregada por menos de 50% das escolas secundárias. Essa é a situação que as línguas indígenas se encontram enquanto, a língua portuguesa tem um percentual bem mais elevado, sendo considerada língua majoritária por comportar todos os requisitos e o estatuto que as línguas minoritárias não têm.

Para compreendermos melhor sobre as situações e conflitos envolvendo a diversidade linguística adotamos o conceito da sociolinguística, que tem como intuito estudar as questões relacionadas a aspectos sociais e culturais da linguagem (ALKMIN, 2003). Pois, na tradição dos estudos da linguagem, esse campo interdisciplinar, de modo especial, pesquisa a diversidade linguística, como forma de garantir um trânsito amplo e autônomo do falante pela heterogeneidade linguística em que vive, reconhecendo a língua como uma realidade

essencialmente social, e não concentrar-se apenas no estudo de um objeto autônomo e desvinculado da prática social, pois para a sua análise empírica, a variação é um dado a ser descrito e compreendido.

Em outros termos, a Sociolinguística trata daquilo que é efetivamente praticado por falantes de vários seguimentos sociais dentro de uma sociedade, os quais compartilham traços linguísticos que os distinguem um grupo de outros. E, através de pressupostos teóricos, suas pesquisas vêm fortalecer e demonstrar a importância e a contribuição da diversidade das línguas indígenas.

Desta forma, esses grupos comunicam-se relativamente mais entre si do que com os outros e, principalmente, compartilham normas e atitudes diante do uso da linguagem (CALVET, 2002). Contudo, esta pesquisa aponta alguns exemplos de situações sociolinguísticas complexas, observadas na sede SGC, aonde as cinco famílias linguísticas (Tukano Oriental, Aruak, Yanomami, Japurá-Uaupés e Tupi) são atualmente valorizadas – a despeito de um histórico processo de silenciamentos, que inscreveu esse município numa história de conflitos e lutas dos indígenas por seu direito de falar nas suas próprias línguas, administrar seu território e preservar sua cultura – como demonstrou as leituras sobre a história de sobre SGC – e que será apresentada no decorrer desta dissertação.

2.2 O Estado e territórios indígenas

Um dos grandes problemas dos indígenas atualmente no Brasil é a questão de terra/território, pois com a chegada dos primeiros invasores ao longo do tempo, foram perdendo seu templo ancestral, ou seja, sua terra/território.

De acordo com Cunha (1992), a questão indígena no século XIX deixou de ser essencialmente uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de terras, e com ela sua política. Ao serem aldeados os indígenas – sobre esse tema descreveremos mais a frente, cada aldeia recebia terras. Mas somente em 1832 pela primeira vez se legisla sobre a transferência de aldeias para novos estabelecimentos e a venda de bens em público dessas terras, ocasionando uma nova corrida às terras das aldeias e uma longa disputa que se arrasta até as

vésperas da República, entre municípios, províncias e governo central pela propriedade desses bens.

Desta forma, fora assinada a Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850, a qual dispôs sobre as terras devolutas do Império, igualmente conhecida como a Lei das Terras, dando consentimento ao governo imperial reservar, quando fosse necessário em julgar, terras devolutas para a colonização dos indígenas (Art. 12), e essas “áreas [...] serão inalienáveis e destinadas a seu usufruto. A situação é entendida como transitória: permitindo-o seu ‘estado de civilização’, o governo imperial, por ato especial, cederá aos índios o pleno gozo das terras” (CUNHA, 1992, p. 145). Contudo, Kayser (2010) resalta a importância desses territórios que causam interesses individuais e mercantilistas, conforme aparece na leitura a seguir:

Os índios atrapalhavam a expansão da sociedade imperial, que tivera forte crescimento demográfico, foram procuradas alternativas que possibilitassem o povoamento de territórios indígenas. Por isso, a tomada de terras indígenas continuou por meio de recursos específicos. Com base nas normas da lei da terra de 1850, numerosas aldeias foram extintas pelos parlamentos das províncias, e ocorreu a desapropriação das terras indígenas em favor de particulares (KAYSER, 2010, p.169-170).

A Lei de Terras inaugurou uma política agressiva e prejudicial aos indígenas, pois como não possuíam o conhecimento de como proceder para promover os meios viáveis a fim de assegurarem a concretização de seus direitos segundo tal legislação, terminaram em muitos episódios, perdendo o direito às terras que possuíam ou residiam, o qual também contribuiu a esperteza e a má-fé de seus vizinhos (OTÁVIO, 1946). Conservação mantida até a “proclamação” da república no Brasil. Tal efeito perdurou por quatro séculos (de aniquilamento da organização social e política dos povos indígenas e suas línguas), o Estado na pretensão de apaziguar essa situação propõe uma formulação na “política indigenista menos desumana e baseada nos ideais positivistas” (FERREIRA, 2001, p.75), ou seja, uma política caracterizada pela incorporação e integração dos indígenas a sociedade nacional delimitando e controlando os territórios indígenas.

Como podemos observar nas diversas mudanças da Constituição Brasileira de 1988 em suas Disposições Gerais aos direitos dos povos indígenas sobre suas terras indígenas. Vejamos como, tais textos dispunham, literalmente, sobre o assunto:

Na Constituição de 1934 diz-se no Art.129: “Será respeitada **a posse de terras** [grifo nosso] de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las”. Por sua vez a Constituição de 1937 diz no Art.154: “Será respeitada aos silvícolas **a posse das terras** [grifo nosso] em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las”. Na Constituição de 1946 no Art.216 se afirma que: “Será respeitada aos silvícolas **a posse das terras** [grifo nosso] onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem”. E na Constituição de 1967, Art.186 “É assegurada aos silvícolas **a posse permanente das terras** [grifo nosso] que habitam e reconhecido a seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes”.

Entretanto, no transcorrer da história, as modificações vão ocorrendo, após muitas lutas e reivindicações dos indígenas ao longo do século. E somente com a Constituição de 1988, a visão limitada se modificou, assegurando aos povos indígenas em seu Artigo 231:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os **direitos originários sobre as terras** [grifo nosso] que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeito todos os seus bens (BRASIL, 1988, ARTIGO 231).

Assegurar a plena efetivação de todos esses direitos é o que os povos indígenas almejam, pois para eles a terra é muito mais que um espaço geográfico: estão ligados às suas crenças, tradições, identidade e língua(s). Corrêa lembra que “nas sociedades primitivas o espaço vivido é afetivamente valorizado em razão de crenças que conferem especificidades a cada parte do espaço” (CORRÊA, 1995, p. 33).

Mas, na visão do Estado, o termo terra é apenas uma categoria jurídica, uma porção superficial do território, cabendo às comunidades indígenas apenas o

direito à sua posse e não à sua propriedade, sem a possibilidade de administrá-la como decidirem (FARIA, 2003).

A realidade demonstra que o caminho é árduo, e muitas vezes até impossível diante dos mais diversos obstáculos, pois grande parte das terras indígenas no Brasil, em sua maioria, não é mais a mesma, delimitada de forma contínua e definida, em decorrência da perda física, cultural, e do sofrimento ocorrido com os aldeamentos, a escravidão, a catequização e a colonização – que geraram fuga e reduções sucessivas nos diversos grupos de nações e línguas, que se dispersaram cada vez mais pela região à procura de um refúgio que os protegessem dos constantes ataques e investidas dos brancos.

A ineficiência política do Estado demonstra que as terras onde grande parte desses povos indígenas vivem atualmente, ainda sofrem juntamente com invasões de mineradores, pescadores, caçadores, madeireiros e posseiros. Outras são cortadas por estradas, ferrovias, linhas de transmissão ou têm porções inundadas por usinas hidrelétricas. Não bastasse tudo isso, frequentemente, os indígenas colhem resultados perversos do que acontece mesmo fora de suas terras, nas regiões que as cercam, tais como, poluição de rios por agrotóxicos, desmatamentos etc.(LOEBENS & NEVES, 2011).

É certo que o homem necessita da terra para sobreviver, dado que é dela que são retirados os alimentos e matérias-primas em geral para a sua existência e sobrevivência como povo, onde também são perpetuados os vínculos afetivos e de pertencimento étnico. E para os povos indígenas, essas questões sempre estiveram associadas às reivindicações de demarcações de seus territórios, justificadas através de questões econômicas básicas, bem como da afirmação de sua identidade imaterial e simbólica.

Como afirma Raffestin (1993) território é o resultado de uma ação conduzida por qualquer sujeito em qualquer nível, é por meio de um espaço concreto ou abstrato que o sujeito se “territorializa”. Na concepção do autor, o território se apoia no espaço, mas não é espaço. É uma produção, a partir do espaço que revela relações marcadas pelo poder, onde se projetou um trabalho,

seja de energia ou de informação. Desta forma, ao mesmo tempo em que os indígenas atuam no espaço, vão se incorporando à sua própria dinâmica.

Deste modo, Santos (1995) aponta o território como elemento estratégico no reconhecimento dos povos indígenas.

Os povos e nações indígenas são aqueles que, tendo uma continuidade histórica com sociedades pré-invasão e pré-coloniais, consideram-se distintos dos outros setores das sociedades agora prevaletentes naqueles territórios, ou parte deles. Eles formam, no presente, setores não dominantes da sociedade e estão determinados a perceber, desenvolver e transmitir às futuras gerações seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como a base de sua existência continuada como um povo, com seus próprios padrões culturais, instituições sociais e sistemas legais (SANTOS, 1995, p. 315).

Compreender território nos conceitos de Haesbaert (2009) é tentar olhar um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Ele só poderia ser idealizado através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza). Dessa forma, o autor trabalha com a ideia de território a partir da concepção de espaço como um híbrido, seja entre o mundo material e ideal, seja entre natureza e sociedade, ou em suas múltiplas esferas: econômica, política e cultural.

A noção de imbricação vista por Haesbaert (2009) é múltipla e nunca indiferenciada do espaço geográfico, o território passa a ser definido a partir de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

A territorialidade indígena constrói-se de forma coletiva a partir de sua relação com o território, que a dimensão simbólica, que é criada e recriada pelas pessoas e que contém princípios espirituais, dando ao povo que o habita profundidade e consistência no espaço-tempo, ou seja, vai além de um simples território, sendo ações sociais históricas que são reproduzidas por cada geração.

Para os 'hegemonizados' o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com intensidades iguais:

funcionalidades (recurso) e identidade (símbolo). Assim, para eles literalmente, retomando Bonnemaïson e Cambrézy (1996), 'perder seu território é desaparecer'. O território, neste caso, 'não diz apenas à função ou ao ter, mas ao ser' (HAESBAERT, 2004, p. 4).

Portanto, terra e território é o lugar de fixação, significação, ressemantização da identidade das representações e construção de suas linguagens e costumes concretos de qualquer sociedade historicamente especificada. Sua importância se torna mais perceptível quando o grupo que o habita vê-se obrigado a abandoná-lo. Como se pode depreender, aqui não há indivíduo ou grupos sociais sem terra/território, sem relação de apropriação ou/e dominação de um espaço.

2.3 Identidade Territorial

Segundo Calhoun (1994 apud CASTELLS, 2008) compreende-se por identidade a fonte de significado e experiência de um povo.

Não temos conhecimentos de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida... [...] O autoconhecimento – invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta – nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros (CALHOUN apud CASTELLS, 2008, p. 22).

Existe um consenso de que toda identidade é uma construção social. E essa identidade adquire sentido por meio da linguagem dos sistemas simbólicos e sociais pelos quais ela é representada. Assim, os diferentes grupos sociais, criaram significados, construíram identidade, sejam elas vinculadas a uma determinada cultura, ideologia, religião, etnia, território, dentre outros.

Como ressalta Hall (2000, p.108-109):

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual

nos tornamos. [...] As identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas.

Desta forma, não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída, pois está relacionada no que diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece. Ela vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Contudo, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço (CASTELL, 1999, p.23).

Para Woodward (2000) a identidade adquire sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas, além da redescoberta do passado fazendo parte do processo de construção da identidade. Tornando que cada cultura tenha suas próprias e distintas formas de classificar o mundo, de construir significados e símbolos que influenciam e direcionam nossas ações com as quais podemos nos identificar e construir nossa identidade, identificar e dar sentido aos significados e significâncias como grupo, ou como povo.

Em se tratando de construção da identidade territorial para Haesbert (1999, p.169) “[...] o território identitário não é apenas ritual e simbólico, é também o local de práticas ativas e atuais, por intermédio das quais se afirmam e vivem as identidades”.

Sendo assim, o território é um espaço de identificação, e essa relação toma configuração de um processo em movimento, que se constitui ao longo do tempo, abrangendo como principal elemento o sentido de pertencimento do vivido, por um grupo ou povo com seu espaço de vivência. Esse sentimento de pertencer ao território que vive, de concebê-lo como localidade de suas práticas, juntamente com o enraizamento de uma complexa trama de sociabilidade é que dá esse

caráter ao território. Pois, para Haesbert (2007, p.102-103) “[...] enquanto processo, o território se constitui com base em um sistema de classificação funcional e simbólico, reforçando as disparidades sociais, econômicas e culturais, entre os indivíduos e os grupos”.

E, em se tratando de povos, é no território onde se conseguem se afirmar enquanto povo e isto se dá em virtude da relação identitária que estes estabelecem com o seu lugar, por meio das próprias finalidades e representações com costumes particulares, conhecimentos e saberes, cosmo visões e mitos, línguas e memória etc., que podem desaparecer ainda antes de serem conhecidas (como ocorreram com muitos povos nos últimos cinco séculos).

Segundo Bonnemaïson (2002) o poder de laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos afetivos e linguísticos, pois as pessoas se socializam e interagem em seu ambiente local.

Portanto, compreender a identidade territorial, por meio desses fatores, significa necessariamente, compreendê-la num contexto de formação histórica juntamente com outros elementos fundamentais que se evidenciou anteriormente e que, juntos, constituem o patrimônio de cada território e da humanidade no seu conjunto. Pois, cada povo indígena possui uma história própria de ocupação, de parentesco e de alianças estabelecidas entre si.

Segundo Haesbaet (2011, p.93), todo grupo se define, essencialmente, pelas ligações que se estabelecem no tempo, tecendo os laços de identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais. Consideram todo o seu processo, não como uma mercadoria destinada apenas à produção de excedentes para o mercado, mas como um contexto social e étnico de diversidade cultural, linguística de segurança e certeza do futuro, pois ela pertence à coletividade.

2.4 As concepções de terra/território em SGC

Seeger e Castro (1979 apud FARIA, 2007, p.9) advertem que o contato com a sociedade nacional tende a afetar a organização social e a definição étnica dos diferentes grupos indígenas. E ainda, que os conceitos de terra e território variam de uma sociedade indígena para outra, por dependerem da percepção que cada sociedade tem da terra e do mundo, visando à unificação, produzindo uma concepção indígena espontânea da terra como espaço único, fechado por fronteiras definidas pelo direito nacional geométrico, que distingue duas identidades étnicas em oposição que distingue da relação entre os indígenas e não indígenas.

Todo esse quadro trouxe, inevitavelmente, um grande estímulo à necessidade de reivindicação do território único e contínuo, indispensável devido aos detrimientos e sofrimentos desde o processo de colonização. Sendo assim, o tema territorial é o núcleo do universo político das nações indígenas e suas ramificações são a língua, escola, artesanato, saúde etc.

Para os indígenas, terra é um mosaico de recursos materiais, morais e espirituais: Seu território, além de conter dimensões sociopolíticas, possui ampla dimensão cosmológica, onde se expressa a importância da fala na sobrevivência física e cultural, pois fazem parte da memória coletiva. As lembranças dos relatos no passado dão forte valor sentimental a certos lugares, como os mitos religiosos ou políticos.

As reivindicações dos movimentos indígenas e suas relações com a terra são bem diferentes da concepção do Estado, pois para eles a terra tem valor de uso, para o sustento e é território ancestral.

Reivindicamos uma terra nossa, onde viviam nossos avós. É de grande importância que a gente tenha esta terra contínua, pois muitos brancos falam que área é muito grande. Mas não dependemos de um mercado para comprar o que comer. Nós temos que caçar, andar no mato, no igarapé um dia, dois de distância pra colher o alimento. Sem a terra o índio morre de fome (JOSÉ, 1993 apud FARIA, 2003, p.96).

A terra coletiva e a projeção do futuro:

Acho que o governo, demarcando estas ilhas, continua nesse caso, com uma visão simplista de que o índio e um pedaço de terra sobrevivem. É uma ilusão e até um preconceito. (...) será que valeria a pena demarcar uma terra pra cada grupo no Alto Rio Negro? Isto não teria mais sentido porque lá a tendência, a vontade do pessoal é uma luta conjunta. Se tornou uma classe social, os índios, se tornou um status que precisa se unificar. Unificar não significa engolir o outro, se submeter, acabar com a cultura do outro. É você ser capaz de lidar com esta diversidade, mas ao mesmo tempo ter objetivos comuns.

Quer dizer que, nesse sentido, seria inviável, seria até autodestrutivo você lutar por uma demarcação de terras por grupos. Poderia ser assim no passado, pois havia uma situação diferente, onde às vezes havia brigas e rixas internas.

Eu acho que a tradição e a cultura não podem ser vistas como uma coisa parada. Elas evoluem. Acho que é um direito que se tem. [...] as catorze ilhas impossibilitam a forma de vivência mais normal, mais natural e mais viável para os índios.

A terra contínua é a única condição que os povos indígenas têm de não deixar a história correr para aquilo que no caso, Hélio Jaguaribe quer: que a questão indígena se resume em ter um pedaço de terra definido. As pressões vêm, as invasões vêm. Você fica ali encurralado, não tem opção. Aí você vai se entregar e integrar. Ao passo que se você tiver o território, você tem inúmeras possibilidades de construir seu universo, o seu mundo. Com as relações que você quiser construir com qualquer que seja a outra sociedade (SANTOS, 1996 apud FARIA, 2003, p.99-100).

As comunidades indígenas do Alto Rio Negro⁶, assim como outros indígenas, sofreram influência de aspectos socioculturais da sociedade envolvente e principalmente, do Estado, que possuía uma concepção simplista ao tentar limitar o conceito indígena de terra, reduzindo-a a um simples pedaço da superfície do território, um bem que adquiriu valor de troca, uma mercadoria. Os indígenas viram seu território sendo reorganizado de diversas maneiras, sempre

⁶ De acordo com Cabalzar & Ricardo (2006), comunidade é o termo dado há séculos pelos missionários católicos – e adotado também pelos protestantes – aos índios que ocupam as margens dos rios e seus afluentes, e que vieram a substituir as antigas malocas comunais (que eram grandes casas que serviam de moradia para várias famílias). Segundo esses autores, são cerca de 750 aldeias, onde habitam mais de 35 mil indígenas, de 23 etnias distintas e estão distribuídas ao longo das margens do rio Negro e seus afluentes. “A comunidade constitui-se, geralmente, de um conjunto de casas com paredes de casca de árvore, pau-a-pique ou tábuas e cobertura de palha ou zinco, construídas em um amplo pátio aberto, uma capela (católica ou protestante), uma escolinha e, eventualmente, um posto de saúde. Há comunidades que possuem apenas as casas de moradia, e entorno de três gerações os indígenas não vivem mais em malocas, presentes hoje apenas na memória e em poucos povoados” (CABALZAR & RICARDO, 2006, p.33).

com o objetivo de ceder às necessidades político-econômicas da sociedade envolvente, em prejuízo das necessidades das comunidades indígenas.

O governo acha que determinada extensão de terra é suficiente para cada grupo. Isto não é verdade porque nós vivemos na terra, andamos na terra, usamos a terra. A terra é atividade cultural, rituais para outros tipos de sobrevivência (FRANÇA, 1996 apud FARIA, 2003, p.102).

Terra também não serve de lucro para a gente. Terra é onde moramos, nascemos e vivemos. Não é igual à dos brancos, que quando estão cansados de viver nela, procuram outra, vendem e vão embora para outro canto. Para o índio não existe isto. Terra é muito mais que um pedaço de chão (JOSÉ, 1993 apud FARIA, 2003, p.102).

Conforme Faria (2003) o termo território não existe no vocábulo de nenhuma língua indígena do Alto Rio Negro:

Por isso, quando o índio fala território, a pronuncia é em português. Terra é *Diita* em Tukano e *Hipai* em Baniwa. O termo território só entrou no vocabulário indígena após o contato. Antes não se pensava e não precisava pensar nisto. A leitura indígena do conceito de território é uma evolução do conceito de terra que adquiriu um cunho político conjuntamente com a ideia de limite [...] território significa terra contínua com autonomia e soberania, onde vivem com seus distintos costumes, histórias e filosofias. A autonomia e soberania referentes ao território consistem em um sistema de autogoverno, em que o poder de decisão, de planejar o futuro está nas mãos das próprias nações indígenas. A autonomia reivindicada deve partir da realidade indígena vigente, ou seja, planejar, desenvolver mecanismos e estratégias socioeconômicas no território que possibilitem a sobrevivência física a partir dos seus referenciais de modo a permitir também a preservação cultural (FARIA, 2003, p. 105-106).

Sendo assim, para os povos indígenas, não importa que o Estado utilize os termos povos, etnias ou grupos, área, terra ou território indígena, pois eles têm consciência do que são e do que querem (FARIA, 2003).

Isso só vez demonstrar suas incessantes lutas em decorrência aos acontecimentos sofridos desde os primeiros contatos dos colonizadores nesse território do Alto Rio Negro, uma luta pela reconquista da Terra que durou 498 anos. Tendo fim, juridicamente, em 1970 e concluída em 1988, com a

homologação e regularização da Terra Indígena do Alto Rio Negro, por meio dos esforços da FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro), conjuntamente com a COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) e ONG`s indigenistas e ambientalistas (FARIA, 2003).

Os povos indígenas da região se faz representar politicamente pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) criada em 1987, abarcam por objetivos: a autodeterminação dos povos; a defesa e garantia das terras indígenas; o resgate e a valorização das línguas e a cultura indígena; o apoio à subsistência econômica e social; a articulação com as organizações interlocais e regionais.

A FOIRN congrega 74 organizações indígenas ao longo dos seus 26 anos de existência, é a maior federação indígena regional do Brasil e filiada à COIAB, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, que por sua vez pertence à COICA – Confederacion de las Organizações Indígenas de la Cueva del Amazonas (com sede atualmente em Quito, Equador).

A COIAB foi fundada em 1989, dentre os objetivos desta constam: articular as organizações indígenas; fortalecer a luta pela demarcação de terras de acordo com os interesses indígenas; preservar as tradições culturais dos povos indígenas; a autodeterminação e educação bilíngue; conscientização política; gerar uma economia alternativa e, por fim, manter a união das organizações indígenas da Amazônia brasileira.

Após a conquista pela primeira condição de sobrevivência dos povos em sua terra, outros fatores associados a ela vão sendo revitalizados e novos sendo incorporados como: projetos educacionais voltados para a valorização das línguas e culturas tradicionais, como o aprendizado primeiramente nas línguas indígenas e num segundo momento na língua portuguesa. A valorização das línguas só veio ganhar importância na década de 90, quando se começou a discutir a implementação da educação escolar indígena dos povos do Alto Rio Negro.

Hoje em dia toda essa realidade ainda é fortemente defendida por eles através de seus movimentos e associações, pois não basta apenas colocar no

papel, é preciso também promover, tornando rotineira a observância dos princípios da diversidade e do pluralismo, de tal sorte que se processe uma transformação no comportamento, na mentalidade coletiva dos não indígenas.

Esses efeitos se revelam na chamada discriminação estrutural, presentes nas desigualdades sociais entre grupos dominantes e os marginalizados. Figura também como meta, a implantação de uma diversidade e de maior representatividade dos segmentos excluídos nos mais diversos domínios de atividade pública e privada como foram relatados.

Nesse sentido, o efeito mais visível dessas reivindicações e representatividade propriamente ditas, é o de eliminar as barreiras invisíveis e visíveis que emperram o avanço dos povos indígenas, independentemente da existência ou não de política oficial tendente a subalternizá-los.

3 LÍNGUAS INDÍGENAS – DA COLÔNIA À ATUALIDADE

Neste capítulo serão apresentados os aspectos históricos necessários à compreensão do processo de silenciamentos a que foram submetidas às línguas indígenas do Alto Rio Negro, o que se deu com o processo de formação do Estado brasileiro e da imposição da língua portuguesa como língua oficial.

Grande parte desse poder de impor ideias e valores se estabeleceu pelos missionários, cujo objetivo consistia também na construção de centros de concentração para onde os indígenas eram levados e instruídos, a fim de receberem conhecimento sobre a religião e os rudimentos de agricultura do branco e iniciados na prática de um trabalho forçado. Os colonizadores buscavam garantir o rendimento econômico, importante para Portugal por meio da exploração de mão de obra indígena e exploração das riquezas do território conquistado.

Com a expansão dos jesuítas no Brasil, a língua geral ou nheengatu foi introduzida pelos gramáticos do clero, e interpretadas por Marquês de Pombal como um mecanismo para que os jesuítas pudessem dominar os chamados “gentios”. Em 1758, é proibido o uso do nheengatu e das línguas indígenas, sendo substituída pela língua do Príncipe, ou seja, o português, como forma de veneração, obrigação e obediência ao poder real (ALMEIDA, 2007).

Desta forma, alguns indígenas foram reunidos em aldeamentos, o que ocasionou surtos de doenças letais irreversíveis, incorporadas pelo contato com o colonizador europeu. Interligada a essas ações estava o monopólio de todas as operações de produção dos bens comerciais gerados pelos indígenas. Essa situação se constituía numa ação da política indigenista, que buscava atender aos interesses da Coroa Portuguesa no Brasil e, em especial, na Amazônia. Desejavam incorporar os indígenas aos projetos econômicos da colônia, visto que, após a decadência do comércio com a Índia, a colônia tornou-se a principal fonte de renda da metrópole.

Assim, “dividida e pressionada de ambos os lados [...] a Coroa teria produzido uma legislação indigenista contraditória oscilante e hipócrita” (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 116).

[...], pois viabilizou duas políticas indigenistas distintas: uma para os índios aldeados e aliados, a quem foi garantido à “liberdade”; e outra para o gentio inimigo, aqueles que poderiam ser escravizados (OLIVEIRA & FREIRE, 2006).

Dados demográficos demonstram que durante todo o século XVII e até o século XVIII, anualmente eram retirados indígenas de diferentes famílias linguísticas de suas aldeias de origem, transferidos de seus territórios, e misturados nas chamadas aldeias de repartição (OLIVEIRA & FREIRE, 2006). O que, conforme Freire (2004) permitia a divisão dos indígenas em duas categorias de trabalhadores, de acordo com a forma de recrutamento:

Por um lado, os índios livres ou de repartições, recrutados através dos **descimentos** (grifo nosso); e por outro, os índios escravos, capturados em operações de **guerras justas**. (grifo nosso); os resgates, dependendo das mudanças na legislação, podiam produzir tanto escravos como livres. [...] **descimento** (grifo nosso); – expedições com objetivo de convence às comunidades indígenas a descer de suas aldeias de origem para as aldeias dos núcleos coloniais [...] nelas os índios eram estocados para serem alugados e distribuídos – repartidos- entre os colonos, os missionários e o serviço real da Coroa Portuguesa, em troca de um salário [...] **guerra justa** (grifo nosso); – uma operação militar promovida por tropas de guerra organizadas pelos colonos ou pela própria Coroa, que invadiam os territórios indígenas com o objetivo de capturar o maior número de índios, incluindo mulheres e crianças. Os índios assim aprisionados eram conduzidos ao mercado de escravos, onde eram vendidos (FREIRE, 2004, p. 73-75).

Nesse lugar eles eram distribuídos e ficavam alguns meses do ano, com colonos, missionários e com a Coroa Portuguesa, para os quais eram obrigados a trabalhar. Em alguns casos, eram considerados escravos e, assim, permaneciam submetidos aos seus proprietários, num regime de escravidão que vigorou legitimamente, com todos os seus atributos clássicos, até meados do século XVIII.

Segundo Wright (1999) de 1728 a 1755, as tropas de resgate⁷ atuaram potencialmente todo o tempo no Médio Rio Negro ao alto Orinoco, um período intenso de operações escravistas por parte de portugueses e espanhóis. No ano de 1737 os portugueses intensificaram suas idas ao Alto Rio Negro e Orinoco. As principais tropas de resgate atuantes no Alto Rio Negro ocasionaram um intenso despovoamento e deslocamento desses indígenas, a partir do final da década de 1730 até o início dos anos 1750 elas foram lideradas por:

Lourenço Belfort (1737-9, 1744-5), José Miguel Ayres (1739-40), (1748-49), João da Cunha Correia (1740-1), e Eustácio Rodrigues (1741-3). Todas essas tropas tinham como capelão de escravos o padre jesuíta Achilles Maria Avogadri, que ficava instalado em Mariuá, o principal arraial de escravos no Rio Negro nessa época. Avogadri esteve próximo do comércio de escravos por cerca de 14 anos, até este ser abolido; então ele se retirou para a aldeia jesuítica de Mortigura, próxima a Belém do Pará, até a expulsão dos jesuítas em 1757 (WRIGHT, 1999, p. 25).

Nesse contexto histórico, surge a política indigenista que teve como marco regulador o Diretório dos Índios de 1755, instituída pelo Marquês de Pombal. Fora criado por meio de lei editada em maio de 1757, que dispunha sobre as povoações indígenas do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Trata-se de uma lei que visava garantir a posse da terra e do patrimônio humano amazônico.

Uma das finalidades desse Diretório, era a criação das aldeias indígenas em vilas e cidades e a consolidação das povoações civis para torná-los livres. Esses, por sua vez, deveriam ter sobrenome português, bem como suas habitações individuais. Enfim, a intenção era de fixá-los e integrá-los à sociedade Luso-Brasileira em núcleos urbanos e, com isso, defender o território sobre o domínio de uma única língua, a portuguesa, conduzindo à exterminação das demais línguas nativas (ALMEIDA, 1997).

De acordo com Cabalzar & Ricardo (2006), o Estado do Grão-Pará tinha como ponto de estratégia no período pombalino o Alto Rio Negro e, em outubro de 1755, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759), comandou

⁷ Tropas de resgate – mandadas para punir tribos hostis, que tivessem atacado os europeus sem provocações. Foram encarregadas de capturar e tomar como escravos o maior número possível de índios (CABALZAR E RICARDO, 2006, p.74-75).

uma expedição de 23 barcos com o objetivo de definir os limites do Alto Rio Negro, por duas razões fundamentais.

A primeira, devido a grande quantidade de indígenas na região que provia as vilas e povoados coloniais. O Marquês de Pombal retirou o "poder temporal" dos missionários nesse território, restando-lhes somente a catequese. Eles perderam o controle da administração das aldeias, que então passaram a ser dirigidas por colonos, civis ou militares, que também ganharam o título de "diretores dos índios".

Nessa época, as aldeias mais prósperas foram elevadas à categoria de povoados ou de vilas, recebendo um nome português, muitas vezes de um santo. E também promovendo novos assentamentos coloniais as margens do rio Negro e no baixo curso de seus principais afluentes.

Em segundo lugar, a região estava situada na faixa de fronteira entre os impérios coloniais português e espanhol, atribuindo-lhe uma importância na estratégia territorial ao longo de toda a metade do século XVIII, sob o forte controle dos militares portugueses instalados em fortalezas, construídas em 1763 (São Gabriel e São José de Marabitanas). Tendo como base essas fortalezas, exploradores militares portugueses fizeram exaustivas viagens pelos afluentes superiores do rio Negro.

Sendo assim, uma das diretrizes do Diretório para os territórios conquistados, era incorporar os indígenas, transformando-os em trabalhadores ativos, a fim de assegurar o povoamento e a defesa do território colonial, proporcionando um corte no passado dos indígenas em restringir sua(s) língua(s), sua identidade e sua cultura tradicional.

Destaca-se, a propósito, a seguinte passagem do Diretório, referente às línguas indígenas:

Sempre foi maxima inalteravelmente praticada em todas as Naçoens, que conquistáraõ novos Dominios, introduzir logo nos Póvos conquistados o seu proprio idioma, por ser indisputavel, que este he hum dos meios mais efficazes para desterrar dos Póvos rusticos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiencia, que ao mesmo passo, que se introduz nelles o uso da lingua do Principe que os conquistou, se lhes radica tambem o

affecto, a veneração, e a obediencia ao mesmo Principe. Observando pois todas as Naçoens polidas do Mundo este prudente, e solido systema, nesta Conquista [leia-se: nas terras do Brasil] se praticou tanto pelo contrário, que só cuidáraõ os primeiros Conquistadores estabelecer nella o uso da Lingua, que chamarão geral; invenção verdadeiramente abominavel, e diabólica, para que privados os Indios de todos aquelles meios, que os podiaõ civilizar, permanecessem na rustica, e barbara sujeição, em que até agora se conservávaõ. Para desterrar este perniciosissimo abuso, será hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Lingua Portugueza, naõ consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem ás Escólas, e todos aquelles Indios, que forem capazes de instrucção nesta materia, usem da Lingua propria das suas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza (DIRECTORIO, 1757, p. 166).

Com o fim do Diretório, e contrapondo a ele, surge a Carta Régia em 1798, que operou algumas mudanças e instituiu significativamente algumas normas onde não se enquadrava o indígena em nenhum regime especial.

Entretanto, ficava vedada a prática de “descimento” e escravidão. Permanecendo à força de trabalho indígena submetida às normas regulares da relação entre amo e criado, ou seja, condicionados aos comerciantes de escravos. Em geral, repete a fórmula, no que tange a transformar os espaços em pontos de contato para estabelecimento de contratos de trabalho, para o comércio e o convívio social com a população não indígena, que já proliferava e se tornava diversa e numericamente superior em suas imediações (ALMEIDA, 1997).

Com a proclamação da República, mas ainda com um pensamento colonial, e com resquícios institucionais da monarquia, da escravidão e de manutenção de uma estreita relação estabelecida entre o Império e a Igreja, tem-se o nascimento do Estado e da emergente sociedade republicana brasileira (ALMEIDA, 1997).

Com ela, vieram os desafios de várias ordens: um vasto território, usurpado desde a chegada dos colonizadores, desejosos pelos metais preciosos; um litoral de enorme dimensão para cuidado e fiscalização de uma população composta pelas mais diferentes línguas e miscigenações interétnicas – europeus, negros, indígenas e mestiços. No entanto, cabe expor que as propostas indigenistas oficiais deste período pautavam-se pela desistência da catequese

incentivada pelo Estado e uma institucionalização estatal de proteção aos indígenas.

Entre essas propostas indigenistas estão o surgimento da Comissão Rondon e a instituição do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) criados em 1910. Entretanto, as ações não obtiveram grandes resultados, ainda que tenha servido para ampliar a ideia, junto à população, de mudança do conceito simbólico dos indígenas para com a população brasileira, que os viam como selvagens, ferozes, inimigos, assassinos e canibais. Mudar certos termos aparentemente era preciso, pois necessitavam de mão de obra para abertura de ferrovias, instalações telegráficas, na navegação dos rios por barcos a vapor, e qualquer possibilidade de resistência gerava lutas contra as nações indígenas (LIMA, 1992 & 2002).

Durante, e parte do período republicano, a legislação indigenista pautou-se pela integração indígena à sociedade nacional. A partir de 1988, os povos indígenas intensificaram o processo de reconhecimento dos seus territórios e passaram a ter o usufruto sobre terras demarcadas, embora de forma problemática. Neste mesmo ano, os indígenas alcançaram uma grande mudança na Política Nacional de Educação Escolar Indígena, após vários anos de opressão de suas línguas. Obtiveram o direito ao uso de suas línguas maternas.

Entretanto, cabe resaltar que as suas línguas eram as que predominavam nesse imenso território, assim como os seus povos, porém, no transcorrer dos anos, essas línguas foram sendo reduzidas, restringidas e exterminadas, juntamente como os seus povos.

Em virtude da lei institucionalizada por Pombal, em proibir as línguas indígenas, e substituí-las pela língua do Príncipe, ou seja, o português, como forma de veneração, obrigação e obediência ao poder real, ao qual idealizavam atender aos interesses da Coroa Portuguesa no Brasil. Bem como desejavam exterminar, ou incorporar, os indígenas aos projetos econômicos da Colônia, suprimindo suas línguas, costumes, crenças e tornando-os como uma fonte de renda aos portugueses.

Houve também vários outros fatores já descritos anteriormente e que estamos descrevendo no transcorrer dessa dissertação, que contribuíram e vêm contribuindo para essa redução de línguas e povos.

Tendo em vista a construção ideológica da sociedade colonial sobre os povos indígenas do Noroeste Amazônico e dos demais indígenas do país, se alicerçava na relação da escravatura, do tráfico, da opressão, do terror, na violência, na exterminação das línguas indígenas, na cristandade, na civilização e na conquista de seus territórios, marcas deixadas na história desses povos e de nossos país.

A ação colonizadora é marcada por diversos conflitos, controvérsias e perdas incalculáveis para os povos indígenas, que levaram também ao desaparecimento de algumas línguas e seus territórios. Em vista que, para os portugueses, os indígenas representavam povos a conquistar e dominar (através da escravidão e da língua oficial “português”). Mas, apesar desses acontecimentos, ainda hoje, o Brasil reúne uma das maiores diversidades linguísticas e culturais, fora defendido e preservado com muito sacrifício pelos indígenas.

Atualmente, os povos e as línguas indígenas representam uma das riquezas e importâncias para a história do Brasil, como é o caso da língua geral amazônica (o *nheengatu*) que em muitos casos, também foi chamada de *tupinambá* (um termo muito usado ao longo de todo o litoral), em decorrência a expressão lexicalizada da língua geral que acabou impondo dois referentes distintos e precisos: a língua que se propagou pelas bandeiras paulistas e a língua que solidificou na Amazônia (RODRIGUES, 1986).

Na tentativa de esclarecer essa distinção, Aryon Rodrigues (1986) propôs chamar à primeira de língua geral paulista (LGP), e a segunda de língua geral amazônica (LGA). Em virtude, de várias denominações atribuídas pelos europeus, de acordo com momento histórico e o espaço geográfico ocupado por eles, ocasionando o fato de diversas línguas indígenas terem sido registradas sem o cuidado etnográfico adequadas, ocasionando que uma mesma língua recebesse vários nomes.

Para designar a língua geral amazônica, desde o século XVII foi empregada em diversos documentos de distintos contextos históricas várias nomenclaturas diferentes: tupi, tupi vivo, tupi moderno, tupi do norte, língua túpica, tupinambá, língua geral, língua brasílica, língua geral brasileira, língua geral dos Brasis, brasileiro, língua indígena geral, nheengatu (língua boa), abanheenga (língua de gente, língua de índio), língua tapuia, e até mesmo, guarani. Utilizaremos o termo sancionado pela academia, língua geral amazônica e também o nheengatu, consagrado por Couto de Magalhães, na segunda metade do século XIX, e conhecida regionalmente no século XX, tanto por seus falantes, como pelo entorno (FREIRE, 2004).

Durante séculos, a língua geral amazônica predominou sobre esse território, de aproximadamente 700 línguas indígenas. Heranças transmitidas através da tradição oral e de diversos tipos de narrativas, sendo elas coletadas por naturalistas, missionários, militares, funcionários e viajantes, nacionais e estrangeiros, que habitaram na região ou percorreram parte dela, nos séculos XVIII e XIX, em viagens de estudo e de trabalho, da mesma forma que por alguns estudiosos que tentaram descrevê-las (FREIRE, 2004).

Quando os europeus realizaram as primeiras viagens exploratórias pelo rio Amazonas nos séculos XVI e XVII, deparou-se com essa diversidade de línguas faladas, de famílias e troncos linguísticos diferentes. Os relatos são descritos nas duas maiores expedições realizadas ao longo do rio Amazonas no século XVI, sendo a primeira, desbravada por Orellana (1541-1542) e a segunda por Ursúa/Aguirre (1560-1561). Seguidas pelo Pedro Teixeira em 1639, que durante uma de suas expedições localizou mais de 150 povos indígenas, todos falantes de línguas diferentes. No século seguinte, foram acrescentando novos grupos linguísticos aos já existentes.

O conhecimento dessas línguas se ampliava com a penetração da conquista do território amazônico. Segundo Loukotka (1968 apud FREIRE, 2004, p.49) no momento de contato com europeu havia 1.500 línguas faladas na América do Sul, das quais cerca de 718 pertenciam ao território que constituiu a atual Amazônia brasileira.

Em seus estudos, Rodrigues (1993, 2001) demonstra através de dados históricos, produzidos pelos portugueses, um número estimado de 1.273 línguas indígenas faladas naquele período, das quais, pelo menos 495 já eram faladas no que é hoje a Amazônia brasileira.

Um dos fatores que contribui para essa divergência de dados⁸ está relacionado à inclusão de diversas línguas do tronco Jê, cuja localização em território amazônico é questionável, assim como, as fontes e métodos empregados na identificação de certas línguas.

Com a chegada dos portugueses ao Pará em 1616, se inicia o processo de domínio do território, sendo a língua geral amazônica o instrumento privilegiado, por missionários, soldados e funcionários determinando um novo planejamento linguístico para a “língua portuguesa” em toda Amazônia, através do testamento feito em 1580 pelo poeta Luiz Vaz de Camões, nele consta que: “As disposições estabelecendo os direitos e os deveres do herdeiro, que devia guardar, conservar e usar o bem que lhe era transmitido, para impedir que fosse varrido da face da Terra (FREIRE, 2004, p.15).

A valorização da língua portuguesa estava presente no discurso de poder feito pelos missionários, soldados e funcionários para exercer a função de comunicação na região, em relação a qualquer língua indígena, pois, elas eram vistas como “incompreensíveis, bárbaras, embrulhadas, horríveis, irracionais, escuras, línguas brutas e de brutos sem livro, sem mestre e sem guia” (VIEIRA, 2001, p.427-429).

Porém, muitos desses missionários compreenderam desde os primeiros contatos que, para sobreviver na Amazônia, necessitaria estabelecer um nível razoável de comunicação com os indígenas, para então ter acesso aos seus conhecimentos, além de conquistar mão de obra local, gerando entre falantes de português o bilinguismo, pois a língua geral amazônica era falada majoritariamente, nas aldeias, povoações, vilas e cidades de toda região:

Durante dois séculos e meio, índios, mestiços, negros e portugueses trocavam experiências e bens, e desenvolveram a

⁸ FREIRE, José, op.cit., p.50.

maioria de suas práticas sociais, trabalhando, cantando, rezando, amando, sonhando, sofrendo, reclamando, rindo e se divertindo nessa língua indígena, que se afirmou como língua supra-étnica [...] e continuou crescendo, e entrou no século XIX como língua majoritária da população regional (FREIRE, 2004, p.17).

Deste modo, no início do século XVIII, a língua geral amazônica ou nheengatu acabou se consolidando como língua de comunicação interétnica, usada nas aldeias de repartição, nas relações de trabalho, na catequese, na população mestiça e cabocla e, até mesmo, de muitos filhos de portugueses e de escravos de origem africana (FREIRE, 2004).

Conforme Freire (2004) e Wright (1999), somente na metade do século XIX, essa situação passa a mudar com o predomínio do monolinguismo da língua portuguesa, levando consigo o declínio e o abandono progressivo do espaço urbano e as próprias margens do rio Amazonas e, também, a morte de centenas de línguas indígenas. Deixou a língua de ser uma expressão regional para cobrir uma área bem menor, limitada aos afluentes e rios da Amazônia como ocorre no Alto Rio Negro, onde continua sendo falada por indígenas, e em conjunto com suas diversas línguas.

No século XXI, a língua portuguesa é hegemônica, entretanto, ainda convive com mais de cem línguas indígenas, faladas em diversos territórios da Amazônia brasileira. Seus usuários continuam resistindo, preservando, cuidando, zelando e lutando por elas, mesmo em condições adversa, sendo a maioria dos falantes bilíngue e/ou plurilíngue.

Esses processos de resistências de aproximadamente cinco séculos, levaram a conquistarem o direito na Constituição Federal em 1988, cujo poder político pela primeira vez na história do país, reconhece o direito dos indígenas “são reconhecidos aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” (Art. 231). Bem como força ao Estado garantir:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais (BRASIL, 1988, ARTIGO, 215).

Um pequeno passo para o Estado, mais um grande para os indígenas, que há anos, convivem com a discriminação de suas línguas, cultura, terras entre outras.

A preocupação de manter as línguas vivas é um patrimônio mais valioso, para a ciência, assim como para todos que devem lutar para preservar. É importante lembrar que poucas línguas indígenas no Brasil foram estudadas em profundidade. Portanto, o conhecimento sobre elas está permanentemente em revisão.

No presente século, de acordo com Freire (2004) a região que comporta a maior diversidade linguística do mosaico do continente americano, é a Pan-Amazônia com um território de 7.275.300 km², que representa 44,5% da América do Sul. Nesse espaço, a diversidade se torna importantíssima não somente em função do número elevado de línguas, seguidas de suas etnias, mas também pelas singularidades de umas com as outras.

Alguns autores, como Rodrigues (1986, 1993) e Freire (2004), ao esboçarem sobre um panorama atual das línguas indígenas na Amazônia, consideram um percentual de aproximadamente 240 a 181 línguas indígenas, representadas entre 43 a 52 famílias linguísticas. Sendo que, algumas dessas famílias participam de agrupamentos genéticos mais abrangentes. Estas línguas estão agrupadas e distribuídas em dois troncos linguísticos, Macro-Jê e Tupi, e 13 famílias. Rodrigues (1986, 1993) argumenta que, existem ainda línguas isoladas que não fazem relação com nenhum desses troncos ou famílias, mas que necessitam ser pesquisadas.

Como apresenta Domingues (2011), uma das maiores áreas de ocorrência de povos indígenas, em situação de isolamento voluntário do mundo, está geograficamente localizado na região de fronteira (entre o Estado do Acre e o país Peru), fazendo parte de um grande corredor regional entre a expansão econômica emanada do Brasil, Peru e Bolívia por via fluvial. Os territórios desses povos, aos poucos foram se reduzindo, cabendo-lhes às áreas de cabeceira dos

grandes rios e de seus afluentes da região do Oeste amazônico, entre eles o *Ucaiali*, Juruá, Purus, Javari e *Madre de Dios*.

Sobre este ponto, Ribeiro (1996) assinala que, esses grupos indígenas, classificados como isolados, [...] seu modo de ser só se explica pela contingência de uma vida de fugas, correrias e lutas que lhes foi imposta e que afetou profundamente sua forma de vida e o funcionamento de suas instituições (RIBEIRO, 1996, p.268).

Ao expor sobre as línguas indígenas, Rodrigues (1986, 1993) estimou uma perda do dobro das que temos atualmente, em virtude do desaparecimento desses povos e, também, em decorrência dos extermínios ou caça a escravos, movido pelos europeus e seus descendentes ou, ainda, por epidemias (doenças infectocontagiosas), seguidos de redução de seus territórios, como já fora mencionado anteriormente.

Dos povos que resistem, ainda há aqueles que se afastaram das questões indígenas mediante as tentativas de extermínio, a impunidade e a exploração sofrida ao longo desses quinhentos anos. Os que resistem lutam até hoje contra esses aparatos, em prol de suas terras, de sua(s) língua(s) e até mesmo de sua identidade.

A literatura brasileira descreve a presença indígena no território brasileiro, mas não fornece dados precisos de quantos indígenas o habitavam antes da chegada dos colonizadores, pois, as estatísticas, principalmente para a Amazônia, são discutíveis.

Segundo Estácio et al. (2011), os povos indígenas situavam-se num percentual entre 1 e 10 milhões, sendo que se atribui como referência números entre 2 e 5 milhões (KAYSER, 2010; LUCIANO, 2006). Entretanto, esses dados não são precisos e é certo que, desde o “contato” com o mundo ocidental, o número de indígenas se reduziu drasticamente e, com eles, suas línguas.

Conforme mostra dados do Censo 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destaca que atualmente, no Brasil somam 896,9 mil indígenas, ou seja, um percentual bem inferior e lamentável para povos que habitavam em todo o território brasileiro.

De acordo com CIMI (2012), os indígenas do Brasil ficaram reduzidos a 241 povos distintos, os quais estão em diversos territórios demarcados e/ou a demarcar, bem como nas cidades, em quase todos os Estados brasileiros. Dentre eles, em torno de 60% vivem na Amazônia, e 50% da população indígena amazônica está localizada no Estado do Amazonas, com mais 74 povos que resistem ao processo de colonização e ainda mantêm suas culturas.

3.1 Ocupação e primeiros contatos no Alto Rio Negro

As primeiras notícias sobre a existência da bacia do rio Negro ocorreu por volta do século XVI, nos relatos de Philip Von Hutten e Hernan Perez de Quesada (1538-1541), que efetivaram uma viagem pelo rio Orinoco, desde a costa atlântica, à procura do El Dorado (terra rica em ouro que supostamente ficaria na Serra Parimá). Os mesmos já assinalavam a existência do rio Waupés, afluente superior do rio Negro (CABALZAR e RICARDO, 2006).

Em 1542, quando Francisco Orellana desceu pela primeira vez o rio que viria a ser chamado de Amazonas, frei Gaspar de Carvajal (cujo relato coube devido ser escrivão da expedição, na passagem pelo rio Negro) referiu-se ao rio de “água negra como tinta”. Contudo, esses relatos ainda não faziam referência à população indígena desse rio. Somente em 1639 a foz do rio Negro foi identificada e descrita com mais detalhes, pela expedição de Pedro Teixeira, que subiu o Amazonas até Quito e voltou com o padre jesuíta Cristóbal de Acuña (Padre da Companhia de Jesus), sendo enviado para Belém com a missão de relatar suas impressões sobre a região e seus habitantes.

Sendo importante ressaltar que, os objetivos da investida da Coroa Portuguesa nessas viagens, era o reconhecimento do território, com vistas à expansão das fronteiras, à busca de minérios e à exploração das florestas.

Desta forma, os primeiros contatos diretos com os indígenas ocorreram já no século XVII, principalmente liderados por portugueses que penetravam o rio Negro à caça de escravos. Naquele momento, povos do Alto Rio Negro teriam entrado em contato, via comércio intertribal, com objetos da cultura material

européia (facas, machados etc.), ou seja, significa que, possivelmente, já sabiam da existência dos brancos, mesmo antes de tê-los visto face a face.

Nessa ocasião, os portugueses já evidenciavam os indígenas do rio Negro como sendo numerosos e desejavam capturá-los para servirem de escravos. Conforme Cristóbal de Acuña, que apontou a presença de doze tribos no baixo curso deste rio.

Contudo, houve um decréscimo das populações indígenas em virtude da escravidão e de epidemias de varíola, que segundo Cabalzar (1999), esse fato acarretou na entrada, pelos rios Negro e Amazonas, de colonos e missionários vindos de São Luiz e de Belém em busca de capturar escravos indígenas e massacrando os que resistiam: eram as tropas de resgate e as guerras justas.

Conforme o autor, o resultado dessa longa guerra foi uma drástica redução da população indígena no rio Negro ocasionando a fuga e a dispersão daqueles que sobreviveram para locais distantes com o objetivo de evitar os massacres e violências dos portugueses. Estes abriram passagem pelo rio Negro, e infelizmente conseguiram alcançar a região e seus principais afluentes, como o Waupés, o Içana e o Xie, ainda muito povoados e praticamente não atingidos pelos não indígenas.

Os primeiros missionários a estabelecerem contato imediato com os indígenas no Alto Rio Negro foram os jesuítas, que trabalhavam junto às tropas de resgate portuguesas, durante o apogeu da escravidão indígena na primeira metade do século XVIII. Em seguida, os carmelitas, que inseriram a política de descimento durante a segunda metade do mesmo século XVIII.

No início do século XIX, os frades capuchinos – adotando o Regimento das Missões de 1845 e a política estatal de “civilizar e catequizar” os povos indígenas, juntamente com alguns franciscanos no ano de 1880 tentaram, mas com pouco êxito, introduzir mudanças radicais na cultura desses povos (combatendo os xamanismos e outros rituais). Diante de suas práticas extremas, esses missionários foram expulsos da região em 1883.

Sendo que, a partir de 1914 vieram os missionários salesianos e todo esse aparato contribuiu para que a diversidade cultural e linguística desses povos

fossem aos poucos, sendo apagadas, dominadas e/ou transformadas (CABALZAR, 1999).

O predomínio dos salesianos, de acordo com Cabalzar (1999), adentrou pelo rio Negro em decorrência a seguinte ordem:

Pouco depois [da viagem pastoral de Dom Frederico Costa, então bispo de Manaus, ao Rio Negro, em 1907] partiu zelosíssimo Bispo para Roma, onde conseguiu, em 1910, a criação da Prefeitura Apostólica do Rio Negro, destacada da Diocese de Manáus, [...] Foi o grande Pio X que, pelo Decreto da Sagrada Congregação da Propaganda Fide, confiou em 18 de junho de 1914 à Congregação Salesiana a administração da Prefeitura Apostólica do Rio Negro, elevada a 1 de Maio de 1925 a Prelazia Apostólica pelas Bullas Pontificias “Christianæ religiinis”, do SS. P. Pio XI, gloriosamente reinante (PELO RIO MAR apud CABALZAR, 1999, p. 368).

Nos relatos de Cabalzar (1999) apesar dele não explicitar, os salesianos no rio Negro agiram no sentido de territorializar as populações indígenas neste rio. Segundo este ao autor isso representou nas primeiras décadas um grande alívio para os indígenas, pois inibiu os abusos cometidos indiscriminadamente pelos comerciantes da borracha, que disputavam entre si o controle do trabalho indígena com rédeas livres para agirem como bem entendessem. Entretanto, vale destacar que, os salesianos igualmente se serviam do estado de submissão e de temor no qual se encontravam os povos do rio Negro para implementar seu “projeto civilizador”, ratificando menosprezo e a abnegação pelas formas de organização, de pensamento e das línguas indígenas desses povos, buscando desde o começo dizimar as manifestações culturais e suas línguas.

Como descreve o indígena da etnia Baniwa Luciano (2011):

O período da minha infância corresponde aos últimos anos das grandes tradições baniwa, uma vez que a partir da segunda metade da década de 1970, muitas delas, como o “cariamã”, o “ritual do adabí” e a festa do “dabucuri com yurupari” (O cariamã, o ritual do adabí e a festa do dabucuri são os principais rituais tradicionais do povo baniwa. O cariamã é um ritual de iniciação que geralmente dura duas semanas e segue modalidades diferentes para meninos e meninas. O ritual do adabí consiste em troca de surras nas costas entre afins (homens) como sinal de

sociabilidade do grupo e para reparar eventuais desavenças. A festa do dabucuri consiste em comemorações pela abundância de alimentos que uma comunidade oferece a outra (troca) como sinal de prestígio e amizade – grifo nosso) foram extintas por proibição expressa dos missionários. Ainda tive o privilégio de participar de algumas cerimônias e rituais dessa natureza na aldeia Massarico e Tucunaré Lago, coisa que meus filhos, infelizmente, não puderam mais ter. A aldeia Massarico, hoje abandonada, era uma grande aldeia e referência do grupo ciuci do Médio Rio Içana, razão pela qual as principais festas e cerimônias eram realizadas lá (LUCIANO, 2011, p.119).

A congregação salesiana gradativamente foi se instalando em pontos estratégicos nas calhas dos rios, com o objetivo de manter o controle de vários territórios indígenas. Mostrando-se muito bem organizados, grandiosos e decisivos; inicialmente instalaram-se na região do Alto Rio Negro, em São Gabriel (1914); depois, em Taracúá (1923), no rio Waupés junto à foz do Tiquié; em seguida, em Iauareté (1929); por último, Pari-Cachoeira (1940). Nessa época os missionários, financiados pelo Estado, julgaram-se senhores absolutos do processo civilizatório indígena (RIBEIRO, 1978).

Os centros salesianos (ou internatos da missão) eram à base do projeto civilizador. De acordo com Cabalzar (1999, p.370), as crianças eram levadas para esses lugares. Muitas delas vinham de lugares distantes (de onde estavam as suas famílias, suas crenças, sua cultura e línguas) para serem disciplinadas, quase que exclusivamente a partir do ideário e das rotinas impostas pela missão. Com a convicção de que só conseguiriam ter êxito em mudar os indígenas adultos e velhos de maneira eficaz através das crianças e jovens, pedagogia salesiana dava ênfase ao seu sistema de educação religiosa e disciplinada:

A vida das crianças na missão era marcada por um rigor e disciplina extremos: os horários para todas as atividades eram rígidos e deviam ser obedecidos, a separação dos sexos eram absoluta, era expressamente proibido o uso dos idiomas indígenas (até mesmo por aqueles recém-chegados, contam alguns), e eram empregados castigos tais como a palmatória e expulsões humilhantes (P.VAN EMST apud CABALZAR, 1999, p.370).

Cabalzar (1999), em “O templo profanado: missionários salesianos e a transformações da maloca tuyuka” expõe através de depoimentos descritos pelos indígenas, o rigor e a disciplina imposta pelos salesianos:

Um rapaz que quisesse arriscar a se comunicar com uma moça usava o artifício de mandar-lhe bilhetinhos na roupa suja que ia para ser lavada. Entretanto, caso houvesse descoberto por alguma revista, era impiedosamente expulso, como são citados vários casos. Na igreja havia a divisão dos sexos, cada um ficava de um lado, ao entrar não se podia sequer olhar para o lado e, durante toda a celebração, todos deveriam manter os olhos fixos no oficiante, senão poderiam ser agredidos com tapas ou castigados, e assim por diante (CABALZAR, 1999, p.370).

Além dos religiosos católicos, os movimentos protestantes também foram se adentrando em vários afluentes do Alto Rio Negro e do Orinoco há mais ou menos meio século, ocasionando também alterações no modo de vida dos povos indígenas.

Como se constituiu o caso de Sophie Muller ou Sofia, americana natural da cidade de Nova Iorque, que veio para a região com a Cruzada de Evangelização Universal. Conforme descreve Wright (1999), era conhecida por essa região e por seus discípulos, cada vez mais numerosos, em decorrência da sua missão em levar o Evangelho atrelado ao conhecimento das línguas indígenas, episódio que perdurou 40 anos no Noroeste Amazônico. Durante esse período, Sofia traduziu o Novo Testamento em três línguas e trechos em outras oito, ensinado muitos de seus adeptos a ler e escrever em suas línguas indígenas.

[...] por longas horas de noite e de manhã, se reuniam todos os índios, cantando e lendo na língua própria [...] foram construídos igrejas evangélicas em dezenas de comunidades pela região inteira. Mesmo nas áreas que ela nunca mais visitou, tais como o Içana, Cuiari e Aiari (WRIGHT, 1999, p. 176-180).

Um dos fatores de sua permanência por tanto tempo compôs-se em ajudar os indígenas em confrontar e lutar contra as corrupções, explorações e as violências vividas por eles pelos comerciantes da região. Entretanto, nem tudo transcorreu de forma harmoniosa. Sophie combatia e rejeitava os costumes, a cosmologia, a cultura e os saberes dos povos indígenas, na qual, segundo ela,

eram rodeados pelos demônios, bruxarias, xamanismos. Sua tarefa era libertá-los, ou seja, destruir sua cultura usando como ferramenta a língua indígena, a qual passou a dominar, para que eles pudessem assimilar a fé evangélica. Em seus discursos, “habitações comunais, festivais de danças e instrumentos musicais, tabaco, xamanismo, caxiri, tudo dos ancestrais deveria ser deixado para trás” (WRIGHT, 1999, p. 194).

Os salesianos preocupados com o movimento crescente de protestantes e anticatólica na região, em decorrência de estar perdendo terreno e devotos, assim como o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), enviou sua primeira missão de reconhecimento para essa região, em 1911.

Mas o SPI só estabeleceu sua presença no final da década de 20 a 30. Sua intervenção não resultou apenas por trabalhos missionários, mas pela presença na área de fronteira, segundo critério da segurança nacional. Questão essa que os salesianos se prevalecem contra os movimentos protestantes e que intensificou a retirada de Sophie da região em 1953, justificando que a presença dela na área de fronteira era uma ameaça implícita a segurança nacional (WRIGHT, 1999).

A soberania do domínio salesiano nos serviços educacionais dos indígenas sobre o território do rio Negro ainda se mantém, mesmo que tenham revisto suas práticas. Mudanças significativas quanto às políticas salesianas decorreram em virtude da extinção dos internatos. Todavia, a proliferação de escolas primárias municipais nos povoados, comunidades e em São Gabriel da Cachoeira proporcionou aos salesianos o controle da educação para os indígenas.

Tais mudanças decorreram em virtude das transformações mais globais, que sucederam no cenário da Igreja Católica como um todo, a partir do Concílio Vaticano II, em 1962, quando se fez a opção preferencial pelos pobres, o que trouxe grande repercussão na igreja latino-americana. Em consequência a essas novas alterações criou-se no Brasil o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, órgão da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que visava novos conceitos, como denunciar agressões aos indígenas e apoiá-los na reivindicação de seus direitos (CABALZAR, 1999).

Recentemente, em relação há isso, vale destacar que, na última década, o movimento indígena do Alto Rio Negro passou a controlar as escolas indígenas localizadas nos territórios indígenas demarcados, no entanto, ter o controle da educação não significou uma ruptura com a educação formal ocidental.

Além disso, vale mensurar que o controle dos salesianos nesse território só se desfaz no início da década de 1980, devido a denúncias no Tribunal Russel, de Rotterdam, e no Tribunal de Haia, na Holanda em função do etnocídio intelectual promovido contra os indígenas.

O discurso das práticas ideológicas dos missionários se instituiu como peça-mestra no processo de conquista do território colonial, mediante sua ação em se apropriarem e destruírem a realidade da vida indígena (sua memória, sua organização social, seus referenciais) para em alguns casos destruí-los completamente ou inseri-los em novos costumes, cultura (vestidos, não pintados: um novo corte de cabelo; novos adereços), território, língua e práticas educacionais.

Segundo Cabalzar (1999), os missionários já incorporam novas noções e estratégias pastorais, com o intuito de revitalizar o campo de perda desses povos:

[...] agora observam uma postura em um discurso que muitas vezes, principalmente por parte dos padres mais jovens, aparenta ser oposto àquele anterior. Depois de todo este longo e árduo aprendizado do que deveriam esperar dos missionários e de como deveriam se comportar frente a eles, deparam-se atualmente com o discurso do clero de que eles devem manter suas tradições, ensinar para seus filhos “nomes de reza” de seus sibs e assim por diante [...] no início da penetração missionária, quando os padres entornavam o caxiri para impedir as “festas satânicas”. Hoje em dia, dizem, eles bebem, alguns comem ipadu e falam até “que um tal padre assistiu a uma festa com instrumentos jurupari lá no Pipuri” (CABALZAR, 1999, p. 373).

No transcorrer dos anos, os colonos e missionários foram adentrando-se nesse território e impondo suas institucionalizações nas tradições, significações e línguas indígenas, objetivando formar uma nova memória e cultura, ao interditar

a historicidade dos povos indígenas. Alguns povos passaram a viver e/ou conviver mais com os não indígenas, ocasionando uma ruptura com o seu passado, o que infelizmente ainda está presente nos dias atuais e se faz marcante em vários aspectos, como no caso do processo de ensino-aprendizagem, no qual podemos observar na análise dos dados coletados, referente a uma de nossas entrevistas junto aos indígenas que residem na sede do município de SGC, durante o trabalho de campo que será melhor apresentado nos próximos capítulos.

4 LÍNGUAS INDÍGENAS E TERRITORIALIDADE LINGUÍSTICA

Floresta e rio representam dois aspectos importantes na territorialidade linguística dos povos indígenas dessa região, que pertencem a três famílias linguísticas distintas, Tukano Oriental, Aruak, Japurá-Uaupés. Esta ocupação é reconhecida historicamente desde tempos imemoriais por movimentos migratórios sucessivos que estabeleceram progressivamente esses grupos nos territórios onde eles se encontram hoje.

Segundo Nimuendaju (apud BUCHILLET, 1993; FARIA, 2007), a primeira seria fundada por grupos de seminômades de cultura rudimentar, são caçadores e coletores da floresta que desconheciam a agricultura, semelhante aos Japurá-Uaupés (Maku) atuais.

A segunda teria surgido do norte (Alto Orenoco e Alto Guiana) na fronteira entre Venezuela e a Colômbia, composta por grupos de origem Aruak, pertencentes a uma cultura mais desenvolvida, vivendo ao longo dos rios em suas grandes casas comunais (malocas). Os do rio Içana, Manáo, os Baré e os Baniwa, seriam os seus descendentes cuja migração fora evidenciada pelos toponímios em Aruak, pelos rios da região sendo ocorrido no início da era cristã.

A terceira adentrou do oeste (Napo-Putumayo), caracterizada por indígenas de fala Tukano e portadores de uma cultura menos desenvolvida do que a dos Aruak. Porém, outra invasão dos Aruak teria surgido no século XVIII: os Tariano, originários do Aiary, durante inúmeras guerras, teriam desalojado os Tukano de Iauareté e Ipanoré.

Essas ondas migratórias teriam causado, gradualmente, uma mestiçagem cultural na região: os Tukano teriam sido influenciados pelos Aruak; os Tariano adotaram a língua Tukano; alguns clãs Baniwa adotaram a língua Cubeo e numerosos Japurá-Uaupés (Maku) foram assimilados pelos Tukano e Aruak.

Certos subgrupos Aruak (NIMUENDAJU apud BUCHILLET, 1993; FARIA, 2007), atuais seriam antigos Japurá-Uaupés que teriam sido Aruakizados nesse processo. Entretanto, há certos questionamentos sobre suas evidências

linguísticas por alguns pesquisadores ou originárias da história oral dos grupos indígenas da região. WRIGHT (1999) diverge da origem Japurá-Uaupés (Maku) dos Hohodene, citando que, de acordo com a história oral, semelha da origem dos mais antigos Aruak do rio Içana. Diverge, ainda, da data de chegada dos Aruak à região, pois evidências dos petroglifos localizados nas cachoeiras do rio Içana e da tradição oral que assinala ter a ocupação dos Aruak acontecido em tempos pré-históricos.

De acordo com as tradições orais, os indígenas Tukano teriam surgido do leste e não do oeste do Brasil. Dois aspectos importantes na diversidade linguística da região desses povos indígenas estão representados por meio da territorialidade circunscrita à Floresta e aos rios. Como é o caso dos indígenas Tukano Oriental e Aruak que vivem em comunidades dispersas ao longo dos rios e seus tributários navegáveis, por isto, são chamados “índios do rio”. E os da floresta são denominados de “índios do mato”, como é o caso dos Japurá-Uaupés (Maku).

O grupo Tukano Oriental (Arapaço, Bara, Barasana, Desana, Cubeo, Karapanã, Makuna, Miriti-tapuia, Piratapuia, Siriano, Taiwano, Tatuyo, Tukano, Tuyuka, Yuriti, Wanano) ocupa um território único limitado pela rede hidrográfica do Waupés e seus afluentes e pelo rio Pira-Paraná, na Colômbia, que pertence à rede hidrográfica Paporis-Caquetá.

Cada grupo habitava um território contínuo, marcado por um ou mais rios ou igarapés, rodeados por outros grupos Tukano com quem mantinham relações matrimoniais. Porém, em decorrência a várias guerras intertribais, colonização, migração, descimentos e aldeamentos desses indígenas por séculos, os componentes de um mesmo grupo linguístico não ocupam mais um território determinado, mas se espalham entre os principais rios da região (BUCHILLET apud FARIA, 2007).

As características dos povos Tukano Oriental são de grupos socioculturais com origem e história comuns, como: cultivo da mandioca amarga (pelo sistema de coivara), complementado pela pesca, caça e coleta; localização ribeirinha dos povoados (antigas malocas); sistema de parentesco e matrimônio

baseado na diversidade linguística; narrações míticas com uma trama comum a todos os grupos, festas e rituais semelhantes, como os da iniciação masculina quando flautas e trombetas (Yurupari), representando os ancestrais, são mostrados aos jovens; Dabukuri ou Po'óá.

Mesmo com essa origem comum, os Tukano dividem-se em unidades de filiação patrilineares, essencialmente diferenciadas pela língua, pela localização territorial, por uma especialização artesanal e são unidos por laços matrimoniais.

A língua para os Tukano Oriental está relacionada com sua identidade, desta forma, as diversidades linguísticas favorecem as uniões matrimoniais, sendo assim, os casamentos se realizam entre pessoas de fala diferente. Esse fato não é barreira para a relação indígena no Alto Rio Negro, mas ao contrário, pode reafirmá-la por meio das relações de parentesco (fala a mesma língua) e alianças matrimoniais (fala diferente). Essa organização social está pautada em unidade de descendência patrilinear, patrilocal e exogâmicos as quais obedecem à disposição hierárquica dos sibs.

O SIBS (GOLDMAN apud FARIA, 2007), é definido como grupos de descendência unilinear, cujos membros se consideram descendentes de ancestrais comuns, mas não podem estabelecer uma relação genealógica real. Ele também estabelece diferenciações entre tribo e fratria. Tribo refere-se mais ou menos a uma identidade comum de língua, descendência e costumes. E Fratria, é uma associação de sibs que estão ligados por regras de exogamia, pela residência comum ao longo do mesmo rio, por uma tradição de origem e descendência comuns, por uma ordem de hierarquia que confere a cada sib seu lugar na escala social e, finalmente, por uma série de cerimônias, tanto solene quanto seculares.

Esclarece a mitologia que os sibs de uma fratria são componentes das partes de uma única cobra grande (Sucuri) que se dividiu; o sib que corresponde à cabeça seria o mais importante das fratrias e os demais sibs formariam em ordem decrescente o restante da hierarquia. Seguindo o mito de origem, entende-se que existiu uma hierarquização dos povos indígenas dentro dos grupos linguísticos Tukano Oriental, Aruak e Japurá-Uaupés (RAMOS, 1980).

Os povos Aruak são os Baniwa e Curipaco (Rio Içana), Baré (Alto Rio Negro e Xié) e os Tariano (médio rio Waupés), os Werekena (rio Xié). Distribuem ao longo do rio Içana e seus afluentes (rios Cuiary, Aiary e Cubate), do Alto Rio Negro, entre São Gabriel da Cachoeira e San Carlos del rio Negro (Venezuela), ao Baixo rio Xié, entre três países Brasil, Colômbia e Venezuela.

Os Tariano e os Baré foram perdendo a língua materna ao longo dos séculos em detrimento ao processo de colonização. Os Baré adotaram a língua geral/Nheengatu, e os Tariano passaram a usar a língua Tukano, já os Werekena estão em situação de risco, porque existem aproximadamente 40 falantes do lado brasileiro e na sua maioria maiores de 40 anos.

Conforme Grunberg (2005), os indígenas que vivem no fundo da mata são chamados de seminômades, caçadores e coletores, como é o caso dos povos Japurá-Uaupés, cuja denominação Maku fora dada pejorativamente aos povos Hupdha, Yu Ripdha, Dâw e Nadëb. Os povos Japurá-Uaupés vivem nas zonas de interflúvios de difíceis acessos dos rios Papuri e Tiquié ou na floresta ao sul do rio Tiquié, longe dos rios e igarapés navegáveis.

A sobrevivência desse povo, bem como o afastamento dos não indígenas ocorreu através de seus conhecimentos da fauna e da flora que lhe permitiu assegurar com maior propriedade seus costumes e tradições. Suas migrações frequentes são características de seu nomadismo marcado por acampamentos na floresta para caçar e coletar, com aldeias normalmente próximas a igarapés na floresta e também sempre próximas as aldeias dos Tukano.

Eles compartilham alguns traços tais como; a cultura da mandioca brava, o consumo de caxiri (bebida à base de sumo de mandioca), as festas de troca de comida chamadas dabacuri e os rituais de iniciação masculina com o uso de flautas sagradas.

A organização social dos povos é distinguida espacialmente em grupos domésticos e locais geralmente são exogâmicos, onde a regra da patrilinearidade ordena os laços de descendência, ao passo que os grupos regionais são endogâmicos. O grupo doméstico (comporta uma família e unidade social de

produção e consumo); grupo local (formado por um ou mais grupos domésticos, em média com trinta pessoas) e o grupo regional (formado normalmente por dois clãs que se relacionam como afins). Os grupos regionais utilizam como referência um rio ou um igarapé para onde correm igarapés menores nos quais vivem os grupos locais. A distribuição geográfica desses grupos é decorrente da adaptação ecológica dessa sociedade (RAMOS, 1980).

Grumberg (2005) alega que a mobilidade espacial desses povos é de ordem social por se tratar de processos de procura de esposas ou cisões causadas por desentendimentos entre membros – e de ordem religiosa e mais raramente de ordem econômica ou ecológica.

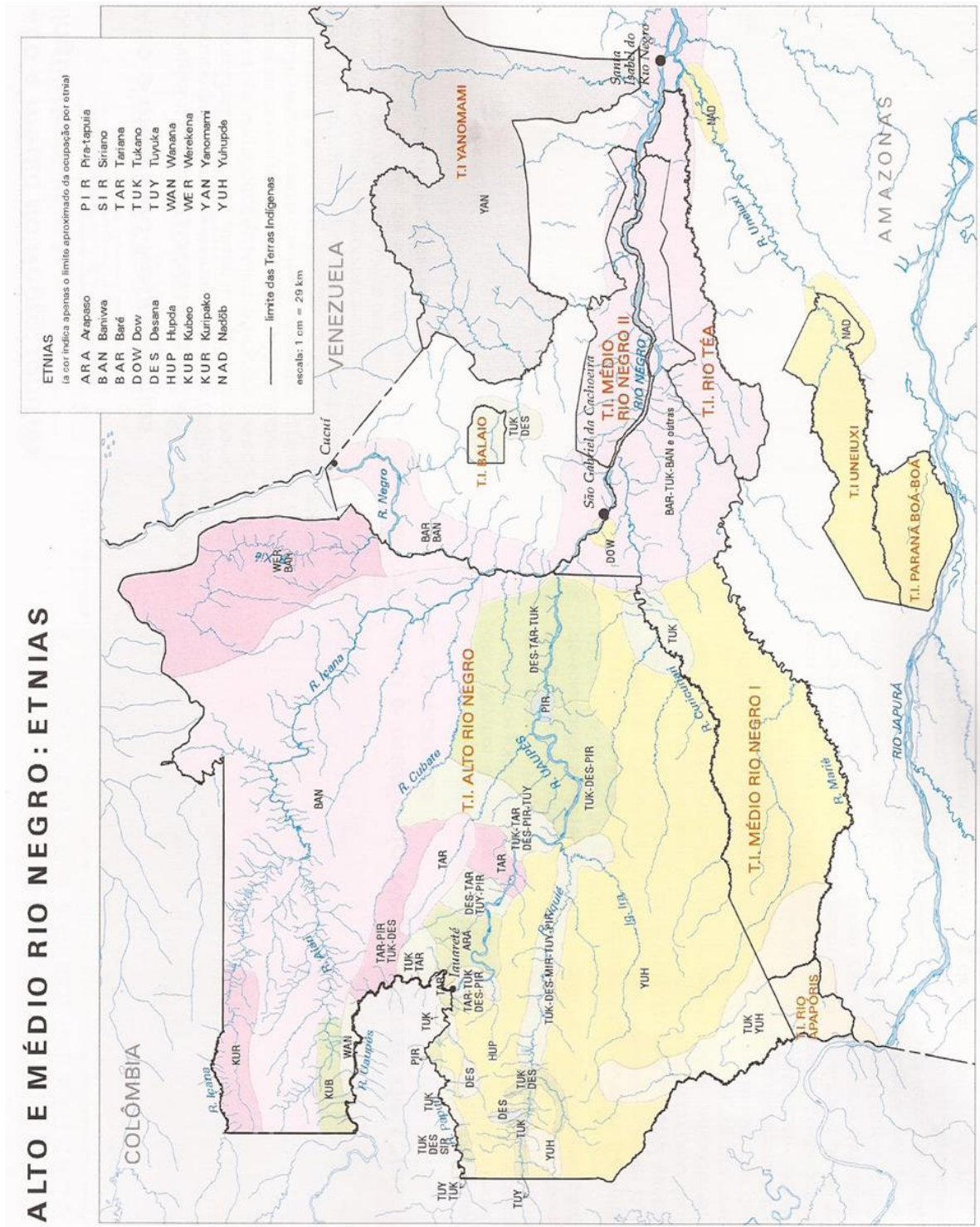
Neste contexto de diversidade cultural e linguística também vive o povo Yanomami que não têm ligações de parentesco com os 23 povos indígenas desta região, uma vez que seus mitos de origem e cultura são distintos deles. Entretanto, eles mantêm uma relação de vizinhança entre esses povos indígenas e os demais em decorrência a suas terras que abrange os Estados de Roraima e Amazonas que envolve os municípios de Barcelos, Santa Izabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira (FARIA, 2007).

Segundo Bernal (2009), o forte contato entre os diversos povos da região no contexto social étnico do Alto Rio Negro é a aceitação geral (mesmo de forma negativa por parte dos Japurá-Uaupés) da regra da exogamia linguística e da virilocalidade residencial, ou seja, as tribos do Alto Rio Negro “são geralmente organizadas em fatias exogâmicas no interior das quais os grupos virilocais e patrilineares utilizam a língua paterna, compartilhando território e ancestrais míticos” (BERNAL, 2009, p.41).

A categorização territorial política e humana da exogamia linguística é eficaz e muito forte entre esses povos. Tais relações permanecem vinculadas tanto aos produtos de base de floresta ou dos rios (materiais de artesanatos, de construções, caça, pesca, etc.), quanto às funções dadas aos objetos cerimoniais (bancos, objetos religiosos, produtos psicotrópicos) e as alianças políticas ou as fidelidades entre fatrias. Deste modo, as diferenças constituem uma espécie de rede simbólica que tece o sistema social da região através das grandes distâncias

fluviais que percorrem nas fronteiras entre Brasil, Colômbia e Venezuela (figura 02 - 03).

FIGURA 02: Etnias do Alto Rio Negro.



Fonte: FOIRN/ISA, 2006.

4.1 Os lugares de uso das línguas indígenas na cidade.

Este subitem foi elaborado a partir da coleta de informações por meio de parte das entrevistas (nos locais públicos e privados) e que resultaram em interpretações e algumas conclusões através da implementação de ferramentas de mapas e gráficos.

Para os povos indígenas, é fundamental permanecer em seus territórios tradicionais, para que possam garantir a sobrevivência de suas culturas. Mas a redução das áreas disponíveis para os povos indígenas gera uma limitação de recursos naturais para eles. Este problema, aliado às novas necessidades de bens industriais advindas do contato com os não indígenas, obriga os indígenas a buscarem novas formas de sustentabilidade, combinando suas atividades econômicas tradicionais com a produção de bens voltados para o mercado externo.

Para viabilizar essas novas alternativas de desenvolvimento muitos foram morar na sede do município de São Gabriel da Cachoeira, sendo assim, procurou-se destacar a importância e o papel da(s) língua(s) nesse meio urbano do município. Ao mesmo tempo buscou-se situar o uso da(s) língua(s) indígena(s) nesses espaços sociais, além dos outros já mencionados.

Neste município há vários lugares onde vivem pessoas pertencentes a mais de uma etnia nas quais se fala em consequência, mais de uma língua, há ainda situações em que esses povos distintos formam um sistema social multiétnico (muitas etnias) e multilíngue (várias línguas). No decorrer dos anos alguns desses indígenas passaram e vem passando a residir na sede do município de SGC com outros que aqui já residiam.

Desta forma, buscou-se mostrar durante essa dissertação um pouco das diferentes maneiras como esses povos indígenas fazem em seu convívio social e familiar com uso das línguas indígenas, assim como, identifica os lugares de uso dessas línguas na área urbana de SGC.

Sendo assim, identificaram-se os entrevistados da seguinte maneira: os sujeitos da pesquisa foram homens e mulheres que residem na área urbana de

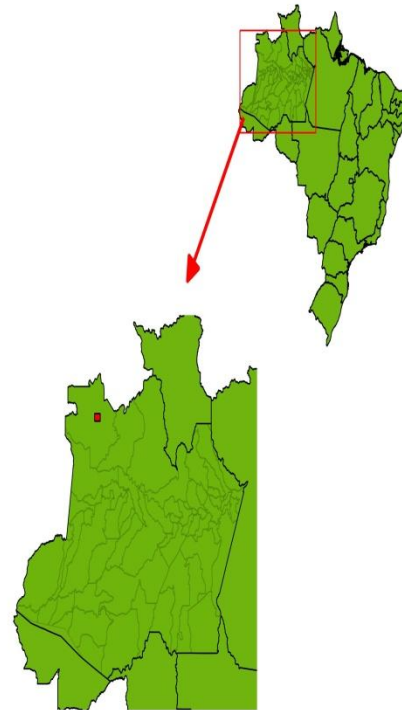
SGC, cuja faixa etária optou-se por trabalhar com três, no intuito de identificar em qual delas, a(s) língua(s) é mais usada(s), no transcorrer das análises elas foram: entre 18-30 anos de idade obteve-se 52%, entre 30-50 anos de idade alcançou 66% e para 50-90 anos de idade apresentou 32%. No total foram alcançadas 150 pessoas, dos quais estão distribuídos da seguinte maneira: sexo masculino 43% e para o sexo feminino 57%.

De acordo com as coletas identificou-se o estado civil desses sujeitos: casados obtiveram uma proporção mais elevada com 84%, o(a)s solteiro(a)s com 57%, viúvo(a)s com 7% e separado(a)s com 2%.

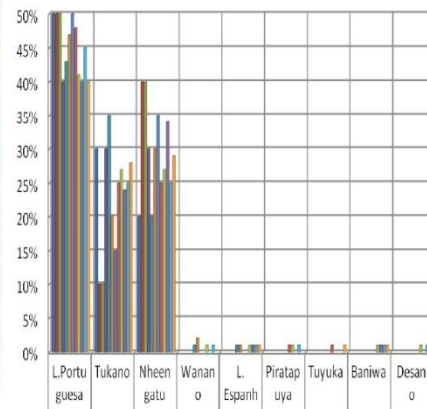
Esses dados refletem nas respostas dos entrevistados com relação a(s) sua(s) língua(s) no convívio familiar e social, os quais foram sendo mediados nas respostas dadas às questões propostas durante a realização desta pesquisa para assim, chegarmos a indicativos aos lugares de uso das línguas indígenas na área urbana de SGC, no qual resultou em dados gráficos e mapas.

Segundo o Plano Diretor do Município (2006) o universo dos bairros está distribuído em onze bairros. Entretanto, durante o trabalho de campo foi constatado que há mais um bairro denominado pelos moradores desse local como Tirirical ou São Jorge. Desta forma, todos foram pesquisados. Sendo assim, os respectivos dados estão no mapa a seguir, que identifica as línguas predominantes nesses lugares.

Figura 04: Mapa das línguas predominantes nos bairros de SGC.



Línguas Predominantes nos Bairros



	L. Portuguesa	Tukano	Nheengatu	Wanano	L. Espanhola	Piratapuya	Tuyuka	Baniwa	Desano
Tirinal/São Jorge	50%	30%	20%						
Boa Esperança	50%	10%	40%						
Graciliano Gonçalves	50%	10%	40%						
Padre Cicero	40%	30%	30%						
Miguel Quirino	43%	35%	20%	1%	1%				
Centro	47%	20%	30%	2%	1%				
Fortaleza	50%	15%	35%						
Nova Esperança	48%	25%	25%			1%	1%		
Praia	41%	27%	27%	1%	1%	1%		1%	1%
Dabaru	40%	24%	34%		1%			1%	
Areal	45%	25%	25%	1%	1%	1%		1%	1%
Tiago Montalvo	40%	28%	29%		1%		1%	1%	

Fonte: ISA, 2010; Ministério dos Transportes, 2010 - Org: Heitor Pinheiro, 2014

Bairros
 Municípios
 Brasil
 Google Satellite

Fonte: Gomes, Rosilene (2013).

As respostas no meio urbano do município apresentaram uma conjuntura em que duas ou mais línguas indígenas são faladas no cotidiano dos entrevistados juntamente com a língua portuguesa. Mediante a análise ficou franco que, há uma amplitude da fala da língua portuguesa nesses bairros sobre as línguas indígenas, essa realidade se faz contemporâneo em inteireza do processo colonial, mesmo passado mais de três séculos os seus resíduos ainda se fazem presente devido à abrangência dos entrevistados ao responderem que só falam a língua portuguesa, ou seja, uma população indígena que não dominam sua língua materna.

O mapa da página anterior, dos bairros ilustra bem o percentual, a força e a importância da(s) língua(s) indígena(s) pelos entrevistados. Com isso fica a patente que a sede do município, constituindo assim, um espaço diversificado de línguas. Desta forma, as línguas indígenas estão distribuídas da seguinte maneira:

O nheengatu aparece sendo falado fortemente e vastamente pelos entrevistados. Vale mensurar que, o nheengatu é uma língua amplamente falada nas comunidades que estão entorno na sede do município. Além disso, nas comunidades localizadas no rio Negro, Xié e Baixo Içana, que são ocupadas principalmente pelos povos Baré, Werekena e Baniwa.

No tocante da língua Tukano, aparece como a segunda mais usada/falada entre os entrevistados. O uso da língua Tukano é predominante nas comunidades localizadas no rio Waupés, Papuri e Tiquié. O tukano passou a ser empregado com o passar dos anos como uma língua franca, permitindo uma intercomunicação entre povos com línguas paternas bem diferenciadas. A imigração de indígenas falantes dessa língua para a cidade fez com que se estendesse aos espaços públicos e privados na sede do município.

O tukano e o nheengatu por serem línguas amplamente faladas em algumas das comunidades, rios e seus afluentes da região. Em consequência de esses lugares serem há séculos meio de sobrevivência, convívio, trocas, etc. Sendo assim, uma delas ou ambas as línguas destas famílias foram sendo incorporadas por um percentual de indígenas cuja etnia é: Baniwa, Wanano, Tuyuka e Piratapuya, juntamente com a sua língua materna ou paterna. Vale

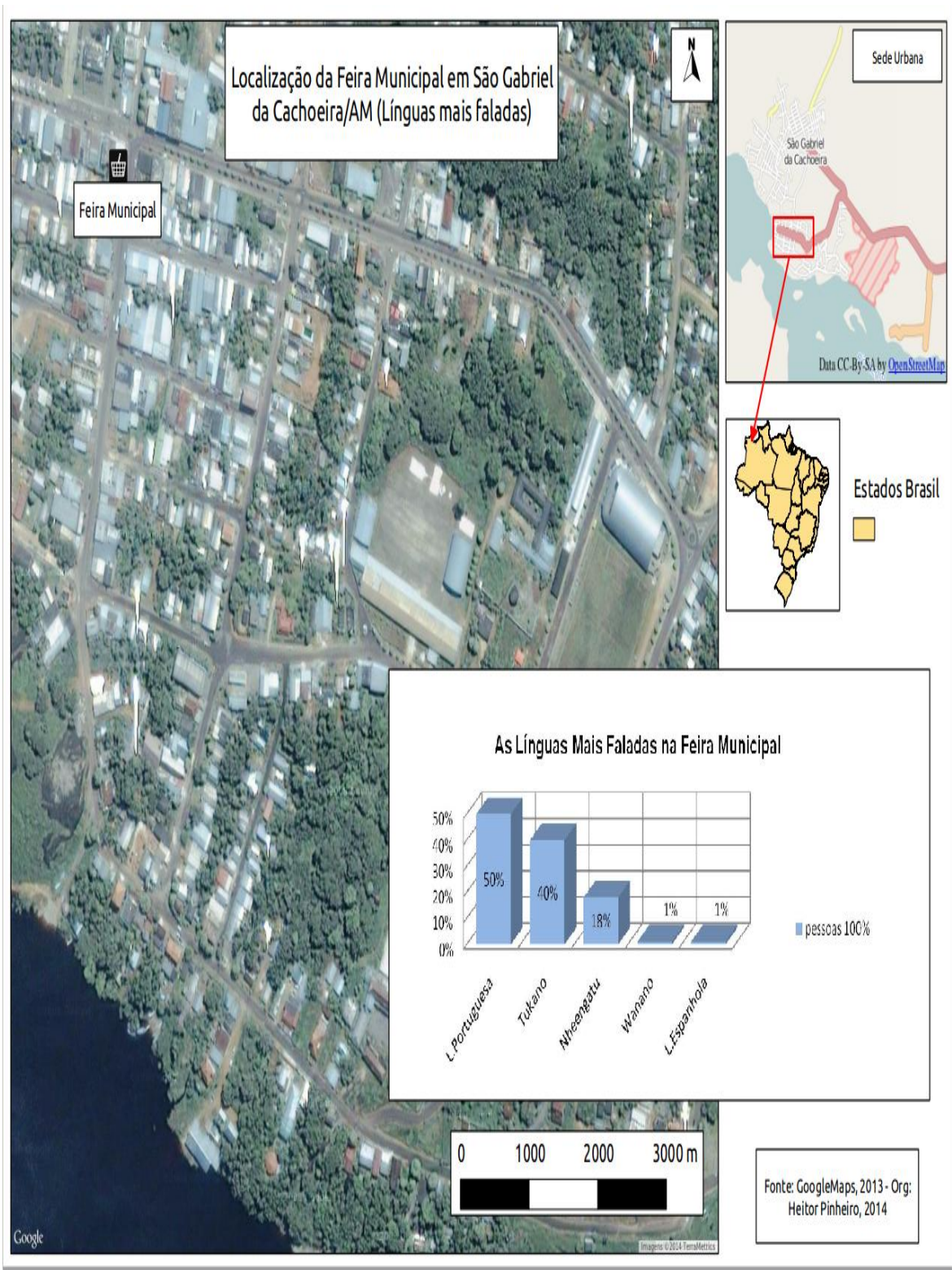
destacar que, ao lado dessas línguas o português sempre está presente, assim como o espanhol para alguns indígenas. Essa última língua se faz presente em decorrência à localização geográfica do município, por está na faixa de fronteira com a Colômbia e a Venezuela.

Cabe mensurar, de acordo com Silva (2007) um fator merecedor de reconquista do espaço pela língua indígena, é poder vê-las.

Na “terra das línguas”, estas devem ser livres para circular por ruas, avenidas, becos e praças, abrindo a possibilidade para que as línguas possam descer e subir os rios das regiões, e que seus falantes possam olhar o seu horizonte étnico sem medo ou vergonha (SILVA, 2007, p. 66).

É importante observar que durante o trabalho na feira municipal, verificou-se que as pessoas usam a língua indígena no dia a dia neste local. Vejamos - como pode ser conferido no mapa a seguir.

Figura 05: Mapa das Línguas mais faladas na Feira Municipal de SGC.



Fonte: Gomes, Rosilene (2013).

No entanto, ao serem entrevistadas, algumas pessoas deram suas respostas, mas negaram saber a língua indígena. Entretanto, quando nos reportamos outras vezes neste local para conversarmos de forma informal com essas pessoas, constituindo assim uma proximidade corriqueira, houve uma mudança em suas falas, pois relataram de forma natural e sem receio que sabem a(s) língua(s) indígena(s), mais não gostam de falar perto de estranhos ou não indígenas, isto se deve a um fato puramente histórico, pois no passado a língua indígena era discriminada e esse vestígio ocasionou neles um sentimento de desconfiança com a presença de pessoas não indígenas, além de alguns deles não saberem falar e/ou entender direito o português.

De acordo com os dados levantados, esse acontecimento se dá em consequência de algumas dessas pessoas morarem em comunidades e por isso terem o hábito de falarem somente na(s) língua(s) indígena(s). Algumas dessas pessoas vão para a feira com o intuito de vender seus produtos cultivados no sítio/roça (hortaliças, frutas, farinha, biju, açaí, entre outros). Eis abaixo algumas fotos ilustrativas do dia a dia na feira municipal de São Gabriel da Cachoeira (figura 06).

Figura 06: Foto da Feira Municipal de São Gabriel da Cachoeira.

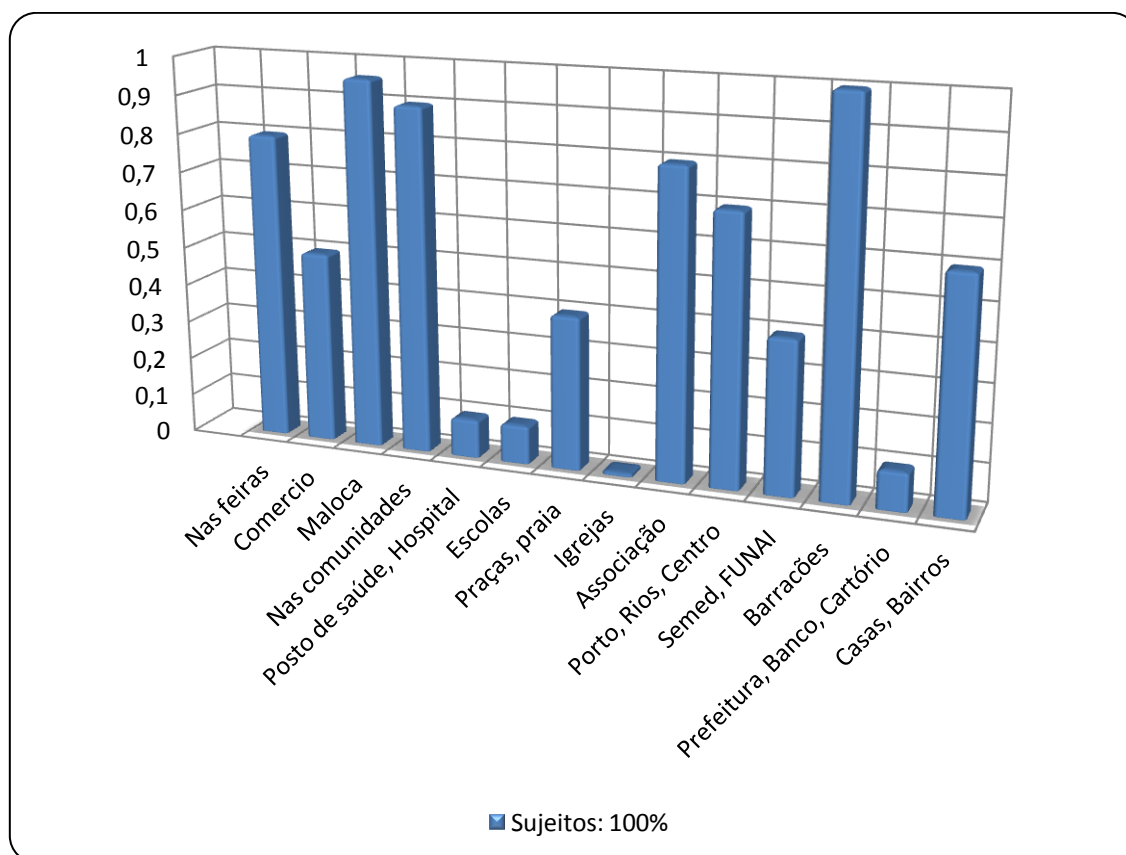


Fonte: Gomes, Rosilene (2013).

Com relação aos órgãos públicos e privados, as entrevistas abertas foram bem recebidas e não houve oposição em repassarem alguma informação verbalmente, entretanto, quando mencionado que haveria necessidade de alguns dados como: mapa da cidade ou qualquer outro tipo de documento sobre as três línguas co-oficiais, infelizmente esses recursos não foram disponibilizados.

Os lugares visitados foram assim conduzindo e direcionando a pesquisa com o intuito de conhecer de que maneira a língua circula na sede do município de São Gabriel da Cachoeira. Baseado nas respostas dos nossos sujeitos, conseguimos identificar quais os lugares onde as línguas indígenas são mais usadas/faladas, os quais serviram de referência para a construção de nosso próximo gráfico.

Gráfico 01: Quais os lugares onde as línguas indígenas são mais usadas/faladas?



Fonte: Gomes, Rosilene (2013).

Os lugares mencionados ocasionou uma distribuição diversificada de opiniões em torno do uso das línguas indígenas. Esse enfoque mostra um panorama amplo por onde as línguas percorrem além de está interligado a rotina dessas pessoas nesses ambientes.

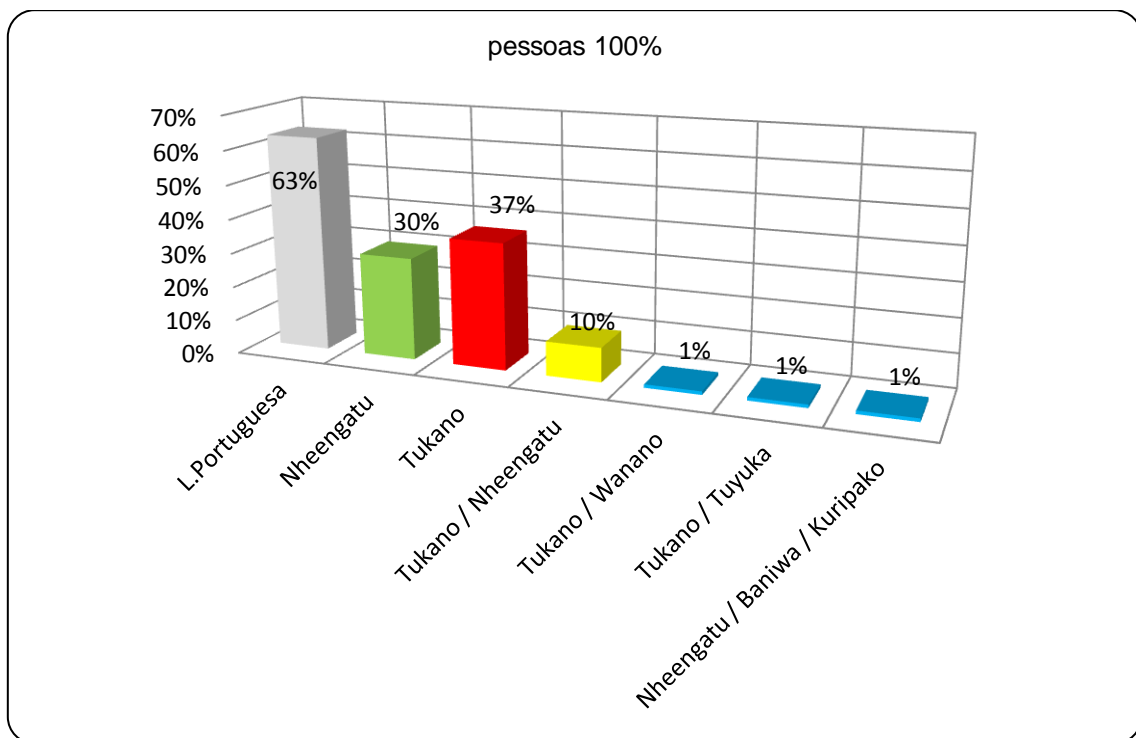
Desta forma, os lugares de maior uso da(s) língua(s) indígena(s), de acordo com as respostas dos entrevistados, foram os ambientes públicos.

Deixando claro que a língua está viva, e é presente no dia a dia dessas pessoas. Realidade essa que também presenciei durante minha estadia e pude comprovar na prática que eles usam rotineiramente em qualquer lugar a(s) sua(s) língua(s).

Ao pensar nesses povos indígenas, precisamos sempre pensar na sua diversidade linguística, pois cada povo, por sua vez, tem suas próprias características culturais, sua visão de mundo, ou seja, uma maneira especial de ver, por meio do conhecimento, as coisas do mundo humano e natural.

Nesse sentido, o efeito mais visível dessa diversidade e representatividade, propriamente ditas, é o de eliminar as barreiras invisíveis e visíveis que emperram o avanço dos povos indígenas, independentemente da existência ou não de política oficial tendente a subalternizá-los, cuja questão “Qual é a língua que você utiliza pra se comunicar com os comerciantes?”, permitiu organizar o seguinte gráfico.

Gráfico 02: Qual é a línguas que você utiliza para se comunicar com os comerciantes.



Fonte: Gomes, Rosilene (2013).

Verificou-se que a predominância da língua portuguesa no comércio local é significativamente elevada com 63% das respostas. Esse percentual já era esperando em consequência ao processo de proibição das línguas indígenas no passado, além da soberania dos comerciantes serem nordestinos ou não indígenas em decorrência do ciclo da borracha do qual viveu toda a Amazônia, e com o passar dos anos uma presença expressiva e crescente dos militares nessa região de fronteira a qual está o município, ocasionando uma diglossia nesse ambiente.

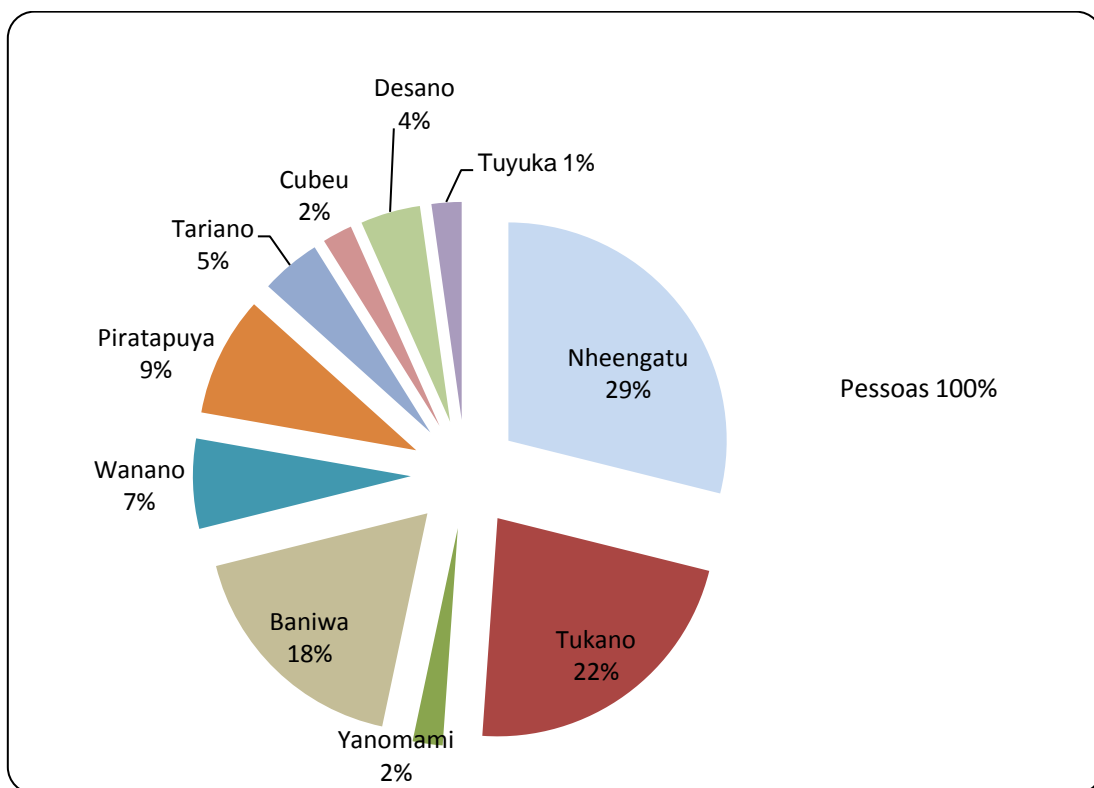
Em contra partida, se verificou que, a pesar da soberania da língua portuguesa e dos fatos históricos sofridos por esses povos, a grande maioria dos indígenas que residem no meio urbano do município ainda vem opondo-se, e assim, utilizam da(s) sua(s) língua(s) nativa, quando encontram algum amigo, parente ou conhecido fazendo compras ou trabalhando em alguns desses estabelecimentos, como apontam as respostas dos 80%, dos que não utilizam o português para se comunicar com os comerciantes.

Essas respostas são concisas nos 13% dos entrevistados, ao relatarem que falam três ou mais línguas indígenas e as utilizam conforme o que o outro fala, ou a que, mais lhe convém dependendo da situação. Como foi observado na fala de um desses sujeitos “*Se eu encontro uma pessoa que fala tukano, eu falo tukano, se eu encontro uma pessoa que fala nheengatu eu falo nheengatu, se eu encontro uma pessoa que fala português, eu falo português*” (ENTREVISTA - 01, 2013). No próximo capítulo teremos uma prova clara que o ambiente familiar linguístico faz parte e é responsável pelo processo de disseminação das línguas indígenas:

Um desafio para essas e outras línguas indígenas é permanecer sendo faladas no meio urbano do município. E um dos pontos a serem reparados é a compreensão dos não indígenas, de que essa diversidade linguística é um elemento de fortalecimento da identidade étnica e cultural em todo e qualquer ambiente deste município. Afinal, elas sempre fizeram parte deste cenário que aos poucos está sendo descaracterizados pela diglossia.

Percorrendo o universo pesquisado buscou-se uma percepção do relacionamento e entendimento dos indígenas sobre suas línguas, assim como, a dos outros falantes. O que nos levou a elaborar a seguinte pergunta: "Das línguas que você fala, qual dentre elas você sente mais dificuldade para se comunicar e entender o que os outros falam? E por quê?" – que geraram o gráfico a seguir.

Gráfico 03: Das línguas que você fala, qual dentre elas você sente mais dificuldade para se comunicar e entender o que os outros falam? E por quê?



Fonte: Gomes, Rosilene (2013).

Segundo os entrevistados das etnias descritas abaixo, referente às línguas que eles relataram ter mais dificuldades de comunica-se e entender foram:

Etnia	Dificuldade para se comunicar e entender o que os outros falam
Nheengatu	Nheengatu, Tukano, Baniwa

Tukano	Tukano, Piratapuya, Nheengatu, Tuyuka, Tariano, Desano, Baniwa
Desano	Desano, Nheengatu, Cubeu, Tukano, Piratapuya, Baniwa, Wanano
Piratapuya	Desano, Nheengatu, Tukano, Piratapuya, Baniwa, Wanano
Tariano	Tukano, Tariano, Nheengatu, Wanano
Baniwa	Tukano
Wanano	Piratapuya, Tariano
Tuyuka	Nheengatu, Baniwa, Wanano, Cubeu
Yanomami	Tukano, Piratapuya, Nheengatu, Tuyuka, Tariano, Desano, Baniwa, Wanano

Ao analisar as respostas os resultados foram parecidos, além de algumas se repetirem com relação a(s) sua(s) língua(s), mas teve língua(s) que as respostas foram diferentes, e por isso, para uma melhor compreensão foram descritas da seguinte maneira:

O censo comum para as demais foram: porque os padres proibiam de falar na língua Indígena; porque não praticam; porque não convivem muito com familiares que falam a(s) língua(s); porque é difícil; porque falam muito rápido; porque teve o convívio muito tarde com a língua; porque só praticam na comunidade/sítio.

Para os falantes das línguas baniwa, wanano, piratapuya, tariano, cubeu e desano. As respostas diferentes foram: porque não tem muita gente que fala a língua; porque é difícil; porque as palavras/pronúncias/sons são parecidas.

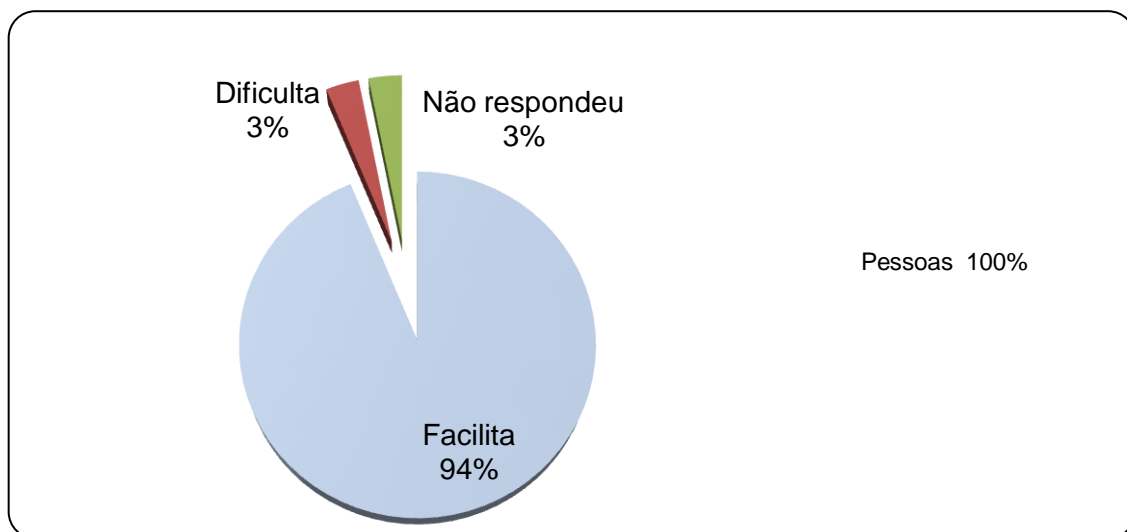
Já para o falante da língua yanomami a maior dificuldade é a falta de falantes na sede do município.

Diante do que fora descrito, pode se entender que, a importância de uma/ou de várias línguas permanece absolutamente pautada com a colocação que ela(s) desempenha(m) na comunicação com aqueles que são importantes nos

vários domínios relacionados (família, religião, educação, cultura, esporte, lazer). Todavia, ela(s) também possui (em) em si mesma uma importância que provém dos povos que as utilizam.

A próxima pergunta “Falar mais de uma língua facilita ou dificulta sua relação com outros povos indígenas?” está associada à relação de dificuldade ou facilidade que os povos indígenas têm em se comunicar ou não com outros povos, quando sabem falar mais de uma língua indígena – como pode ser visto no gráfico a seguir.

Gráfico 04: Falar mais de uma língua facilita ou dificulta sua relação com outros povos indígenas?



Fonte: Gomes, Rosilene (2013).

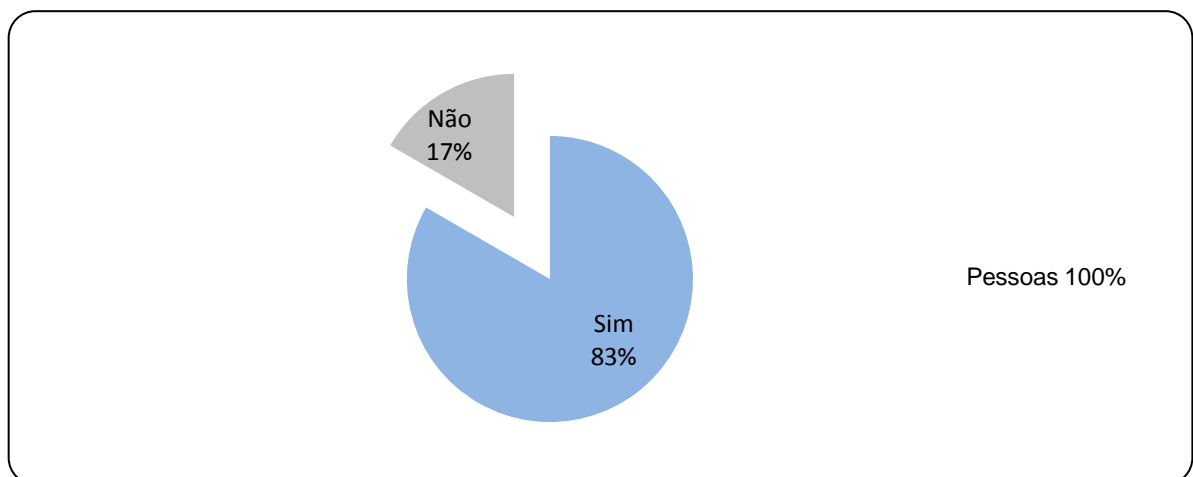
De acordo com a pergunta 3% dos entrevistados não quiseram responder, assim sendo, respeitamos seus direitos. Mas 94% dos entrevistados responderam que ao saberem falar mais de uma língua indígena se torna favorável e bem melhor, pois facilita no relacionamento além de contribuir no convívio com outros indígenas, pois conforme a fala de um entrevistado “*é bom poder falar mais de uma língua porque eu posso contar ou saber um segredo que nem todos podem; eu posso falar mal de uma pessoa sem ela saber; eu posso trocar, vender e comprar coisas de outros*”(ENTREVISTA - 02, 2013).

Essa realidade se dá em decorrência do percentual de indígenas que habita o município, bem como a relação social desses povos que está pautada em descendências patrilinear, patrilocal e de exogâmia linguística que faz parte da cultura desses povos.

Um percentual de 3% respondeu que tem dificuldade de se comunicar com outros povos indígenas quando sabem falar mais de uma língua indígena. Essa proporção está associada segundo eles por se confundirem com as outras línguas na hora das respostas, ou seja, misturam as línguas e quando percebem estão falando outras línguas indígenas ao mesmo tempo, causando um constrangimento em certas pessoas e algumas delas acabam ficando chateadas por não está entendendo, entretanto, a maioria já está acostumada e nem liga, ou seja, há uma comunicação de plurilinguismo, ou, sobretudo sob a forma de administração do plurilinguismo. Mas esse convívio social nem sempre é tão harmonioso e podendo ser às vezes conflituoso.

Quanto à pergunta sobre a possibilidade de aprender outra língua, cuja pergunta foi “Você gostaria de aprender outra língua? Se sim, qual e por quê?”, as resposta foram como no gráfico a seguir.

Gráfico 05: Você gostaria de aprender outra língua? Se sim, qual e por quê?



Fonte: Gomes, Rosilene (2013).

De acordo com o universo da pesquisa 17% dos entrevistados responderam que não gostariam de aprender outra língua, entretanto, contra

pondo esse percentual 83% responderam que gostariam de aprender outra língua, e as de maior interesse foram às línguas indígenas: nheengatu 30%, tukano 28%, baniwa 10%, desano 7%, piratapuya 3%, wanano 3%, yanomani 2%.

E ao serem indagados o porquê de aprender essa língua as respostas foram parecidas e optou-se por descrever da seguinte forma: porque tem amigos que falam; interessante; é a mais falada; para entender o que os outros estão falando; convívio no trabalho; a maioria da família fala essa língua; bonita; falar mais de uma língua é bom; aprender a escrever e falar bem.

Cabe mensurar que as línguas estrangeiras também aparecem nas respostas desses sujeitos, na seguinte porcentagem: inglês 10% e o espanhol 9%. As respostas para o inglês foram: trabalho; concurso e estrangeiros que visitam a cidade. Para as respostas do espanhol foram: porque é bonito; parecido com a nossa língua; trabalho; estudo; por causa da fronteira e vem muita gente que fala essa língua.

Esse dado é a evidência clara que os indígenas valorizam sua(s) língua(s). O que está faltando é um empenho efetivo e contínuo dos órgãos competentes na contribuição de ramificar essas línguas amplamente na sede do município.

5 POLÍTICA LINGUÍSTICA E A LEI DE CO-OFICIALIZAÇÃO

Neste capítulo, buscamos compreender como as línguas indígenas, em particular as co-oficializadas (Tukano, Baniwa e Nheengatu) estão sendo inseridas no contexto político. Dedicou-se então verificar através da Política Linguística, entre outras leituras, como ou o que está sendo feito para a valorização, manutenção e reprodução dessas línguas nos setores públicos e privados em SGC.

No Brasil, três municípios tomaram para si a responsabilidade de legislar sobre a diversidade linguística no âmbito da sua organização social e no limite do seu território, provendo o reconhecimento dos sujeitos e suas línguas e o respeito a eles: São Gabriel da Cachoeira (AM), Pancas⁹ e Santa Maria de Jetibá (ES) (TORQUATO, 2010). Sem, contudo, contrariar o estatuto de língua oficial da República, determinada pela Constituição Federal (1998) – essas *leis* fazem com que a língua portuguesa passe a dividir o estatuto oficial com outras línguas. Como é o caso de SGC e as línguas indígenas co-oficializadas.

Esse novo contexto teve como marco inicial a “Declaração Universal dos direitos Linguísticos” (1996), a qual posicionou-se em defesa das variedades de línguas/minoritárias que até então tinham sido ignoradas. Conforme o documento “todo mundo tem seus direitos e liberdades, sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião, política, origem nacional, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição” (OLIVEIRA, 2003, p.18).

Um dos fatores importante dessa Declaração, é que está previsto que cada sujeito tem o direito de identificar-se de maneira positiva com sua língua materna, a qual deve ser respeitada pelos demais, conforme garante o direito coletivo de manter sua identidade e alteridade etnolinguísticas (OLIVEIRA, 2003).

⁹ Pancas – os pomeranos são um grupo étnico de imigrantes europeus cuja terra natal Pomerânia (Era uma região situada ao norte da Alemanha e da Polônia) já não existe mais no mapa europeu. Sua história mantém-se na cultura e na língua oral. Para evitar perdas da cultura e da história promoveu-se a co-oficialização da língua pomerana. A língua é uma língua germânica (TORQUATO, 2010).

Por em prática todos esses deveres é um direito constituído por lei e assegurado aos indígenas, mas as políticas implementadas pelo Governo Federal, estadual e municipal, não tem levado em considerações o pensamento das organizações e povos indígenas no Brasil, pois poucas coisas na prática de fato ocorrem – como iremos abordar durante esse capítulo.

É importante registrar que essas legislações e reivindicações expressam o direito a uma educação diferenciada, a ser pautada localmente, em respeito às diferentes situações socioculturais e sociolinguísticas dos povos indígenas, bem como em relação aos seus diferentes projetos políticos de futuro nas diversas áreas (educação, social entre outros).

Durante séculos, o ser humano interfere nas línguas ou nas situações linguísticas, tentando estabelecer o uso correto ou intervir na forma das línguas e essa ação sobre as línguas pode ter diversos objetivos, sendo os mais frequentes: modernização (na escrita, no léxico) ou depuração (sua defesa) (CALVET, 2002, p. 148).

No Brasil não foi diferente, pois o Estado criou um padrão linguístico fruto do processo colonial, onde a ideologia da “língua única”, atualmente a língua nacional, tem distorcido o panorama linguístico do Brasil, que é um enorme país monolíngue, fato que camufla a realidade plurilíngue do país. Afinal uma língua nacional trás segurança, controle e é superior dentro de ideologia do Estado.

Do ponto de vista linguístico, as línguas são todas iguais, contudo, sob a perspectiva econômica, política e do Estado elas não são – de tal maneira que muitas línguas, por vários anos, sofreram ou vem sofrendo sobre essas políticas de Estados.

Mediante a esses acontecimentos, surgem estudos sobre essas questões, dando início a política linguística, associada a um conjunto de decisões que ocasionam mudanças nas ações a respeito da língua majoritária/oficial e as demais línguas minoritárias/não oficial, além da vida social que são ao mesmo tempo problemas de identidade, de cultura, de economia, de desenvolvimento, problemas dos quais nenhum país escapa.

Na afirmação do norueguês Einar Haugen (apud CALVET, 2007), um dos primeiros linguistas a estudar e a propor a teoria sobre as políticas linguísticas, toda política linguística para ser consolidada deve ser acompanhada do planejamento linguístico, ou seja, da aplicação prática da política e acrescenta que é no seio da nação que se encontram os meios oficiais para desenvolver um planejamento linguístico. Haugen define a noção de planejamento como:

O planejamento é uma atividade humana decorrente da necessidade de encontrar uma solução para um problema. Ele pode ser completamente informal e *ad hoc*, mas pode também ser organizado e deliberado. Pode ser executado por indivíduos particulares ou ser oficial (...) Se o planejamento for bem feito, ele compreenderá etapas tais como a pesquisa extensa de dados, a escolha de planos de ações alternativos, a tomada de decisões e sua aplicação (HAUGEN apud CALVET, 2007, p. 21).

Uma política linguística nada mais é, que a criação própria de um conjunto de alternativas adequadas e conscientes referentes às afinidades entre línguas e a vida social para fazer-se uso das minoritárias/variedade de língua podendo ser elaboradas por grupos menores que exerçam papéis distintos na organização social ou pelo Estado. Cabe apenas ao Estado a política para reger e por em prática determinadas escolhas realizadas pelas maiorias. De acordo com Calvet (2007):

Qualquer grupo pode elaborar uma política linguística: uma diáspora (os surdos, os ciganos, os falantes de iídiche...) pode se reunir em congresso para decidir uma política, e um grupo minoritário do interior de um Estado (os bretões na Espanha, por exemplo, ou os indígenas quíchuas no Equador) pode fazer o mesmo (CALVET, 2007, p.20,21).

Segundo os enfoques de Calvet (2007), um dos princípios da política linguística é distinguir a territorialidade e a personalidade, pois há línguas que são faladas em um território menor que o do Estado:

No primeiro caso, é o território que determina a escolha da língua ou o direito à língua. No segundo caso, a pessoa que pertence a um grupo linguístico reconhecido tem o direito de falar sua língua, não importa em que ponto do território. A escolha entre os dois

princípios tem repercussões sobre o futuro das línguas, e também sobre a gestão do país. (CALVET, 2007, p. 82, 83).

Defender toda e qualquer língua é o princípio fundamental para que todo ser humano tenha direito a sua(s) língua(s). Desta forma, Einar Haugen (apud CALVET, 2007) generalizou o conceito de *Planejamento do Corpus* – forma da língua (criação, neologia, padronização...) e *Planejamento do Status* – ambiente em que esta língua ocupa num circuito de relações associadas. Assim é possível mudar segundo ele:

O planejamento do corpus se relaciona às intervenções na forma da língua (criação de uma escrita, neologia, padronização...), enquanto o planejamento do status se relaciona às intervenções nas funções com as outras línguas, seu status social e suas relações com as outras línguas. Assim, é possível que se queira mudar o vocabulário de uma língua, criar novas palavras, lutar contra os empréstimos: tudo isso pertence à esfera do corpus; mas é possível também que se queira modificar o status de uma língua, promovê-la a função de língua oficial, introduzi-la na escola etc., e isso se relaciona ao status (HAUGEN apud CALVET, 2007, p. 29,30).

Entretanto, Oliveira (2005) de acordo com seus estudos no Brasil, o planificar o *status* não é a melhor forma e sim, aproveitar as oportunidades possíveis da existência das línguas no território brasileiro:

Planificar o Status de uma língua implica em estabelecer medidas para que esta língua tenha um lugar determinado numa dada sociedade, em conformidade com as aspirações da comunidade falante, conceito para o qual os catalães cunharam o termo 'Normalização Linguística'. Assumimos, no trabalho que realizamos, que há, no Brasil, insuficiente planificação do status das línguas de modo que as práticas sociais possam cooperar com os esforços feitos pela educação formal. Trata-se, pois, de aproveitar melhor as oportunidades possíveis da existência das línguas no território brasileiro para chegar a melhores resultados na aquisição de proficiência via escola (Oliveira, 2005, p.85-89).

Ancorados nessa política linguística, juntamente com vários órgãos governamentais, não governamentais e instituições, lideranças indígenas de São Gabriel da Cachoeira lutaram para ter três línguas co-oficializadas. Entre as variedades de línguas que há neste território – explanaremos mais a frente sobre

esse tema. Interligada a essa política linguística também ingressou os debates no município sobre a educação bilíngue que passou a estar mais presente no Brasil no século XXI.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 210, parágrafo 2º, fala que é permitido o uso das línguas indígenas e a participação indígena no processo de ensino-aprendizado. O documento que dá as "Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena", que se concretizou no ano de 1993, retrata a principal mudança quanto ao caráter da legislação brasileira, que passa a reconhecer o direito à diferença e a proteger as organizações sociais, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições próprias das populações indígenas. Sendo assim, a educação escolar indígena deve ser intercultural e bilíngue, específica e diferenciada.

A Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases, em seu Art. 78 e 79, também garante:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias.

Art. 79 – A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º - Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º - Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I – fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II – manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III – desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV – elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

Tendo em vista que é extremamente importante reconhecer que os povos indígenas mantêm viva suas línguas e suas formas próprias de educação. E

que elas contribuem na formulação de uma Política de Educação Escolar capaz de atender aos anseios, interesses e necessidades dos mesmos, pois, uma educação escolar para os povos indígenas tem que ter o pleno desenvolvimento de suas culturas e de suas expressões é, agora, um direito em lei, bem como, suas línguas.

Com relação ao ensino das línguas Calvet (1942; 2007) relata que:

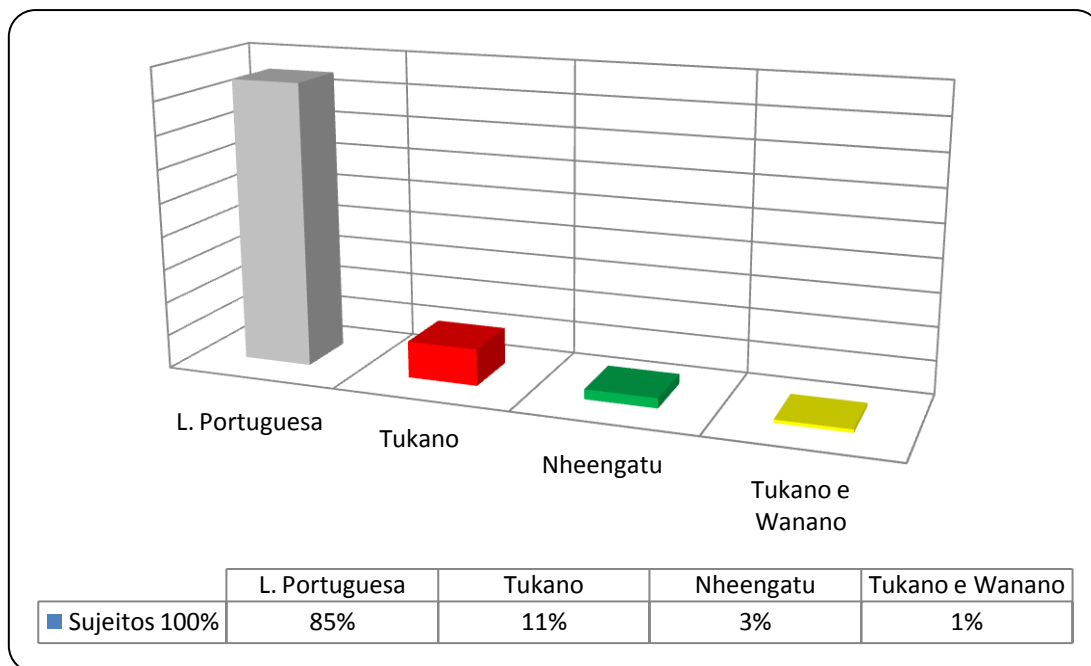
A inter-relação entre teoria, ensino de língua e relevância social permite múltiplas abordagens, pois são vários os aspectos que podem ser focalizados e todos envolvem a articulação entre a produção e a transmissão de saberes na sociedade [...] A linguística nos tem ensinado que as línguas não podem ser decretadas, mas que são produtos da história e da prática dos falantes, que elas evoluem sob a pressão dos fatores históricos e sócias (CALVET, 1942, 2007, p.51, 85-89).

Ensinar línguas indígenas nas escolas e fora delas tem como resultado a valorização desses povos no que se refere a sua história e identidade, pois contar, falar suas histórias é olhar para o passado e reviver o presente. Assim, as mudanças vêm acontecendo gradativamente, sobretudo, graças às reivindicações de povos indígenas, como ocorrem no município de São Gabriel da Cachoeira – o que, importa ressaltar, não é um fato isolado, contou com o apoio e empenho de pessoas, de instituições governamentais e não governamentais etc.

Assim, realizou-se entrevistas com o objetivo de ouvir às pessoas de origem indígena, moradores da sede do município em questão; como também recorreu-se à fontes documentais e bibliográfica para contextualizar as questões atuais sobre a lei de co-oficialização – especialmente, visando problematizar as políticas públicas voltadas para o uso das línguas indígenas no cotidiano escolar desses sujeitos.

Ao se perguntar “Em qual língua você foi alfabetizado?” as respostas já mostram a existência de iniciativas de alfabetização em língua indígena.

Gráfico 06: Em qual língua você foi alfabetizado?



Fonte: Gomes, Rosilene (2013).

As respostas dos 100% dos entrevistados foram: a língua oficial, o português totalizaram 85%, uma predominância elevada para um território onde 76,60% são indígenas ou se identificam como tal. Entretanto, cabe mensurar que não foi perguntado onde eles foram alfabetizados (na comunidade ou na sede do município de SGC).

Embora o município constitua-se em um território diversificado de povos e línguas, a realidade não é favorável para eles, pois ao se averiguar nos gráficos que, em se tratando da relação à alfabetização, ainda se prevalece o domínio das línguas dos não indígenas. Um dos fatores que acarretaram para essa realidade foi à prática ideológica dos missionários, além de outras como fora relatado anteriormente. Mesmo após décadas de submissão, reivindicação e mudanças no processo de ensino-aprendizagem em prol dos aspectos linguísticos em lhes assegurarem direitos enquanto cidadãos não-falantes de português. Como consta na Constituição Federal de 1988 no seu artigo 210 (parágrafo 2º), que assegura aos povos indígenas à utilização de suas línguas maternas e seus próprios processos de aprendizagem no ensino fundamental regular. Seguido do artigo 215, que garante o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura nacional. Assim como, o artigo 231, que reconhece aos indígenas sua

organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, bem como os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, além da Lei nº 9394/94 da LDB em seu Art. 78 e 79 que fora mencionado anteriormente.

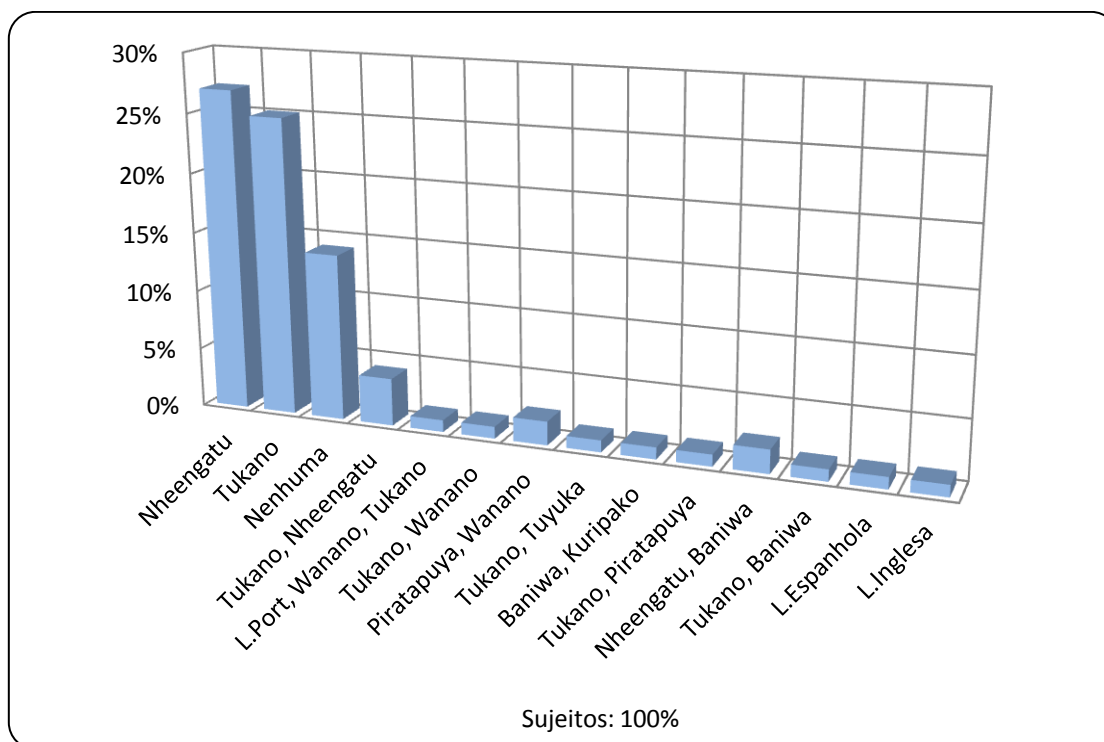
Aliada a essa lei, o município de SGC dispõe da lei nº 145 de 2002, na qual são co-oficializadas três línguas indígenas sendo elas: Nheengatu, Tukano e Baniwa. Na qual obriga o município em seu artigo 2 inciso 3, a incentivar e apoiar o aprendizado e o uso das línguas co-oficiais nas escolas e nos meios de comunicações. Assim como, o Art. 6, em que o uso das demais línguas indígenas faladas no município será assegurado nas escolas indígenas, conforme a legislação federal e estadual. Sobre esta questão exploraremos a seguir.

Conquanto a legislação internacional, como a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos encarregue-se de destacar os direitos a todas as línguas de comunidades linguísticas e proclama a igualdade de direitos linguísticos, sem distinções e independente de classificações como oficiais ou não oficiais; majoritariamente ou minoritariamente; escrita ou ágrafa; nacionais, regionais ou locais.

Ou seja, mais um ponto importante para a promoção social dos grupos que as falam e que almejam se expressar publicamente ou debater de aspectos de sua vida civil/comunidade, sem que ocorram práticas de exclusão das minorias pelo não domínio da língua portuguesa, a língua oficial da União segundo o artigo 13 da Constituição Federal de 1988, ou por seu domínio restrito como a(s) língua(s) indígena(s).

Embora as leis venham surgindo para assegurar e revitalizar o uso das línguas indígenas. Na sede do município, elas não vêm sendo cumpridas como deveriam, pois somente 15% dos entrevistados falaram que foram alfabetizados na língua indígena, sendo distribuída da seguinte maneira: 11% tukano; 3% nheengatu, 1% tukano, wanano. Um percentual baixo para um município majoritariamente indígena ou constituído por uma parte significativa da população e conseqüentemente dos eleitores. Como podemos analisar no que tange a seguinte pergunta: Gráfico 07: Quais línguas você aprendeu fora da escola?

Gráfico 07: Quais línguas você aprendeu fora da escola?



Fonte: Gomes, Rosilene (2013).

Entretanto, para confrontar essa realidade apesar de todo o passado massacrante e destruidor e de uma realidade que não é favorável às línguas indígenas, elas ainda vêm conseguindo resistir a diglossia que às sufocam.

As respostas não foram uma surpresa, pois confirmou uma realidade entre os povos indígenas em cultivar seu tradicionalismo, neste caso a língua. Como se pode averiguar nas respostas dos 84% que aprenderam a língua indígena fora da escola. Ou seja, em seu ambiente familiar com pais, parentes e/ou amigos onde ainda está fortemente presente no seu dia a dia o falar na(s) língua(s) indígena(s).

Contra 14% responderam que não aprenderam nenhuma outra língua. Uma realidade que vêm crescendo entre a população atual, por não praticarem e/ou não aprenderem a língua indígena de sua etnia. Esta realidade se faz presente por diversos fatores, entre eles, podemos citar:

- a) falta de interesse em aprender como resalta um entrevistado de 20 anos de idade, morador do bairro Areal:

Meus pais até tentaram ensinar o tukano quando eu era criança e eu falava um pouco, mas agora que já estou grande só falo em português, eu até entendo algumas coisas que meus pais, parentes e amigos falam, mas não falo (MORADOR DO BAIRRO AREAL, 2013).

b) imposição do pai para não aprender, segundo a fala de uma moradora de 24 anos do bairro Fortaleza:

Desde criança meu pai proibia eu e meus irmãos de falar nheengatu em casa, mais ele e a mãe se comunicavam entre si, com familiares e amigos na língua. Ele dizia que nós tínhamos que aprender bem o português para poder estudar, se formar e a língua indígena iria atrapalhar. Porque na época dele não era permitido falar na língua nativa tanto na escola como fora dela, e por causa disso hoje eu só entendo pouca coisa e não sei falar muito bem, mas agora estou aprendendo aos poucos com os meus parentes e amigos (MORADORA DO BAIRRO FORTALEZA, 2013).

c) falta de aplicabilidade da lei de co-oficialização das línguas indígenas tal como previsto, em todos os setores dos órgãos públicos, segundo a fala de uma moradora do bairro do Centro:

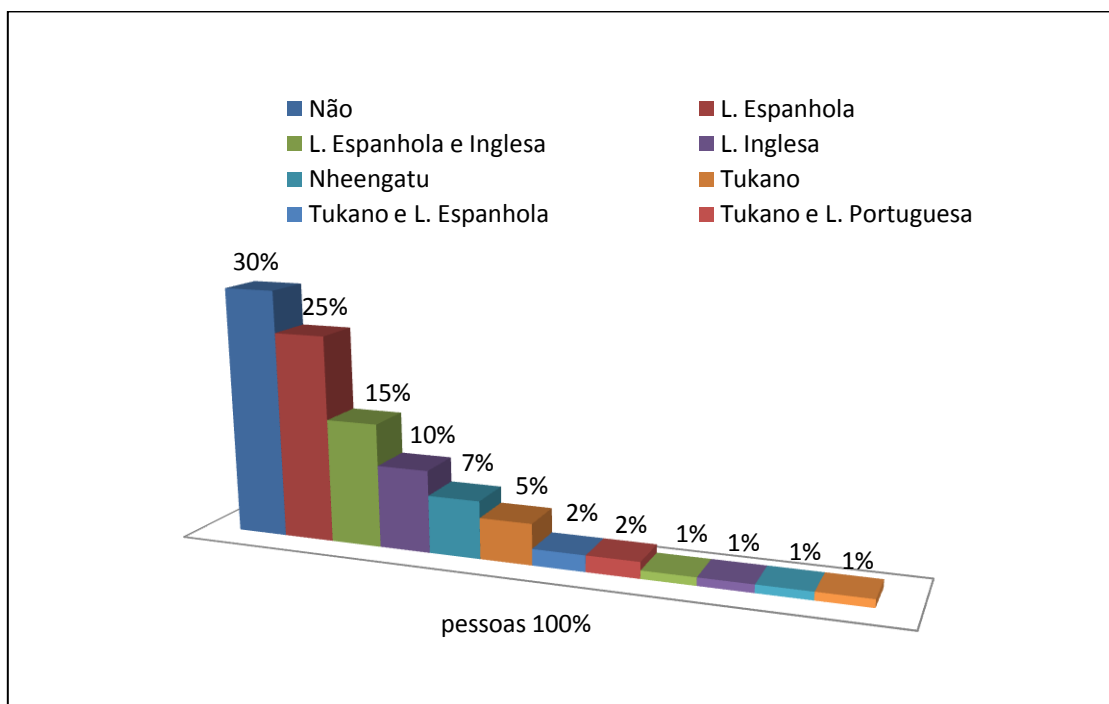
Sabe o que tá faltando? É uma divulgada porque tem muita gente que nem sabe que ela existe, e também que todos os órgãos cumprissem mesmo como manda a lei, seria muito bom pra nós que somos indígenas. Porque ela trás coisa boa pra nós (MORADORA DO BAIRRO DO CENTRO, 2013).

Em decorrência a essa pergunta, houve também um percentual de 2% que responderam ter aprendido uma língua estrangeira fora da escola. Essa realidade se vincula por serem pessoas que residiram e/ou tem parentes que moram na Colômbia/Venezuela em virtude da localização geográfica do município que faz fronteira com esses países. Durante as entrevistas foram realizadas essas observações em suas respostas.

As entrevistas traduzem um pouco da história das lutas e resistências dos inúmeros povos que enfrentaram, a altos custos, o peso da imposição de uma tradição conservadora, preconceituosa e excludente em nome de um projeto de nação brasileira que ocultou e silenciou aqueles que não conseguiram eliminar da

história. Esses povos estão presentes e atuantes na sociedade brasileira, revitalizando sua história, suas práticas e culturas próprias. Assim, buscou-se identificar se, durante o processo escolar, houve o ensino de línguas indígenas e não indígenas e quais foram essas línguas ficando assim tabuladas:

Gráfico 08: Na escola você teve contato com alguma outra língua? Qual?



Fonte: Gomes, Rosilene (2013).

Ao comparar os dados do gráfico pode-se confirmar que houve um ensino bilíngue, pois 70% das respostas são afirmativas. Contra 30% das pessoas que responderam não ter aprendido nenhuma outra língua.

Entretanto, vale ressaltar que essa realidade não é favorável às línguas indígenas, a pesar de seu lento crescimento no processo de ensino-aprendizagem das línguas indígenas nos últimos anos conforme dados do IBGE (IBGE, 2010). De acordo com 19% das respostas dos entrevistados, que afirmaram ter ocorrido ensino na/da língua indígena. Esse aumento pode ter sido em decorrência à Lei de Co-oficialização das línguas indígenas que há neste município. Desta forma, ressaltamos que ao realizar essa pergunta, não foi questionado o local dessa

aprendizagem, ou seja, se esses indígenas aprenderam a língua indígena em uma escola da comunidade ou na sede do município.

Constatou-se que há uma realidade inversa sendo praticada na sede do município. O ensino de línguas estrangeiras aparece sendo a mais ensinada, como mostra em nosso gráfico cujas respostas foram de 53%. Cabe lembrar que, essa realidade está ancorada na LDB (1996), que torna o ensino de língua estrangeira obrigatória a partir da quinta série do ensino fundamental. O Art. 26, inciso 5 dispõe que:

Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição (BRASIL, 1996).

Quanto ao ensino médio, o art. 36, inciso 3 estabelece que:

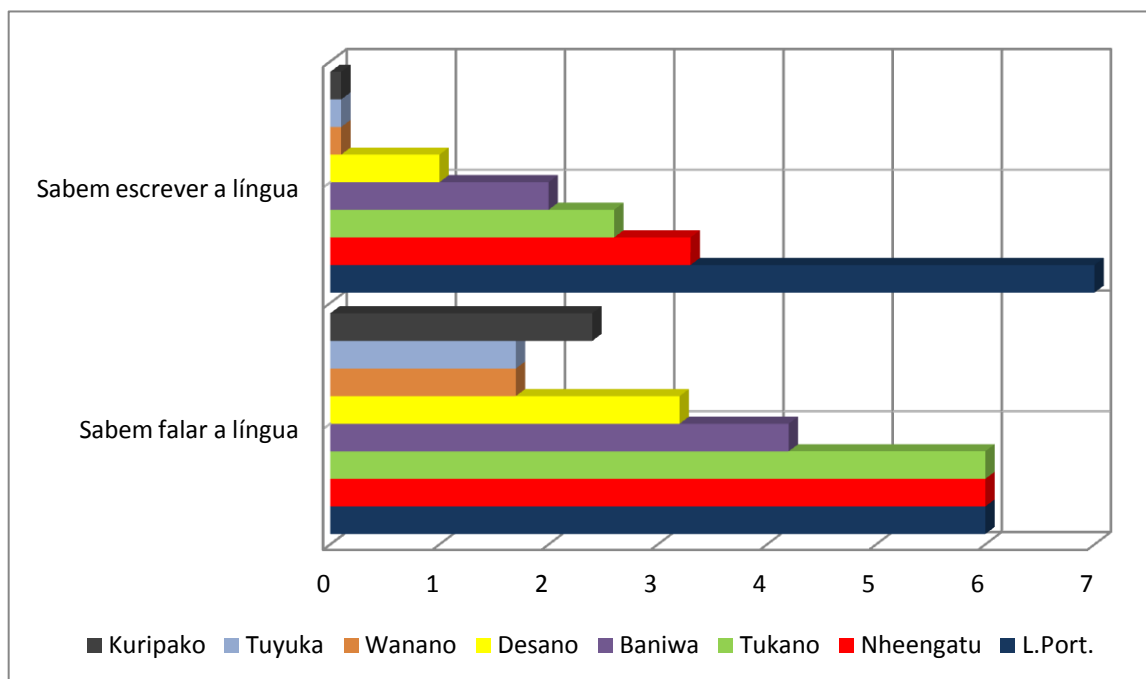
[...] será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das possibilidades da instituição (BRASIL, 1996).

Embora o município tenha três línguas co-oficiais, e exista a constituição de 1988 que assegura o ensino da língua materna no processo ensino-aprendizagem. Observou-se que o ensino das línguas indígenas ainda é insignificante, perante as línguas estrangeiras, apesar de seu lento crescimento na sede do município.

Falta de ações governamentais demonstram que o ensino de línguas indígenas ainda é visto como algo pouco relevante ou descolado dos projetos pedagógicos para com a realidade desse município. Entretanto, apesar de todo um passado de terror, perseguição, discriminação e extinção para com os indígenas e suas línguas, alguns povos conseguiram sobreviver, preservar e defender sua(s) língua(s).

Porém, a pesar dos esforços, observou-se que, a língua portuguesa ainda se encontra fortemente imposta aos povos indígenas, como podemos analisar na próxima pergunta relacionada às práticas educacionais.

Gráfico 09: Da(s) língua(s) que você fala, qual (quais) delas você sabe escrever?



Fonte: Gomes, Rosilene (2013).

Averiguou-se que, a fala e a escrita das línguas indígenas estão presentes de diferentes maneiras na vida desses sujeitos – um percentual bem mais elevado tem maior domínio da fala do que a escrita. Assim, a diglossia não aparece somente na oralidade, mas também prevalece na escrita. De acordo com as entrevistas, 52% das pessoas são monolíngue na escrita (somadas a língua portuguesa e a indígena).

Importando ressaltar um fato surpreendente – dos entrevistados, 48% sabem escrever na língua indígena, o que é um indicio de que uma parte expressiva dos indígenas são bilíngue ou multilíngue na escrita, assim como na fala. Ressaltamos que a pesquisa consiste em averiguar se eles sabem ou não escrever/falar, e não qual é o grau de compreensão de escrita que eles têm. Esse é outro fator que requer estudos.

Durante as observações diretas e participantes, e as conversas informais, ficou claro que uma grande parte do público não teve problema de falar

sobre sua(s) língua(s). Mas, para alguns não foi tão simples assim, pois houve certa vergonha e até mesmo resistência de falar sobre o assunto, como ocorreu para alguns na faixa etária entre 18-30 anos, como também pude constatar nas entrevistas: a vergonha e a resistência estão associadas pelos seguintes motivos:

O primeiro caso (vergonha) ocorre em alguns indígenas por não falarem ou não entenderem nada na língua indígena, ou só entenderem algumas coisas, mas não falam nada na língua indígena com seus pais, parentes e amigos.

O segundo caso (resistência) se faz em decorrência dos não indígenas que fixaram o uso soberano da língua portuguesa no comércio e no serviço militar, ocasionando assim, um desinteresse e despreendimento em aprender a(s) língua(s) indígena(s), por parte dos indígenas que nasceram na sede do município. Muitos deles relataram que não sabem a língua materna por falta de interesse próprio, outros devido aos pais que não os ensinaram, em virtude do que sofreram no passado, além da discriminação e preconceito pelos não indígenas.

Na ocorrência dos adultos, a partir dos 30 anos de idade em diante, durante as observações diretas e participantes, e as conversas informais, a grande maioria do público não teve problema, vergonha ou resistência de falar sobre sua(s) língua(s) indígena(s). Pelo contrário, houve uma abordagem ampla em comentar sobre as facilidades que hoje existe e as proibições que existiu por se falar mais de uma língua indígena durante a vida na sede do município.

5.1 Instrumentos e políticas de afirmação das línguas indígenas no Alto Rio Negro

Na tentativa de solucionar parte dos impactos no município impostos no processo de ensino-aprendizagem ao longo dos anos sobre a educação escolar indígena, no ano de 2006, foi elaborado no município de São Gabriel da Cachoeira, um Plano Diretor do município e uma política de educação, de acordo com a territorialidade linguística voltada à manutenção dos indígenas em suas terras.

Vários Termos de Compromissos foram firmados entre as instituições: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECAD/MEC), Secretaria Municipal de Educação (SEMED/AM), Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), com o Instituto de Investigação e Desenvolvimento de Política Linguística (IPOL), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira (EAF/SGC), Instituto Socioambiental (ISA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI/SGC), Missão Salesiana, Fundação Estadual de Política Indigenista (FEPI), nos anos de 2005 e 2006, para fortalecer ainda mais a política educacional do município que tem como princípios: a fixação dos indígenas em suas terras, a metodologia do ensino via pesquisa, o fortalecimento das línguas maternas e co-oficiais através do ensino bilíngue, a afirmação da tradição cultural dos 23 povos indígenas da região do rio Negro.

Mediante esses acontecimentos, determinados atos e projetos compuseram na concretização desta política que não ficou só no papel, como por exemplo, podemos citar: Magistério Indígena II, em 05 Pólos de acordo com a territorialidade linguística; a Licenciatura Indígena “Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável”, com a base do conhecimento produzido por meio do ensino via pesquisa e a estrutura curricular flexível e orientada pelas pesquisas desenvolvidas pelos discentes sem uma grade curricular pré-elaborada, objetivando a formação pedagógica dos alunos, a partir da gestão do conhecimento e de tecnologias sociais tradicionais indígenas e não indígenas a

discussão e a gestão territorial de suas comunidades e da Terra Indígena do Alto Rio Negro (FARIA, 2007).

Em 11 de dezembro de 2002, foi sancionada a Lei municipal 145/2002 pelo executivo de São Gabriel da Cachoeira – AM, tendo sua regulamentação na Lei nº 210 de 31 de outubro de 2006. Para a criação dessa lei constituiu-se um amplo debate sobre a importância, o significado e o direito dos 23 povos indígenas da região do rio Negro, que representam um contingente populacional expressivo, dado a formação étnica deste município.

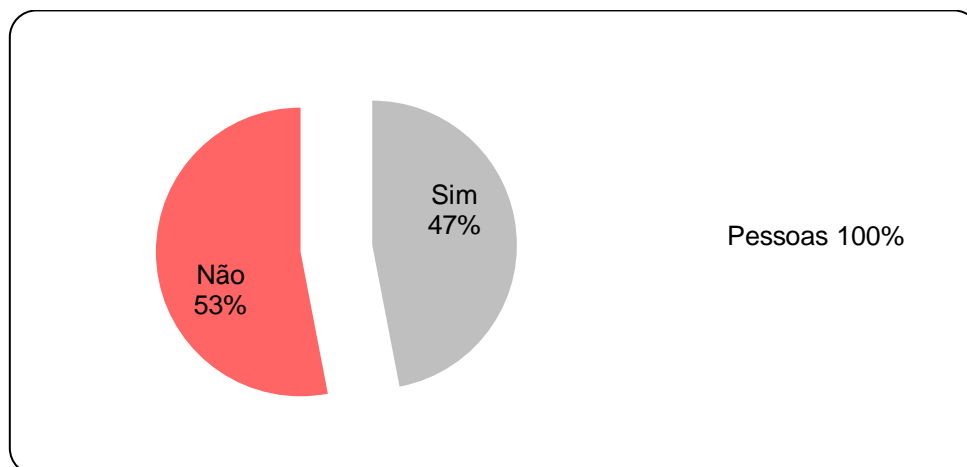
Dentre esses debates estão o seminário de “Política Linguística, Gestão do Conhecimento e Tradução Cultural, regulamentação da Lei de Co-oficialização das Línguas Indígenas Tukano, Nheengatu e Baniwa”, realizado em São Gabriel da Cachoeira nos dias 23 a 26 de abril de 2006 pelo IPOL, UFAM e FOIRN. Sendo composto pelas lideranças e organizações indígenas, representantes do poder público municipal e dos segmentos comerciais e bancários, cujo desígnio maior foi buscar proporcionar subsídios em prol de fortalecer e conduzir ao auge para a aprovação da Lei 210/2006.

Os debates seguiram sete pontos principais, sendo eles: oferta de serviços públicos nas línguas co-oficiais – atendimento, documentação pública; sinalização da cidade – do município; ensino – aprendizagem das línguas co-oficiais; presença das línguas co-oficiais nos meios de comunicação; política contra a discriminação linguística e uso das línguas co-oficiais nas organizações privadas (comércio, associações, etc.); e política de promoção das demais línguas do município (cláusula do plurilinguismo). Dentre esses também estão a criação do Dia Das Línguas, 11 de dezembro, dia da promulgação da Lei 145/2002; e do curso de tradutores indígenas para as três línguas co-oficiais (FARIA, 2007).

A lei vem contribuir para vivificar as línguas que há tanto tempo foi dada como negativa pelo entrave histórico que durante séculos trabalhou no sentido de eliminá-las, pois para os povos indígenas a preservação e valorização consistem numa manutenção da própria existência, com seus significados indígenas de decidir sobre o presente e o futuro de acordo com a identidade territorial e cultural.

Em consonância mediante a esses fatos averiguou-se primeiramente se essa lei é de conhecimento de todos, e se houve mudança quais foram? Sendo assim, foram realizadas as seguintes perguntas.

Gráfico 10: Você tem algum conhecimento sobre a lei de co-oficialização das línguas indígenas em SGC?

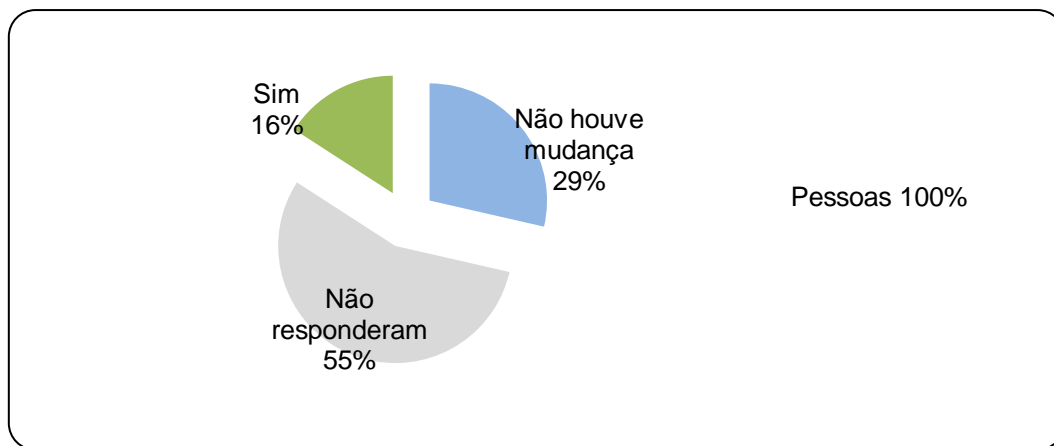


Fonte: Gomes, Rosilene (2013).

Mediante a pergunta, 53% responderam não terem conhecimento sobre a lei de co-oficialização das línguas indígenas no município, face aos 47% que responderam que sim. Um percentual não favorável em decorrência às reivindicações dos povos indígenas em prol dessa lei e sua regulamentação em viabilizar a comunicação e a relação desses povos nesse território.

Diante desta realidade, o próximo gráfico nos mostra um dos motivos para esse desconhecimento da referida lei, cuja pergunta foi:

Gráfico 11: Após a implementação dessa lei, você observou alguma mudança no Município? Se sim, quais foram essas mudanças?



Fonte: Gomes, Rosilene (2013).

Nessas entrevistas, tem-se que 55% não quiseram responder, e desta forma foi respeitado o seu posicionamento. Os demais seguiram da seguinte forma: 29% disseram que não houve mudança após a regulamentação da lei. Entretanto, 16% dos entrevistados deram respostas positivas e semelhantes referentes ao ensino:

Segundo eles no passado houve mudança em aprender, ensinar e valorizar as línguas indígenas nas escolas e hoje não há mais, pois com o passar do tempo algumas escolas foram sendo fechadas e outras foram deixando de ensinar a língua indígena. Eles também ressaltam que, no interior/comunidades/sítios houve mudanças e elas até hoje são praticadas (o uso e o ensino na língua indígena).

Os entrevistados argumentaram que antigamente a grande maioria dos indígenas eram rejeitados ou discriminados quando falavam na sua língua. Mas nos dias atuais não se sentem tão discriminados em falar na sua língua. Embora muitos deles terem relatado que há lugares onde só falam o português, pois não há pessoas que saibam a língua indígena.

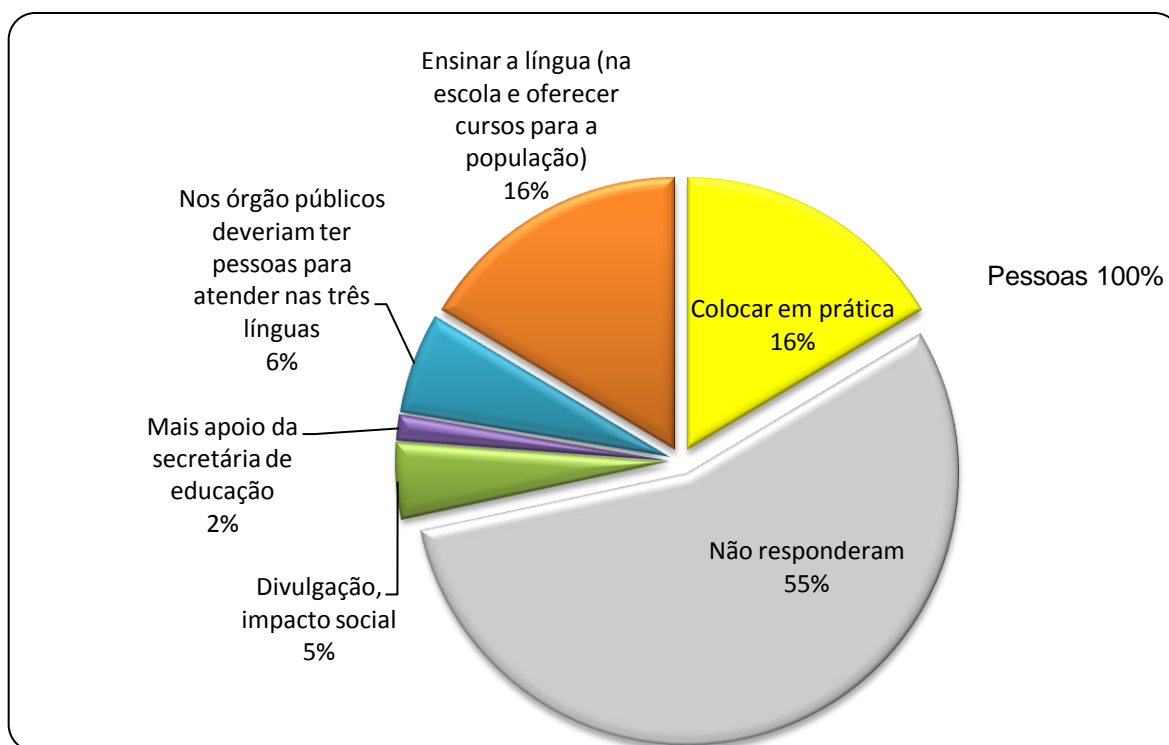
Na realidade, o que está faltando é o poder de impor a visão dos povos indígenas através de critérios e leis já existentes e constituídas. A final a(s) língua(s) indígena(s) tem sido e é uma importante transmissora da construção de sua existência, tanto é que à sua disposição se encontra localizada na

Constituição Federal de 1988 no capítulo que diz respeito às organizações sociais, crenças, tradições e **línguas** [grifo nosso], além da LDB nº9394/96.

Sendo importante destacar que, ao serem perguntados sobre o que deveria ser feito para que essa Lei vigora-se, ou seja, viesse a funcionar – as respostas podem ser conferidas no gráfico 12.

Todas essas reivindicações estão asseguradas na lei de co-oficialização das línguas indígenas. O que podemos constatar é que ela não está sendo cumprida e respeitada, e com isso, a população que é, e sempre foi majoritariamente indígena está sendo a grande prejudicada, bem como suas línguas. Pois uma língua não permanece viva somente por causa de uma lei, mas vale ressaltar que, determinadas leis, assim como essa, surgem com propósito de fortalecer e preservar os direitos dos povos indígenas e sua(s) língua(s) que aqui habitam.

Gráfico 12: Na sua opinião o que deveria ser feito para que essa Lei vigora-se, ou seja, viesse a funcionar no município?



Fonte: Gomes, Rosilene (2013).

Tal como foi observado e comprovado nos dados anteriores e, igualmente, durante o levantamento de campo (nos anos de 2012 e 2013), que coisas insignificantes foram feitas pelos os órgãos públicos, em prol dessa lei – para o seu pleno exercício. Cabe lembrar que é o Estado, nesse caso, o Poder Executivo municipal órgão responsável para que essa lei venha ser efetivamente cumprida perante a sociedade – conforme estudado por Calvet (2002, 2007) em seus trabalhos sobre o campo das políticas linguísticas.

Sendo assim, propõe-se analisar sete pontos principais dessa referida lei, como forma de analisar suas estratégias de manutenção, reprodução e valorização das línguas indígenas, com o intuito de verificar a real situação das línguas co-oficiais na sede do município de São Gabriel da Cachoeira (como fora descrito anteriormente):

❖ Oferta de serviços públicos nas línguas co-oficiais: atendimento e documentação pública.

Com relação ao atendimento foi observado que na grande maioria dos órgãos públicos federais e estaduais não possui funcionários suficientes para atender a grande demanda que abrange o município nas línguas co-oficializadas. E quando existe servidores que falam uma ou duas das línguas co-oficiais dentre outras, eles são requisitados ficando sobrecarregados.

Uma grande parcela desse pessoal está empregada não por causa da lei, mas porque já sabiam falar essa(s) língua(s) antes mesmo de essa lei entrar em vigor. Alguns deles questionam o reduzido numero de servidores, que sejam capazes de falar nas línguas indígenas co-oficiais, em decorrência da grande quantidade de pessoas indígenas que tem dificuldade de falar o português – como aparece nos depoimentos abaixo citados:

Chega muita gente com dificuldade de falar o português principalmente que vem da comunidade, aí agente encaminha pra quem sabe falar a língua deles, eu sei falar nheengatu, tem gente que trabalha aqui e sabe falar tukano e tuyuka, outro sabe falar baniwa e nheengatu, outro piratapuya e assim vai, wanano, desano, yanomami e outras. Aí agente manda pra uns desses (FUNCIONÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2013).

A maioria que frequenta é indígena e agente se comunicam na língua e em português também, mas são os idosos que não falam nada de português e às vezes quando falam é só algumas coisas, e ainda não dá para entender nada, aí agente tem que falar com eles na língua indígena. Eu sei falar nheengatu, a outra sabe falar tukano e a outra sabe tukano e baniwa. Aí quando chega alguém que fala nheengatu eu atendo, mas quando chega alguém que fala tukano eu encaminho pra colega que fala tukano e se for baniwa também. Aqui é assim que agente faz pra atender. Quem fala baniwa atende baniwa, quem fala tukano atende tukano, e quem fala nheengatu atende nheengatu e quem sabe mais de uma língua atende também (FUNCIONÁRIA DO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO DABARÚ, 2013).

A grande maioria da população sabe que aqui não tem ninguém para atender na língua indígena. Então o que eles fazem, muitos deles já vem com algum parente que fala o português para ser atendido ou com um funcionário da FUNAI. Caso contrário, eles não são atendidos (FUNCIONÁRIO DO BANCO DO BRASIL, 2013).

Não tem ninguém que sabe falar nessas línguas co-oficiais e quando chega alguém que tem dificuldade em falar o português eles trazem parente junto para fazer a tradução (FUNCIONÁRIO DOS CORREIOS, 2013).

Nós temos funcionário que falam nheengatu e tukano e quando chega alguém que não sabe falar uma dessas línguas, eles trazem um parente que fala alguma dessas línguas ou o português (FUNCIONÁRIO DA SECRETARIA DE SAÚDE, 2013).

Só temos uma pessoa que fica no registro de nascimento para atender na língua nheengatu porque ele aprendeu com os pais, as outras línguas não tem ninguém. As pessoas só são atendidas porque vem com um parente que fala o português ou nheengatu (FUNCIONÁRIA DO CARTÓRIO/FÓRUM, 2013).

A maioria das pessoas que trabalham aqui sabem falar na língua indígena e algumas delas ainda moram na comunidade, mais tem alguns que não sabe falar nada mesmo, aí o que acontece eles mandam chamar um colega de outro departamento pra atender ou então eles já vêm com algum parente ou alguém da FUNAI (PREFEITURA MUNICIPAL, 2013).

Eu falo um pouco tukano mais entendo tudo em tukano a maioria que frequenta aqui fala português somente quando eles conhecem a pessoa aí eles falam na língua nativa. Já a outra funcionária já sabe o nheengatu mais é a mesma coisa, só sabe falar um pouco, mais entende tudo (FUNCIONÁRIA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL, 2013).

❖ Com relação à documentação pública:

Nesse quesito, observou-se que os documentos expostos e publicados em murais dos órgãos públicos, bem como as campanhas publicitárias institucionais e privadas são todos em língua portuguesa. Não foi encontrado nada nas três línguas co-oficiais ou qualquer uma delas.

Entretanto, na UFAM, SEMEC, Biblioteca Municipal, FOIRN, IFAM/SGC, Colégio São Gabriel e ISA há matérias publicados nas três línguas.

❖ Sinalização na área urbana do município:

Foi constatado que não há na cidade qualquer tipo de sinalização nas três línguas co-oficiais ou qualquer uma delas.

❖ Meios de comunicação:

Verificou-se que na cidade uma rádio municipal e ela faz o uso das línguas indígenas para transmitir recados e notícias, mas ela também se utiliza da língua portuguesa em sua comunicação diária.

Há também uma radiofonia cujas suas transmissões são realizadas nas línguas indígenas, e em outros veículos de comunicação como: jornal impresso, vídeos, outdoors e carros volantes, não foram visto ou ouvido qualquer tipo de informação nas três línguas co-oficiais durante a pesquisa.

❖ O uso das línguas co-oficiais nas organizações privadas:

Com relação ao comércio local também se constatou que não existe qualquer tipo de divulgação impressa (cartaz, faixa) nas línguas co-oficiais ou alguma uma delas.

Aqui tem funcionário que fala nheengatu e outro que fala tukano que já trabalham no banco antes mesmo da lei. Quando chega algum indígena que não fala uma dessas línguas, eles vêm com um parente que fala o português (FUNCIONÁRIO DO BANCO BRADESCO, 2013).

Eu sei falar nheengatu e entendo tudo em tukano mais não sei falar muito bem, mais falo. Aqui chega muita gente que fala na língua indígena e portuguesa também, meu patrão só fala em português, ele é de Fortaleza. Quando vai chegando gente,

primeiro eu fala em português, aí quando ela não responde agente fala em nheengatu ou tukano, aí ela começa a falar o que quer, mas se for outra língua só no gesto mesmo (FUNCIONÁRIA DE UMA LOJA DO CENTRO COMERCIAL - 01, 2013).

Bom, quando eu comecei a trabalhar aqui (dois anos e meio) eu não falava nenhuma língua indígena mais sempre entendi o nheengatu e tukano. Aqui sempre vem gente que fala alguma língua indígena, aí como eu precisava vender e tem gente que não sabe falar direito o português, eu tinha que falar alguma coisa, foi aí que eu aprendi. Fica difícil de falar é com os yanomamis porque a língua deles é difícil, complicada eu não entendo é nada, quando vem algum deles aqui tem que ser no gesto mesmo ou quando eles trazem alguém com eles que falam português, nheengatu ou tukano aí fica melhor (FUNCIONÁRIA DE UMA LOJA DO CENTRO COMERCIAL – 02, 2013).

Eu já trabalho aqui já tem uns sete anos, o dono é daqui e eu também, eu sei falar nheengatu e tukano, ele fala nheengatu. Se a pessoa chega e fala comigo em nheengatu eu atendo em nheengatu, se a pessoa fala em tukano eu atendo em tukano. Eu falo à língua que o cliente fala comigo, se eu sei eu falo, e quando eu não sei eu tento entender o que o cliente quer (FUNCIONÁRIA DE UMA LOJA DO CENTRO COMERCIAL - 03, 2013).

A maioria das pessoas que trabalham aqui falam uma, dois, três ou mais línguas indígenas. Agente tem que saber falar na língua porque chega muita gente pedindo informação e tem alguns deles que não fala o português (FUNCIONÁRIO DA FOIRN, 2013).

Aqui aparece muita gente, e de vez em quando tem gringo. Mais eu falo só tukano, português e entendo e falo um pouco o espanhol porque sempre vem gente de lá comparar aqui. Quando chega alguém que eu não conheço falo em português, mas se eu conheço a pessoa eu falo só em tukano porque é melhor (FEIRANTE DA FEIRA MUNICIPAL, 2013).

Nós vamos sempre à igreja no domingo e durante a missa o padre fala em nheengatu com agente. Eu gosto e acho bonito ele rezar na nossa língua (MORADOR QUE FREQUENTA A IGREJA CATÓLICA, 2013).

❖ Ensino – aprendizagem das línguas co-oficiais:

De acordo com a lei uma das tarefas era/é que todas as redes escolares do município ofertassem/ofertem as três línguas, juntamente com o incentivo, apoio e ajuda do poder executivo com questões destinadas a recursos do orçamento municipal para assegurar a oferta dessas línguas no sistema educacional com: contratação e capacitação de docentes das/nas três línguas oficiais, e produção de equipamentos linguísticos, como materiais didáticos em

todos os estabelecimentos de ensino municipal, estadual e federal orientar-se-ão para a política de co-oficialização, priorizando as três línguas dentro de seus respectivos processos de ensino-aprendizagem.

Diante desta situação, o linguista Gilvan Muller de Oliveira (2010) expõe que, o atual desafio da ciência é acolher os frutos das tradições indígenas para integrá-los à sua prática, ao mesmo tempo em que mantém seus padrões de rigor científico, sendo assim:

A formulação do ensino, cursos e projetos específicos para indígenas, que valorizem a cultura e o conhecimento desses povos, articulado com o conhecimento não indígena, permitindo o registro destes conhecimentos por meio da produção de material literário e audiovisual com base na realidade da região, vinculados a projetos que possam promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades, contrapondo-se ao estado de abandono em que se encontram e apresentando alternativas sustentáveis de sobrevivência [...] reforçando a identidade dos povos constituintes do município (*São Gabriel da Cachoeira - grifo nosso*) e o desenvolvimento (OLIVEIRA, 2010, p. 178, 179).

A sede do município é composta por cinco escolas estaduais: Colégio São Gabriel, Sagrada Família, Dom Bosco, Irmã Inês Penha e Dom João Marchesi.

Na entrevista realizada com o senhor Henrique Veloso Vaz (2013) atual Coordenador regional da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) deste município, “logo que foi regulamentada a lei de co-oficialização somente o colégio São Gabriel, Inês Penha e o Dom Bosco tiveram o ensino de uma ou/as duas das três línguas co-oficiais só por um certo tempo e hoje em dia não há mais. Essa realidade se faz presente hoje, em virtude de não haver incentivo dos órgãos públicos para que essa lei permaneça na prática”.

Com relação à SEDUC em não possuir em suas escolas o ensino das línguas co-oficiais, se faz pela falta da elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP de cada escola, pois, segundo a LDB, o correto é que o projeto deve ser de acordo com a realidade local de cada escola (diferenciado) e não como o ensino tradicional, assim como, a falta de profissionais habilitados para os cargos. “*Uns dos nossos objetivos dessa gestão é colocar em prática a Lei de co-oficialização das línguas indígenas em nossas escolas*” (VELOSO, 2013).

Segundo o Coordenador da Secretária Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) de São Gabriel da Cachoeira, senhor Domingos Sávio Camico, durante a entrevista concedida (2013). As escolas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, no interior/comunidade a lei de co-oficialização está sendo cumprida, já com relação à sede do município somente uma parte da lei está sendo desempenhada, ou seja, somente uma/ou duas das línguas co-oficiais estão sendo ministradas nas escolas – o nheengatu e/ou tukano.

De acordo com o senhor Camico, essa é a realidade a qual se encontra a Secretária hoje, sem professores para as respectivas disciplinas, em virtude, do prezado momento não ter sido feito qualquer tipo de contratação ou concurso público para o cargo de professor dessas línguas. O que houve foi um remanejamento de professores que dominam essas línguas para as respectivas disciplinas. Desta forma, existe uma proposta clara de se criar dentro do estatuto do magistério indígena a categoria de professor de língua(s) indígena(s).

Conforme o atual secretário da SEMEC deste município, uma de suas metas é a retomada da implementação ativa da lei de co-oficialização das línguas indígenas, pois segundo ele, essa lei tem muito a contribuir para o município:

Porque nós percebemos no dia a dia que a nossa população, em especial a faixa etária entre 40 – 60 anos de idade tem dificuldade de se comunicar nos órgãos públicos, assim como, ter acesso aos meios de comunicação. O que eu almejo é que a própria prefeitura possa através da lei de co-oficialização, fazer a contratação de profissionais para que as informações que são de caráter público sejam acessíveis para toda a população (CAMICO, 2013).

Em se tratando de instituições educacionais na esfera federal podemos destacar as seguintes, em consequência a suas contribuições para regulamentação da lei.

No âmbito pleno dessa lei e mesmo antes dela, no ano de 2004 como resultado do Seminário sobre o Ensino Médio promovido pela SECAD/MEC, FOIRN e COPIARN (Conselho dos Professores Indígenas do Alto Rio Negro), assim como, durante a Semana Acadêmica, requereu-se através da Carta de São Gabriel, que a UFAM discutisse e implantasse cursos específicos para indígenas. E após vários debates em seminários e encontros com diversos órgãos públicos,

ONGs, lideranças indígenas, associações, pais, professores e estudantes da região. No qual proveio um adjacente de ideias que culminou na proposta da Licenciatura Intercultural Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Comunitário sob a coordenação da professora da UFAM Ivani Ferreira de Farias.

Tendo em sua proposta metodológica original assegurar os direitos dos povos indígenas (Convenção 169/OIT) a uma educação escolar autônoma respeitando as suas especificidades étnicas, linguísticas e territoriais (Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009). Assim, a primeira turma do curso iniciou suas atividades em maio de 2010.

A licenciatura Indígena é estruturada nos seguintes critérios:

É um curso regular, com ingresso bienal, com 3.550 horas, realizado em 04 anos, tem por finalidade promover a formação de professores pesquisadores com uma preparação prática, teórica e metodológica, por meio do pensamento crítico e reflexivo, para atuarem nas escolas indígenas da região do Rio Negro, respeitando a diversidade cultural e linguística onde a base do conhecimento é produzida por meio do ensino via pesquisa, na qual a estrutura curricular é flexível e orientada pelas pesquisas desenvolvidas, com currículo pós-feito (pós factum), bilíngue, contribuindo para a formação técnica e pedagógica dos alunos, que permite a partir da gestão do conhecimento e de tecnologias sociais tradicionais indígenas e não-indígenas, intercultural, compreender a realidade educativa local e nacional e o contexto sociopolítico que a determina e discutir a gestão territorial de suas comunidades e das Terra indígena do Alto Rio Negro (ENSINOSUPERIORINDIGENA/UFAM, 2012).

Episódio que há anos eles reivindicavam desde o primeiro curso de graduação oferecido em 1992 pela UFAM, em decorrência da demanda local composta de 23 povos indígenas. Sendo assim, a UFAM em parceria com os Movimentos Indígenas do Amazonas vem contribuindo e garantindo o direito da população indígena à educação. Na qual os alunos utilizam de sua língua materna na comunicação, interação e escrita durante todo o processo de ensino-aprendizagem deste curso (OLIVEIRA, 2010).

Desta forma a UFAM está cumprindo de forma significativa, com a política da lei de co-oficialização das línguas indígenas em uns de seus cursos.

Outro coparticipante é o Instituto Federal do Amazonas – IFAM/SGC antes da lei de co-oficialização não se preocupavam com questões vinculadas a qualquer tipo de valorização e manutenção da cultura e língua(s) indígena(s), a pesar de ter alunos indígenas em seu quadro de ensino. Conforme entrevista cedida pela senhora Francinete Soares Mantins - Diretora do Departamento de Ensino e na ausência do Diretor Geral, senhor Elias Brasilino de Souza, a mesma assume o cargo (2013).

Conforme o depoimento da senhora Francinete Martins (2013), o referido órgão de ensino – IFAM/SGC, só começou a estimular a língua materna gradativamente por meio de eventos culturais, esportivos, passeatas e pesquisa através de temas regionais onde aparece a utilização da(s) língua(s) indígena(s), assim como, a criação do núcleo de gestão de estudos linguísticos e antropológicos, com o objetivo de salvaguardar os bens materiais e imateriais, bem como, a criar ações institucionais e de promover as línguas indígenas, somente após a regulamentação da lei de co-oficialização das línguas indígenas.

Dentro dessa temática foram desenvolvidos dois cursos técnicos em terras indígenas no ano de 2008: o primeiro em Etino Desenvolvimento no Assunção do rio Içana, onde fora estimulado o uso da língua nheengatu e baniwa durante o curso (na identificação de peixes, frutas, rios, etc.). O segundo em Desenvolvimento Sustentável Indígena, oferecido na modalidade proeja. Cujas matrizes curriculares constavam o ensino da língua tukano, sendo administrada por professor indígena da mesma etnia, juntamente com outros professores indígenas que constavam no quadro de ensino indicado pelos alunos. Atualmente o IFAM/SGC contemplese de professores da etnia baré e tukano – ressaltando que esses professores não participaram de concurso público para ministrarem aulas nas línguas indígenas, e sim, em áreas específicas do quadro da instituição, pois a mesma ainda não consta em seu processo de contratação e efetivação. O espaço físico desta instituição consta de material exposto na língua(s) indígena(s), além de material impresso em sua biblioteca, como serão publicados a seguir.

Essa é a realidade em que se encontra a lei de co-oficialização das línguas indígenas na sede do município. Um desempenho maior de alguns órgãos e descasos por outros.

5.1.2 Visualização das línguas co-oficializadas

Percorrendo a sede do município de São Gabriel da Cachoeira pode se observar que não há presença das línguas Indígenas escrita em placas informativas e, principalmente, em letreiros de órgãos públicos e privados. Com exceção dos órgãos ligados aos povos indígenas, a educação: como a secretaria municipal de educação SEMEC, a Biblioteca Municipal, o Colégio São Gabriel e o Instituto Federal do Amazonas – IFAM/SGC, como demonstra nas figuras a seguir:

Figura 07: Foto de cartazes (em língua indígena) afixados na Biblioteca Pública Municipal de São Gabriel da Cachoeira.



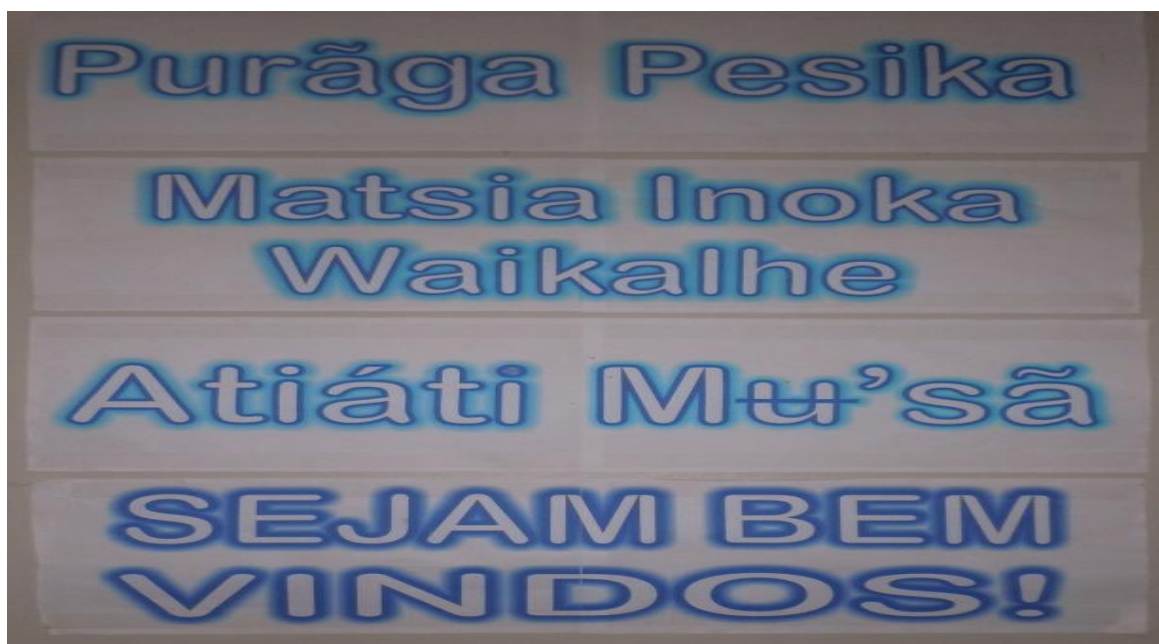
Fonte: Gomes, Rosilene (2012).

Figura 08: Foto da Biblioteca Pública Municipal de São Gabriel da Cachoeira.



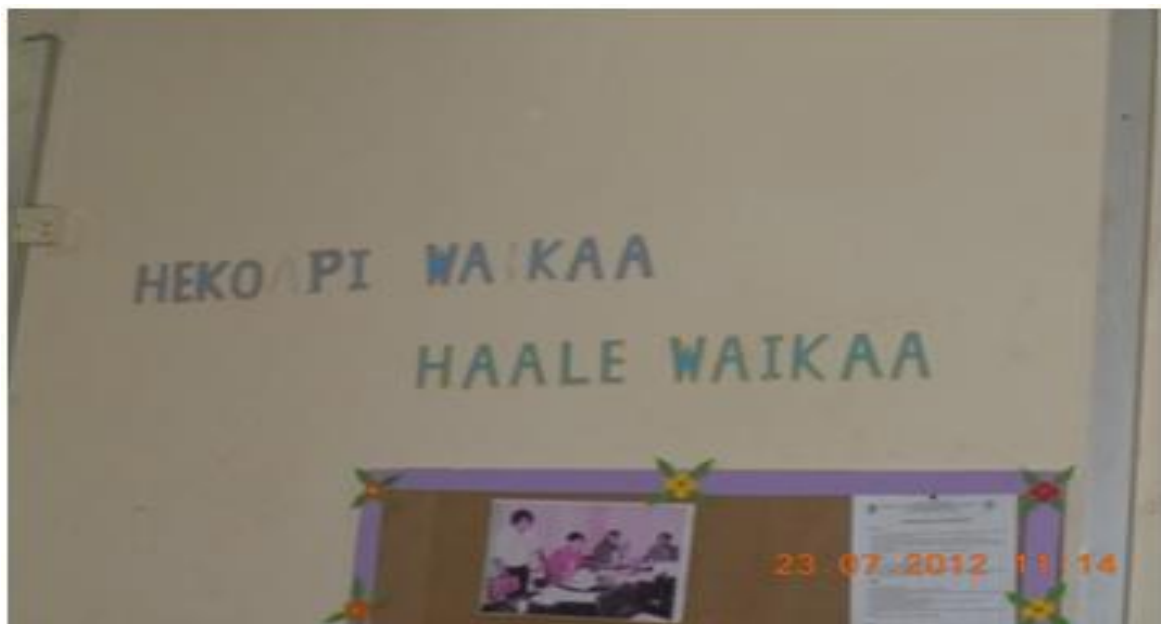
Fonte: Gomes, Rosilene (2012).

Figura 09: Foto de faixa afixada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC.



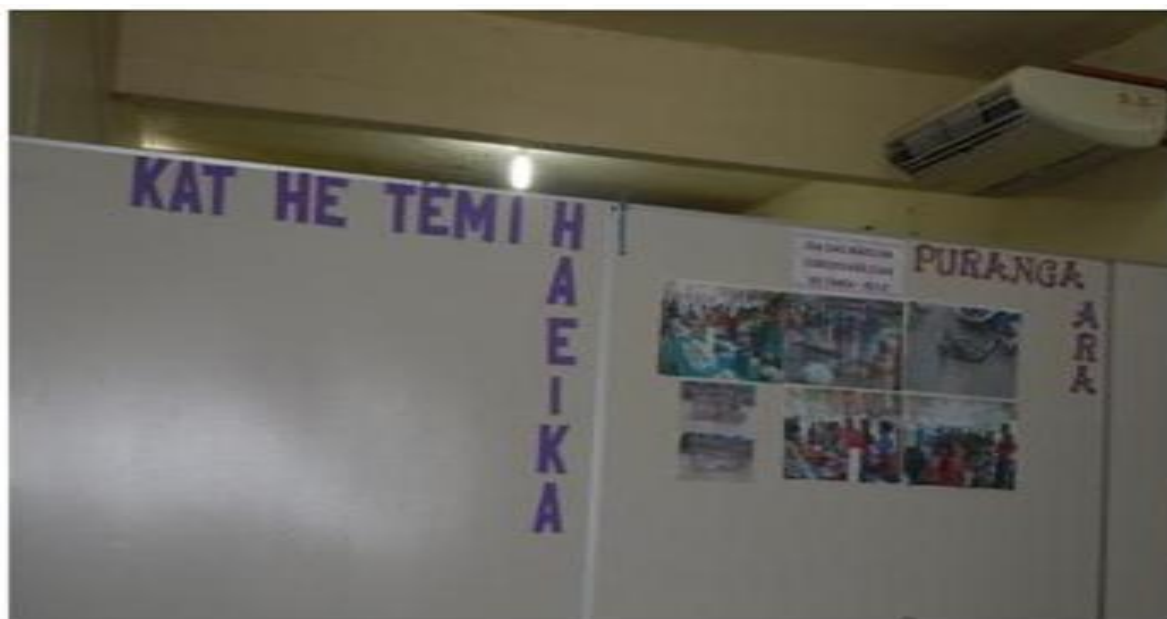
Fonte: Gomes, Rosilene (2012).

Figura 10: Foto da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC



Fonte: Gomes, Rosilene (2012).

Figura 11: Foto da secretaria municipal de educação e cultura – SEMEC.



Fonte: Gomes, Rosilene (2012).

Figura 12: Foto do Instituto Federal do Amazonas – IFAM/SGC.



Fonte: Gomes, Rosilene (2013).

Figura 13: Foto do Instituto Federal do Amazonas – IFAM/SGC.



Fonte: Gomes, Rosilene (2013).

Figura 14: Foto do Colégio São Gabriel.



Fonte: Gomes, Rosilene (2012).

Com relação à questão bibliográfica nas três línguas foram encontrados tanto nesses lugares como em outro, livros, cartilhas, mapas, revistas nas línguas indígenas, embora seja em pequenas quantidades. Foi observado também que nesses espaços as pessoas utilizam a(s) língua(s) indígena(s), assim como, há funcionários para atender em alguma língua indígena, entretanto, cabe resaltar que esses funcionários que falam alguma das línguas co-oficiais ou todas elas, não foram contratadas em decorrência da lei, mas porque já sabe(m) essa(s) língua(s).

Com base nas anotações, observações e nas entrevistas sobre a situação real do uso das línguas na sede do município. Cabe ressaltá-los na busca de torná-los ativos no município, pois, compreende-se que não se pode restringir tampouco negar a população indígena que é soberana neste município, deixarem de usar suas línguas em todo e qualquer órgão público ou privado.

O que vemos propomos aqui, parte, antes de tudo, dos interesses dos povos indígenas de São Gabriel da Cachoeira em manter suas línguas.

Pois durante as conversas informais e também diante da pergunta “você acha importante que se conservem o uso das línguas indígenas?” as respostas foram sempre unânimes em afirmar que sim, outros disseram que é “uma obrigação, afinal somos a maioria indígena”.

Houve também indígenas que relataram sua insatisfação com relação aos jovens que moram na sede do município “a maioria dos jovens hoje em dia estão deixando de falar na língua nativa”.

Uma realidade verdadeira, em virtude do crescimento ativo nos últimos anos de militares nessa região de fronteira, imigrantes nordestinos dentre outros, que vem ocupando a sede do município em busca de explorar o mercado local, ocasionando um impulsionamento ativo a cada dia da diglossia, gerando uma diminuição no prestígio das línguas indígenas na sede de SGC, além de um abandono voluntário, de alguns falantes como ocorre com os jovens.

Mesmo com essa realidade, a grande maioria dos entrevistados (cerca de 85%), disseram acreditar no uso pleno da(s) língua(s) indígena(s), pois eles usam em sua casa, nas comunidades, sítios, com parentes e amigos

Recuperar o prestígio da lei de co-oficialização das línguas indígenas e valorizá-la é de fundamental importância, a final ela existe em prol dos povos indígenas que há anos veem sendo massificado pelo estado-nação.

Desta forma, o que está faltando é um desempenho ativo, responsável e pleno dos órgãos na esfera federal, estadual e municipal, de por em prática as políticas compensatórias para combater as condições de exclusão resultantes de um passado discriminatório, cumprindo a finalidade democrática de uma sociedade que respeite a diversidade e a pluralidade linguística e social, bem como reduzir a insegurança e o preconceito linguísticos, do contrário, não há porque ter criado uma lei que promova tais ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente aos resultados colhidos, enquanto dados trabalhados na presente pesquisa, sinto-me na obrigação e responsabilidade de apresentá-los não como algo conclusivo, porquanto acredito que toda conclusão é circunstancial e momentânea (por isso prefiro considerações).

Assim, estas considerações, fundamentadas nos referenciais teóricos utilizados e nos resultados de pesquisa obtidos, compreenderam analisar que, o enfrentamento de várias línguas gera, na maioria das vezes, uma luta desigual como ocorre com as línguas indígenas existentes em São Gabriel da Cachoeira - com relação à língua portuguesa. Numa situação de diglossia dessa língua sobre as línguas indígenas, embora a população seja majoritariamente indígena, ou seja, há desigualdade entre elas, a língua legítima passa a ser aquela das classes sociais e econômicas dominantes, pois, a língua é um instrumento crucial na inter-relação do poder real na distribuição de direitos e deveres. É a língua que vai constituir um dos laços de união dos diferentes sujeitos numa nação organizada.

Portanto, para permear, revitalizar e sustentar a manutenção das línguas indígenas no município é preciso, fundamentalmente, colocar em prática a lei de co-oficialização das línguas indígenas existentes neste município, além de recuperar o prestígio e o status dessas línguas, de modo que os falantes mais jovens, órgãos públicos e privados possam utilizá-las diariamente, assim como, nas escolas.

De modo que, ainda há preconceitos, fenômenos de substituição e perda linguísticas sobre e para com as línguas indígenas, tanto quanto os demais preconceitos contra os quais a sociedade luta todos os dias. Esses preconceitos também fazem parte de uma memória linguística discursiva, que se constituem a partir de outros discursos já constituídos.

E ao longo do percurso desta pesquisa, procuramos apresentar um panorama da situação das línguas indígenas no meio urbano na sede do município de São Gabriel da Cachoeira, para que se revertam os fenômenos de substituição e perda linguísticas que tais línguas indígenas vêm sofrendo.

Espera-se que este estudo possa contribuir para o conhecimento e/ou despertar o interesse nas questões das línguas indígenas e, também, possa encaminhar medidas práticas na busca pela manutenção e revitalização dessas e de outras línguas indígenas. E, ainda, sejam realizados muitos outros estudos a esse respeito em São Gabriel da Cachoeira, pois ainda há muitos aspectos a observar e descrever. Contudo, é necessário que tais estudos possam ser difundidos além da esfera acadêmica para que atinjam aos membros da comunidade e possam, efetivamente, exercer sua função política.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios*. Brasília: Editora da UnB, 1997.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Lei Nº. 145 de 11 de Dezembro de 2002 e Lei Nº. 210 de Outubro de 2006. In: *Terras das Línguas: lei municipal de oficialização de línguas indígenas*. São Gabriel da Cachoeira, Amazonas (Org.) Alfredo Wagner B. de Almeida. Manaus: PPGSCA – UFAM/FUND. FORD, 2007.
- ALKMIN, Tânia Maria. *Considerações sobre o campo da sociolinguística*. In: Eleonora Cavalcante Albano; Tânia Maria Alkmim; Sírio Possenti; Maria Irma Hadler Coudry. (Org.). *Saudades da Língua*. 1Ed. Campinas: Mercado de Letras, v.1: 593-603, 2003.
- AZEVEDO, Aroldo de. *Terra Brasileira: nossa terra, nossa gente, nossa economia*. 42ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. (O Brasil e o Mundo, v. II).
- BERNAL, Roberto Jaramillo. *Índios Urbanos: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus*. Editora da Universidade Federal do Amazonas/Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1934, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 30 fev. 2012.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Congresso Nacional, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm Acesso em: 30 fev. 2012.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Congresso Nacional, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm Acesso em: 30 fev. 2012.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Congresso Nacional, 1967. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm
Acesso em: 30 fev. 2012.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm
Acesso em: 30 fev. 2012.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, ano CXXXIV, n. 248, p. 27.833-41, 23 dez. 1996. Seção 1.

BUCHILLET, Dominique. *Os Índios Tukano e o Projeto Calha Norte*. Brasília, 1993 [mimeografado].

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*; Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

_____, Louis-Jean. *As Políticas Linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

CABALZAR, Aloisio & RICARDO, Carlos Alberto. *Povos Indígenas do Rio Negro: uma introdução à socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira*. 3 Ed. rev. São Paulo. ISA – Instituto Socioambiental; São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2006.

CABALSAR, Aloísio. O Templo Profano: missionários salesianos e a transformação da maloca tuyuka. In: Wright, Robin M. (Org.). *Transformando os Deuses: Os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI).<<http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=pagina&conteúdo-id=5719&action=read>> Acesso em 20 de fev.2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, In et al. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.31-47.

DELBECQUE, Nicole. *Linguística Cognitiva: compreender como funciona a linguagem*. Coleção: Epigênese, Desenvolvimento e Psicologia. Ed. Instituto Piaget: São Paulo, Contexto, 2006.

DOMINGUES, Rodrigo. Grandes projetos ameaçam vida de povos isolados em região na fronteira do acre com o peru. In: Loebens, Guenter Francisco; Neves, Lino João de Oliveira (org). *Povos indígenas isolados na Amazônia: A luta pela sobrevivência*. – Manaus: EDUA, 2001.

ESTÁCIO, Marcos André Ferreira. *As Quotas para Indígenas na Universidade do Estado do Amazonas*. Manaus: UFAM, 2011. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação) Departamento de Educação, Universidade Federal do Amazonas, 2011.

Universidade Federal do Amazonas - UFAM. *Licenciatura Indígena Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <http://www.ensinosuperiorindigena.ufam.edu.br/>> Acesso em: 02 de Jan. 2012.

FARIA, Ivani Ferreira. *Território e territorialidades Indígenas do Alto Rio Negro*. Manaus: EDUA, 2003.

_____, Ivani Ferreira de. O Progresso Democrático: a proposta dos povos indígenas do rio negro para regulamentação da Lei nº 145/2002. In: Almeida, Alfredo Wagner B. de (Org.). *Terras das Línguas: lei municipal de oficialização de línguas indígenas*. São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Manaus: PPGSCA – UFAM/FUND. FORD, 2007.

_____, Ivani Ferreira. *Ecoturismo Indígena Território, Sustentabilidade, Multiculturalismo: princípios para a autonomia*. São Paulo: USP, 2007. Tese de Doutorado. (Doutorado em Geografia), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2007.

FRANÇA, Braz. *Entrevista Concedida pelo Presidente da FOIRN para Ivani F. de Faria*. Manaus, 08 maio 1996.

FRANCHETTO, Bruna. As línguas Indígenas. In: Ministério da Educação a Distância (org.). *Índios no Brasil 2*. Reimpressão – Brasília: MEC. SEED. SEF, 2001.

FREIRE, José Ribamar de Bessa. *Rio Babel – A História das Línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

FERGUSON, Charles A. *Diglossia*. In: FONSECA, Maria Stella V. & NEVES, Moema F., orgs. 1974. Sociolinguística. Rio der Janeiro, Eldorado Tijuca.

GRUMBERG. K. *2 anos entre os índios*. Manaus: EDUA, 2005.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____, Rogério. *Territórios Alternativos*. 2. Ed., 1ª reimpressão. –São Paulo: Contexto, 2009.

_____, Rogério. *Identidades Territoriais*. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (orgs). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 169-190.

_____, Rogério. *Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a sua reclusão territorial* (ou: do Hibridismo cultural à essencialização das identidades) In: ARAUJO, F. G. B. de; HAESBAERT, R. *Identidades e Territórios: Questões e Olhares Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico. 2007 Amazonas*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=am&tema=resultpreluniver_censo2010> Acesso em: 02 jan. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010 – Amazonas*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=am&tema=resultpreluniver_censo2010> Acesso em: 05 jan. 2012.

_____. Manaus. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/images/506_1208_54229.gif> Acesso em: 28 jan. 2012

JOSÉ, Bonifácio. *Entrevista Concedida pelo Representante da OIBI*. Manaus, 2 de dezembro de 1993.

KAYSER, Hartmut-Emanuel. *Os Direitos dos Povos Indígenas do Brasil: desenvolvimento histórico e estágio atual*. Traduzido por Maria da Glória Lacerda Rurack e Klaus-Peter Rurack. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed., 2010. Tradução de: Die Rechte der indigenen Völker Brasiliens-historische Entwicklung und gegenwärtiger Stand.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/SECAD, LACED/Museu Nacional, 2006. (Coleção Educação para Todos, v. 12).

_____, Gersem José dos Santos. *Educação para Manejo e Domesticação do Mundo entre a Escola Ideal e a Escola Real: os dilemas da educação escolar indígena no alto rio negro*. Brasília: UNB, 2011. Tese de Doutorado (Doutorado em Antropologia), Universidade de Brasília, 2011.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992. p. 155-72.

_____. *Diversidade Cultural e Política Indigenista no Brasil* In: Revista Tellus, Campo Grande, ano 2, nº 3, out. 2002. p. 11-31.

LOEBENS, Guenter Francisco; NEVES, Lino João de Oliveira (org.). *Povos Indígenas Isolados na Amazônia: a luta pela sobrevivência*. – Organizadores Guenter Francisco Loebens e Lino João de Oliveira Neves – Manaus: EDUA, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *Etnoterritórios Indígenas*. Disponível em: <http://coneei.mec.gov.br/images/pdf/etnoterritorios_indigenas.pdf> Acesso em: 20 fev. 2012.

_____. *Mapa da Educação Brasileira – Educacenso 2007 (Manaus, Amazonas)*. Disponível em: <http://mapas.mec.gov.br/index.php?id_estado=am&id_cidade=1302603> Acesso em: 24 fev. 2012.

MELLO, Joaquim Rodrigues de. *A Política Indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios: 1910-1932*. Manaus: Secretária DE ESTADO DA CULTURA, 2007.

MOISÉS, Beatriz Perrone. Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil* – São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

NÓS, INDÍGENAS do Rio Negro: histórico do movimento indígena. Produção da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). São Gabriel da Cachoeira – AM: FOIRN, 2004. DVD (36 min 6 seg), PAL-M, son. color.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. O que quer a Linguística e o que se quer da Linguística – a delicada questão da assessoria linguística no movimento indígena. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org.). *Formação de Professores Indígenas: repensando trajetórias*. Brasília: MEC/SECAD, 2006. p. 175-90. (Coleção Educação para Todos; v. 8).

_____, Gilvan Müller de (Org.). *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos: novas perspectivas em política linguística*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

_____, Gilvan Müller de. Política linguística na e para além da educação formal. *Estudos Linguísticos XXXIV*, Campinas, SP, p. 87-94, 2005.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. *Brasileiro fala português: Monolingüismo e Preconceito Linguístico*. São Carlos, SP, p.1-9, 2009.

_____, Gilvan de Müller. Oficialização de Línguas Indígenas em Nível Municipal no Brasil: algumas considerações político-linguísticas e jurídicas preliminares. In: Almeida, Alfredo Wagner B. de (Org.). *Terras das Línguas: lei*

municipal de oficialização de línguas indígenas. São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Manaus: PPGSCA – UFAM/FUND. FORD, 2007.

OLIVEIRA, João Pacheco de & FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A Presença Indígena na Formação do Brasil.* Brasília: MEC/SECAD, LACED/Museu Nacional, 2006. (Coleção Educação para Todos, v. 13).

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>> Acesso em: 01 de fev. 2012.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. <<http://img.socioambiental.org/d/296893-1/outras-familias.jpg>> Acesso em: 29 jan. 2012.

RAMOS, Alcida R. et al. Patrões e clientes: relações intertribais no Alto rio Negro. In: _____. *Hierarquia e Simbiose, relações intertribais no Brasil.* São Paulo: Hucitec/INL/MEC, 1980.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder.* São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Darcy. *O Processo Civilizatório: estudos de antropologia da civilização.* Petrópolis: Vozes, 1978.

_____, Darcy. *Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.* São Paulo: Companhia de Letras, 1996.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas.* São Paulo: Loyola, 1986.

_____, Aryon Dall'igna. *As Línguas Indígenas do Brasil. In Povos Indígenas no Brasil 2001/2005*, pp.59-63. São Paulo: Instituto Socioambiental 2006.

_____, Aryon Dall'igna. 1993a. *Línguas Indígenas: 500 anos de descobertas e perdas.* D.E.L.T.A. 9 (1): 83-103. São Paulo.

_____, Aryon Dall'igna. 1993b. *Línguas Indígenas: 500 anos de descobertas e perdas.* Ciência Hoje 95: 20-26. Rio de Janeiro.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.* 4 Ed. 4 reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Globalization, nation-states and the legal field: ancient grievances and new solidarities: the law of indigenous peoples.* Toward a new common sense: law, science and politics in the paradigmatic transition. New York: Routledge, 1995, pp. 313-26.

SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal. Introdução. In: _____. (Orgs.). *Práticas Pedagógicas na Escola Indígena*. São Paulo: Global, 2001, p. 9-21. (Série Antropologia e Educação).

SILVA, Raimundo Nonato P. Passos e Compassos: O Desafio na Terra das Línguas. In: Almeida, Alfredo Wagner B. de (Org.). *Terras das Línguas: lei municipal de oficialização de línguas indígenas*. São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Manaus: PPGSCA – UFAM/FUND. FORD, 2007.

SOUZA, Álvaro José de. *Geografia Linguística: dominação e liberdade*. 2 Ed. São Paulo: Contexto, 1991.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura – SEMATUR. *Plano Diretor do Município de São Gabriel da Cachoeira - Amazonas*. (2002; 2006).

TORQUATO, Cloris Porto. *Políticas Linguísticas, Linguagem e Interação Social*. In: Revista Escrita. 11 ed. Rio de Janeiro: PUC, 2010. 1-24p. ISSN 1679-6888.

VIEIRA, Antônio. *Sermões*. Organização de Alcir Pécora. São Paulo: Hesdra, 2001, 2v.

WRIGHT, Robin M. O Tempo de Sophie: historia e cosmologia da convenção baniwa. In: Wright, Robin M. (Org.). *Transformando os Deuses: Os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tomaz T. (Org.) *Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA



ROTEIRO ENTREVISTA

Título da Pesquisa: Território e Línguas Indígenas em São Gabriel da Cachoeira - AM,

Pesquisadora: Rosilene Campos Magalhães Gomes

Objetivo: Compreender a Territorialização das Línguas Indígenas no Município de São Gabriel da Cachoeira - AM

Município: São Gabriel da Cachoeira – AM

I. DADOS PESSOAIS

Nome:

Idade:..... Sexo:..... Casado/a: () Solteiro/a: ()

Etnia:..... Comunidade de origem:.....

Rio:..... Quanto tempo você mora em SGC:

Bairro:

Etnia do pai:

Etnia da mãe:

II. DADOS SOBRE AS LÍNGUAS

Qual a língua que você fala?

.....

Em qual língua você foi alfabetizado?

.....

Como, onde e com quem você aprendeu a falar a língua?

.....

Na escola você teve contato com alguma outra língua? Qual?

.....

Quais línguas você aprendeu fora da escola? E com quem?

.....

Qual (quais) língua(s) você sabe escrever?

.....

Quantas pessoas moram na sua casa? E quais línguas são faladas na sua casa?

.....

Quais os lugares onde você ouve os parentes falarem nas línguas indígenas?

Quais são mais usadas/faladas?

.....

Onde você fala/comunica frequentemente na língua indígena?

.....

Qual é a língua que você utiliza pra se comunica com os comerciantes?

.....

	Qual é o seu entendimento sobre essas línguas?										
	Nheegatu	Tukano	Baniwa	Tuyuka	Desano	Wanano	Piratapuya	kuripako	Tariano	Werekena	Cubeu
Só falo											
Falo e Escrevo											
Falo um pouco											
Entendo, mais ou menos, mais não falo											

Das línguas que você fala, qual delas você sente mais dificuldade para se comunicar e entender? E por quê?

.....

Falar mais de uma língua facilita ou dificulta sua relação com outros povos indígenas?

.....

Você gostaria de aprender outra língua? Se sim qual e por quê?

.....

Você tem algum conhecimento sobre a lei de co-oficialização das línguas indígenas em SGC?

.....

Após a implementação dessa lei, você observou alguma mudança no município?
Se sim, quais foram essas mudanças?

.....

Na sua opinião o que deveria ser feito para que essa lei vigora-se, ou seja, viesse a funcionar no município?

.....

.....



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) senhor (a)..... para participar do Projeto de Pesquisa **Território e Línguas Indígenas em São Gabriel da Cachoeira-AM**, da pesquisadora auxiliar Rosilene Campos Magalhães Gomes, discente do Programa de Pós-graduação (Mestrado) em Geografia e da pesquisadora responsável Profa. Dra Ivani Ferreira de Faria da Universidade Federal do Amazonas/UFAM. A pesquisa tem por objetivos:

Objetivo Geral: Compreender a Territorialização das Línguas Indígenas no Município de São Gabriel da Cachoeira – AM.

Objetivos Específicos: Identificar os lugares de uso das línguas na cidade; Analisar a territorialização das línguas indígenas no espaço urbano; Verificar os mecanismos de manutenção/reprodução das línguas indígenas na cidade.

O Senhor (a) tem todo o direito de não responder a qualquer pergunta que for feita, caso não queira ou não se sinta à vontade. Além disso, é livre para permitir ou não que a entrevista seja gravada. Todas as informações que der, bem como seu nome, não serão divulgadas, caso não autorize.

Para qualquer informação, o (a) senhor (a) pode entrar em contato com a pesquisadora responsável pelo telefone (92) 3305-4667 ou pessoalmente no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas, situado à Avenida General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 – Coroado.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____ fui informado (a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha contribuição, e entendi a explicação. Assim, concordo em participar da pesquisa, sabendo que não serei pago(a) e que tenho o direito de retirar meu consentimento a qualquer momento, sem sofrer qualquer penalidade ou constrangimento.

São Gabriel da Cachoeira, _____ de janeiro de 2013.

Assinatura do (a) Entrevistado (a)

Assinatura da Pesquisadora Auxiliar

1ª via – entrevistado (a).

2ª via – pesquisadora.